

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**Negociando Sentidos, Articulando Lugares: o  
modelo semiológico-discursivo nas teorias da  
comunicação e do jornalismo**

**Paulo Fernando de Carvalho Lopes**

**Rio de Janeiro  
2004**

**UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**Negociando Sentidos, Articulando Lugares:  
o modelo semiológico-discursivo nas teorias da  
comunicação e do jornalismo**

*Paulo Fernando de Carvalho Lopes*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Milton José Pinto, Doutor em Comunicação, Professor-Adjunto, ECO-UFRJ.

Rio de Janeiro  
Maio de 2004

**UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**Negociando Sentidos, Articulando Lugares: o modelo semiológico-discursivo nas teorias da comunicação e do jornalismo**

**Paulo Fernando de Carvalho Lopes**

Orientador: Prof. Dr. Milton José Pinto

Tese aprovada em 13 de setembro 2004, como requisito necessário à obtenção do Grau de Doutor em Comunicação, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aprovada por:

---

Presidente, Prof. Dr. Milton José Pinto – UFRJ

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Paula Goulart Ribeiro – UFRJ

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Lúcia Enne – UFF

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Marialva Barbosa – UFF

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

---

Suplente: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Raquel Paiva

## **Agradecimentos**

Ao professor Paulo Vaz pela acolhida inicial desta jornada e pelo incentivo constante a produção de idéias.

Ao professor Milton José Pinto pela paciência e pelos ensinamentos durante todo o meu processo de construção do saber.

Aos amigos do Nupec – Paulo César Castro, Ana Paula Goulart, Ana Paula Brandão, Rosa Leal, Joseti Marques, Francisco Gonçalves, Regina Lima, Laerte Magalhães, Beatriz Schmidtt, Aparecida de Sousa, Maurício Duarte, Janine Cardoso, Tereza Neves e Ricardo Valença.

A minha auxiliar de pesquisa Elaine Rabello pela ajuda certa em hora tão incerta. E a Carla Monteiro pela disponibilidade e revisão final do texto.

Estar aqui é estar longe dos meus familiares e amigos sabendo que alguns deles estão torcendo por mim. Um agradecimento especial aos meus irmãos Marcos Augusto, Renato Jr. e Heloisa Maria. As minhas tias Maria José de Sousa Lopes, Edenir de Carvalho Nogueira e Edith Fortes. Aos meus sobrinhos Ana Flavia, Juliana e Mateus e a minha avó Lacir Cavalcante. Aos meus amigos Claudilene Pontes, Antonio Luís M.C. Junior, Carlos Carvalho, Zoraida Lopes e José Antonio Carvalho.

Rio, cidade maravilha - neste cenário encontrei inúmeros amigos e com certeza os Janeiros não seriam os mesmos sem Vera Regina Couto Coimbra, Leila Mathias, Inesita Araújo, Aristóteles Melo, Teresinha Sirlei, Sueli Cozer, Leonardo Cruz, Marinez Koim, Sandra Regina, Cristiane Ferraiuoli, Kátia Campos, Luciana Pinto .

A todos os professores e funcionários do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí pelo grande incentivo, apoio e amizade. Um agradecimento super especial a Edite Maria de Moraes Malaquias - um verdadeiro anjo da guarda institucional.

Agradeço a Antonio Sarpe, Maria Adela , aos meus amigos do meu grupo regular, de outros grupos e da turma IV da formação em Biodanza pelos colos e carinhos incondicionais.

Agradeço aos meus amigos de grupo de terapia e de formação em Análise Transacional – 202. Em especial, a Nedjma Murad pelo incentivo e quase intimação para fazer esta

formação e a José Silveira Passos que bravamente me incentivou para eu terminar esta tese.

Ao PICDT da UFPI na pessoa da professora Ana Zélia e toda a equipe que a acompanhou durante todo o meu processo de pós-graduação.

Agradeço a coordenadora da Pós-Graduação Professora Doutora Raquel Paiva e o pessoal da secretaria da pós-graduação da ECO-UFRJ, Marianne Gonçalves, Valéria Reis, Laércio Nonno, Abinédse e José Fernando.

Agradeço a Capes pela bolsa de estudos

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a mim mesmo que num processo urubórico  
mutatis mutanti me pari em constante auto poeisis me tornando outro, mas sendo eu  
mesmo. Dedico, ainda, este trabalho aos meus pais Renato de Sousa Lopes e Edelweiss  
Veras de Carvalho Lopes que por seus intermédios vim ao mundo aprender, aprender,  
aprender...

## **Receita para lavar palavra suja**

---

*Mergulhar a palavra suja em água sanitária*

*Depois de dois dias de molho,*

*Quarar ao sol do meio dia.*

*Algumas palavras quando alvejadas ao sol*

*Adquirem consistência de certeza.*

*(...) Agora, se o que você quer é somente aliviar as palavras do uso diário,*

*pode usar simplesmente sabão em pó e máquina de lavar.*

*O perigo neste caso, é misturar palavras que*

*mancham no contato umas com as outras*

*(...) Outro cuidado importante é não lavar demais as palavras*

*sob o risco de perderem o sentido. A sujeirinha cotidiana,*

*quando não é excessiva, produz uma oleosidade que dá vigor aos sons.*

*Muito importante na arte de lavar palavras é saber reconhecer uma palavra limpa*

*Conviva com a palavra durante uns dias.*

*Deixe que se misture em seus gestos,*

*Que passeie pela expressão de seus sentidos.*

*À noite, permita que se deite, não a seu lado, mas sobre seu corpo.*

*Enquanto você dorme, a palavra plantada em sua carne,*

*Prolifera em toda a sua possibilidade.*

*Se puder suportar essa convivência até não mais*

*Perceber a presença dela, então você tem uma palavra limpa.*

*Uma palavra limpa é uma palavra possível.*

**Viviane Mosé**

## **Resumo**

No cenário contemporâneo, existe a emergência de novos paradigmas, teorias ou modelos que permitam outros modos de constituição e prática dos vários campos de produção de saberes na sociedade contemporânea. A crise e os reflexos dela afetam todas as áreas de conhecimento dentre elas a Comunicação. Tendo como pressuposto que a crise dos paradigmas afeta diretamente, no caso específico, a Comunicação e um dos seus campos, o Jornalismo, esta tese busca sistematizar uma teoria do jornalismo tendo a Semiologia dos Discursos Sociais como eixo constituidor da proposta. Parte-se do pressuposto que as teorias sobre o jornalismo, enquanto práticas discursivas, são produzidas, circulam e são consumidas sob a lógica de um mercado simbólico. Desta maneira elas negociam espaço e articulam sentidos na tentativa de conquistar a hegemonia.



## **Abstract**

In the contemporary scene there is an arising of new paradigms, theories or models that allow other ways of constitution and practice of several fields of production of knowledge in the contemporary society. The crisis and its reflex affect all areas of knowledge, including the Media Studies. Presupposing that the paradigm crisis affect directly the Media Studies and one of its area, the Journalism, this thesis wants to systematize a journalism theory having the Semi logy of Social Discourses as a constituting axis. We shall figure out that the theories about Journalism, while a speakble practice, are produced, circulate and consumed upon the logic of a symbolic market. In this way, they negotiate space and articulate meaning in order to conquer hegemony.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I: Influências e bases teóricas-conceituais da Semiologia dos Discursos Sociais</b>	<b>20</b>
1. Saussure e a problemática do signo	22
2. A influência saussureana na antropologia de Levi-Strauss , na psicanálise de Jacques Lacan e na filosofia de Jacques Derrida	29
3. Peirce e a natureza ternária do signo	35
4. Benveniste e a Teoria da Enunciação	37
5. Austin e a Teoria dos Atos de Fala	43
6. Bakhtin e a visão dialógica da linguagem	49
7. A teoria polifônica de Ducrot	59
8 . Teoria do discurso em Foucault	62
9. A semiologia barthesiana	72
10. Eliseo Verón e a Teoria dos Discursos Sociais	76
<b>CAPÍTULO II: A Semiologia hoje: os Discursos Sociais</b>	<b>83</b>
1. O postulado da semiose infinita	85
2. O postulado da heterogeneidade constitutiva	88
3. Economia política do significante	91
4. A análise de discursos	92
5. Norman Fairclough e a Teoria Social dos Discursos	102
5.1. Definindo discurso	104
5.2. O discurso como texto	107
5.3. A prática discursiva	108
5.4. O discurso como prática social	113
5.5. A ideologia	114
5.6. A hegemonia e a questão do poder	118
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>Parte I: As teorias do jornalismo como produtoras de sentido</b>	<b>123</b>
1.1. Teoria do Espelho	125
1.2. Teoria do Gatekeeper	130
1.3. Hipótese do Agenda Setting	133

1.4. Teoria do Newsmaking	151
1.5. Teoria Culturalista	164
1.6. Teoria Etnoconstrucionista	168
1.7. Teorias Conspiratórias	172
1.8. Teorias sobre as Fontes de Informação	178
1.9. Teoria Organizacional	184
1.10. Teoria da Ação Jornalística	193
1.11. Teoria Marxista do Jornalismo	196
<b>Parte II: Por uma teoria dos discursos sociais no jornalismo .</b>	<b>210</b>
2.1. A notícia como texto, como pratica discursiva e como pratica social	214
2.1.1. A noticia e a mistura de gêneros	225
2.3. Um mundo e muitos jornalismos	227
2.4. O fazer jornalístico enquanto prática social	232
2.5. O jornalista como um sujeito ambíguo	234
<b>Considerações Finais</b>	<b>243</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>250</b>

## **Introdução**

Correndo os olhos nas prateleiras da área de comunicação, de uma grande livraria num shopping center perto da universidade, a poucos dias de terminar esta tese, mais precisamente ainda dando uma última checada na literatura específica sobre jornalismo, uma coisa me chamou atenção que se tornou objeto do início desta introdução; o aumento do número de livros escritos por jornalistas atuantes na chamada grande, pequena ou média imprensa explicando, narrando, relatando suas experiências e respondendo mesmo que indiretamente o que é jornalismo, o que é ser jornalista ou ainda o que é notícia, como se consegue, se produz e se constrói uma notícia.

Ficou a sensação de que ao se querer indagar algo sobre a profissão a pergunta se deslocaria para um outro campo, também legitimado institucionalmente, como se apenas este tivesse condições de responder os questionamentos esquecendo-se que a universidade – mesmo não dando conta de responder muitas questões ou não acompanhar os passos largos das transformações tecnológicas que envolvem o dia-dia das redações, não teria condições de responder satisfatoriamente questionamentos e problemas decorrentes das atividades práticas que envolvem o fazer jornalístico cujas respostas estariam apenas no mercado de trabalho.

É como se dois tipos de jornalismo: aquele dos que constroem uma carreira no dia a dia das redações dos meios de comunicação, ganham prêmios, notoriedade, dinheiro etc. e o dos pesquisadores/ professores/ universitários que com a deficiência por que passam as instituições de ensino- currículos datados, pouco incentivo para pesquisa, resultados a serem alcançados a longo e médio prazos, teorias ultrapassadas etc. produziram um saber que serviria enquanto aluno mas não daria conta das necessidades do mercado.

Os anos 90 trouxeram consigo a sofisticação dos avanços tecnológicos. A entrada do novo milênio foi amplamente celebrada em congressos, jornais, revistas semanais e especializadas como o século da Informação, alguns sugerem ser, na verdade, o século da Biologia, da Geografia e outras ciências que com seus avanços disputam no mercado simbólico científico a hegemonia dos seus discursos, o poder de ter a ‘última palavra’ e construir o real.

Mas, se há discordâncias quanto quem (con)vence todas parecem concordar com a necessidade de uma aproximação com o campo da Comunicação como modo de adquirir existência, visibilidade, compreensibilidade, circularidade. Num raciocínio lógico conseqüentemente poder-se-ia dizer então que seria um bom século para a Comunicação.

Quando falamos em Comunicação é requisito fundamental delimitar e definir de que lugar se está falando, pois este campo subdivide-se segundo as características operacionais dos níveis de relação – intrapessoal, interpessoal, grupal e midiático, que dão a complexidade e a sofisticação nas buscas de entender sua dinâmica e suas bases teóricas que dão sustentação a olhares mais aproximados das características do processo comunicacional.

Deste modo, entendemos que o conceito de Comunicação usado e tão propalado no final dos anos 90 e início deste século, ainda está ligado aos preceitos desenvolvidos pela Teoria dos Sistemas e principalmente pela Teoria Matemática da Informação que entende que o processo de comunicação como um processo eficiente de decodificação de mensagens circulantes em canais abertos e limpos, com códigos bem arquitetados, pelo emissor – senhor absoluto que domina os códigos lingüísticos e os utiliza com maestria, preocupado em diminuir o nível de ruído e entropia dentro do canal. Pensando assim, o século da Comunicação seria o século da eficiência e de uma pseudotransparência, pois

nada escapa ao olhar vigilante das câmeras, seja de segurança, seja de ‘registro informal’ dos acontecimentos. Ficar fora deste circuito tem como sanção tornar-se inexistente, o critério de existência passa a ser o da visibilidade numa sociedade que funciona vinte e quatro horas por dia e está ligada em redes e que precisa cada vez mais ser melhor entendida, ter compreensibilidade total por parte do público. Assim o papel da informação seria divulgar informação- o que parece ser o certo se entender-se este processo como catalogação, estruturação de rotas diante do excesso de informação a fim de tornar a sociedade entendível.

Do modo como entendemos o campo da comunicação, nesta tese. Sugeriríamos ser este o século da Linguagem mediada via discursos. A Teoria dos Discursos Sociais é uma área de produção de saber recente, que tem como objetivo estudar os fenômenos sociais como fenômenos de produção de sentido. Desta forma ela procura descrever, explicar e avaliar de maneira crítica os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados a produtos culturais empíricos criados por eventos comunicacionais. Estes processos são considerados como textos - “ formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita, e/ou de outros sistemas semióticos no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente”.

A partir destas definições é preciso assumir algumas premissas que norteiam este campo. A primeira é entender a comunicação como uma prática social que produz de sentidos. Em seguida, sob a influência de Bakhtin, é ver a linguagem como uma arena dos embates sociais onde acontecem acordos e conflitos.

Não é atribuído um sentido prévio aos discursos sociais, mas procura-se reconhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de produção e de

efeito de sentidos. A realidade é formada por vários contextos que são campos de luta simbólica pela busca de hegemonia.

Os sentidos não são dados, imanes, eles são construídos a cada situação de comunicação, ou seja, produzidos a cada ato verbal. Os discursos são o espaço primeiro no qual se dão os embates sociais, as disputas de sentido e também as relações de poder.

Seguindo a linha de raciocínio acima se pode afirmar que o discurso é uma prática social, determinado pelas estruturas sociais e que ocorre dentro das instituições sociais. Desta forma, o importante é perceber que o discurso se constrói em interação social numa perspectiva de transformação histórica e social (Fairclough).

Em um momento anterior, utilizando seu referencial teórico-metodológico para fazer análise dos discursos sobre a construção discursiva da noção de saúde, afirmava-se que o mundo atual já era outro onde as transformações sociais assumem parâmetros e configurações distintas de outros momentos históricos.

No cenário contemporâneo, existe a emergência de novos paradigmas, teorias ou modelos que permitam outros modos de constituição e prática dos vários campos de produção de saberes na sociedade contemporânea. A crise e os reflexos dela afetam todas as áreas de conhecimento dentre elas a Comunicação e o Jornalismo. Tendo como pressuposto que a crise dos paradigmas afeta diretamente, no caso específico, a Comunicação e um dos seus “sub-campos”, o Jornalismo, uma das propostas deste trabalho seria pensar e questionar em que medida esta crise afeta as teorias enquanto uma área específica da produção de conhecimento técnico-científico.

Trabalha-se com a idéia, em primeiro lugar, de que as teorias são práticas discursivas e, em segundo lugar, que a relação delas com a prática social é dinâmica,

complexa e ambivalente. Ou seja, em certos momentos, elas dão sustentação a práxis em outros elas decorrem dela.

Sendo o momento atual outro também são outras as questões a serem feitas para este campo de produção de saber.

Quais são os limites das propostas das teorias do jornalismo, em circulação no meio acadêmico, no que se refere a dinamicidade do processo social de constituição de sentido na atualidade? Que elementos, metodologias, concepções e modelos do processo comunicacional propostos nas teorias do jornalismo, em uso, não dão mais conta de explicar e propor novos olhares à dinamicidade citada cima? Como os conceitos de hegemonia, poder, ideologia, intertextualidade, mercado simbólico, enunciação podem atualizar e potencializar um teoria do jornalismo?

Observando os estudos anteriores das áreas do jornalismo e da comunicação de massa é possível estabelecer uma primeira hipótese: na sociedade atual, correlações mecânicas entre explicações estruturalistas ou marxistas e a produção de sentidos, nestas duas áreas, que não dão conta de perceber minúcias das relações de disputa de poder, construção de hegemonias e sentidos e mudanças social ocorridas na sociedade via prática discursiva. A partir desta primeira hipótese, de caráter descritiva, uma segunda, de caráter mais comprobatório, se faz necessária: as teorias do jornalismo, do modo em que estão estruturadas, aparecem de formas estanques não privilegiando a interação do processo de produção jornalística e dicotomizando a relação entre os eixos de poder presentes neste processo. A hipótese a ser comprovada é que o processo de produção do jornalismo não pode ser pensado de forma isolada, mas de um modo que privilegie a articulação da várias instâncias de produção de sentidos e os diversos eixos de poder presentes no campo do jornalismo.



O objetivo principal da tese é sistematizar uma teoria do jornalismo tendo a Teoria dos Discursos Sociais como eixo constituidor da proposta.

Ao reler Adelmo Genro Filho e sua proposta de uma teoria marxista do jornalismo, no livro O Segredo da Pirâmide, percebeu-se que este autor indicava um caminho:

A ‘escola francesa’ de Jacques Kaiser, que seria considerada mais tarde precursora do estruturalismo, e os estudos semiológicos inspirados na lingüística estrutural de Saussure, na psicanálise de Lacan e na antropologia de Lévi-Strauss não serão discutidos. (1998;p.24)

Genro Filho descarta totalmente a semiologia estruturalista de primeira geração como uma possibilidade de estudo para o jornalismo por achar que não há “concretude” nesta proposta. Ele pretende “situar o jornalismo como fenômeno histórico-social concreto e não como organização formal da linguagem que manifesta conteúdos explícitos ou implícitos” (1987 p.24). Foi então que decido seguir exatamente pelo caminho que este autor se distanciou. Pode-se observar então que as críticas feitas por este autor, a Semiologia, é a semiologia estruturalista de Saussure e os estruturalismos de Lacan e Levi Strauss.

Nos cursos de graduação em Comunicação Social- habilitação jornalismo, por experiência própria, não é costume serem abordadas teorias relativas ao jornalismo, até por que esta é uma área de discussão e sistematização relativamente nova. Em contato com as teorias já existentes foi identificado que os modelos e teorias do jornalismo tinham como parâmetros os mesmos paradigmas que norteavam algumas das teorias da comunicação. Ou uma visão funcionalista da prática profissional, da notícia ou um modelo crítico que reduz a discussão as leis de mercado( os jornais como mercadoria),de manipulação de dados e

consciências e que acredita numa bem montada estrutura social que conta com a força do capital para o controle ideológico imposto pela classe detentora deste capital.

Os conceitos, as premissas e todo o referencial teórico da Teoria dos Discursos Sociais já citados anteriormente são fundamentais para o desenvolvimento desta proposta de pensar uma teoria do jornalismo tendo como eixo norteador a concepção do jornalismo como uma prática social que não apenas espelha a realidade, mas a constitui e é constituído por ela.

No primeiro capítulo faremos uma revisão histórica dos principais autores e questões que darão base para a constituição da Semiologia de terceira geração, conhecida por Semiologia dos Discursos Sociais. Os autores selecionados tem um papel fundamental na construção deste espaço de saber ao trazerem questões relacionadas ao signo, a sociedade, ao poder e a ideologia.

Em seguida, no capítulo dois, serão trabalhados os aspectos teóricos metodológicos das Teorias dos Discursos Sociais (Milton José Pinto) e da Teoria Social do Discurso (Norman Fairclough). Durante quase toda a década de 90, os textos deste autor as teses e dissertações defendidas na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, usavam a nomenclatura Semiologia dos Discursos Sociais. Recentemente, Pinto (2003) propôs pensar a Semiologia como uma Teoria da Comunicação, e desde o começo dos anos 2000 é possível encontrar teses e textos se referindo a Teoria dos Discursos Sociais, que trabalha exatamente com os mesmos postulados, conceitos e concepção de discurso. Conforme veremos mais a frente a nossa opção ao longo da tese é usar Teoria dos Discursos Sociais entendendo-a como uma proposta semiológica que tem a análise de discursos como metodologia operacional. É este arcabouço teórico que dará sustentação para se pensar na segunda parte do capítulo III uma teoria do jornalismo à luz.

O inglês lingüista Norman Fairclough é considerado o mais novo companheiro de viagem dos pesquisadores desta área dos discursos. Propondo um estudo crítico da linguagem, ele desenvolve um método de análise crítica com o objetivo de revelar as conexões muitas vezes ocultas entre a linguagem, o poder e a ideologia.

Ele chama este método de análise de discurso orientada textualmente. Seu objetivo é chamar atenção para o papel da linguagem na produção, manutenção e mudança das práticas sociais via práticas discursivas. A linguagem está relacionada às relações de poder e contribui para construir realidades e identidades sociais, para manutenção de ordens de discursos hegemônicas que são resultados de relações de poder e de lutas pelo poder, e é exatamente estes embates, estas lutas, estas negociações, que dão o dinamismo social das relações de poder. A junção dos conceitos e postulados destas duas teorias que possibilitarão um olhar mais apurado sobre as teorias do jornalismo e uma sistematização uma teoria do jornalismo que privilegie os discursos como prática social de produção e reprodução de sentidos.

O capítulo três divide-se em duas partes. Na primeira, serão apresentadas dez teorias que trabalham especificamente o jornalismo – esta é também uma área nova em construção, até bem pouco tempo atrás não se ouvia falar em teorias do jornalismo. O mais comum nos cursos de graduação são as teorias da comunicação. O objetivo deste capítulo é, em primeiro lugar, ampliar as sistematizações já feitas nesta área, e problematizar os limites destas propostas segundo um olhar semiológico-discursivo. Em seguida, propomos uma teoria dos jornalismos, dentro deste mesmo olhar semiológico. A partir dos três postulados semiológicos e do modelo tridimensional do discurso é possível levantar questões ao jornalismo, enquanto campo de produção de sentidos na sociedade, que até então estavam naturalizadas e aceitas como ‘um já dado’. Depois de articular lugares entre as teorias

semiológicas e as do jornalismo é a vez de negociar novos sentidos, de propormos novos olhares, novos lugares, novos dizeres.

## **Capítulo I**

### **INFLUÊNCIAS E BASES TEÓRICAS-CONCEITUAIS DA SEMIOLOGIA DOS DISCURSOS SOCIAIS**

A Teoria dos Discursos Sociais é uma área de produção de saber recente, que tem como objetivo estudar os fenômenos sociais como fenômenos de produção de sentido. Desta forma, ela procura descrever, explicar e avaliar de maneira crítica os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados a produtos culturais empíricos criados por eventos comunicacionais. Estes processos são considerados como textos - “formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita, e/ou de outros sistemas semióticos no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente”. Antes de detalharmos a definição, percorremos o pensamento de vários autores e escolas que produziram teorias e conceitos que deram suporte ao modo como a semiologia está configurada hoje.

As problematizações da relação comunicação, sociedade e linguagem não são novas. Desde quando o homem se organiza em pequenos grupos, em seguida, em pequenas organizações sociais até chegar a sociedades complexas como as atuais, a busca pelo entendimento de como ocorre a produção de sentido na sociedade, como são construídas as estratégias enunciativas de disputa pelo poder de dizer o que é “certo” e o que é “errado”, a necessidade de criar e ditar normas e regras que evitem embates físicos e tragam as soluções para o campo da linguagem e a proposição de modos de vida, via prática discursiva, fazem parte do cotidiano sócio-político-lingüístico-cultural-econômico da humanidade.

## **1- Saussure e a problemática do signo**

Falar em linguagem, signo e sociedade é remeter-se imediatamente ao lingüista genebrino Ferdinand Saussure (1857-1913). Considerado o pai da lingüística e do

estruturalismo, ele é um divisor de idéias pelas propostas inovadoras de se pensar a relação acima citada e pelo torvelinho que causou, a princípio não muito grande, na intelectualidade européia com a publicação de uma obra póstuma - Curso de Lingüística Geral - compilada de suas aulas dos seminários na Universidade de Genebra no período de 1907 a 1911 por seus alunos e editadas *aposteriori* por Charles Bally e Albert Sechehaye, com colaboração de Albert Riedlinger (aluno nos dois primeiros seminários). No prefácio da edição brasileira do CLG, Isaac Salum (1999) compara a história das idéias de Saussure com Sócrates e Jesus, pois não foram escritas por eles, mas por seus discípulos.

Como professor de sânscrito e línguas indo-européias na Universidade de Genebra, e após uma ascensão meteórica, Saussure sentia-se insatisfeito com a natureza da Lingüística enquanto disciplina e criticava a falta de reflexão e da terminologia da mesma, além de estar insatisfeito com o modo como ele a ensinava.

O dilema, aprofundar muito as questões, expor suas dúvidas e mostrar o assunto com sua complexidade (lembrando que o curso não era o espaço para isto uma vez que requisitava ser feito um exame final de avaliação), ou fazer algo simplificado que se adequasse ao nível dos alunos que ainda estavam aprendendo sobre o assunto, contribuiu para que ele, ironicamente em vida, se sentisse incapaz de escrever um livro que revolucionasse a Lingüística (Salum, 1999).

Somente após da sua morte é que são publicados seus escritos que revolucionariam a Lingüística e várias ciências humanas. A princípio, o CLG tem uma aceitação bem restrita. Será nos 60 que ele atingirá seu apogeu e influenciará não só o pensamento de uma gama de pesquisadores como Lévi-Strauss, Bourdieu, Lacan, Barthes dentre outros, como respectivamente a antropologia, a sociologia, a psicologia, a literatura...

As idéias originais de Saussure partem de um contraponto a dois modos de perceber a questão da linguagem: a proposta da Grammaire de Port-Royal, de Lancelot e Arnauld e os escritos dos Neogramáticos, representados por Franz Bopp. Para os primeiros, a linguagem é um espelho do pensamento e tem uma lógica universal como base, ou seja, para eles a linguagem é eminentemente racional. Já para os neogramáticos, a história de um idioma particular explica o estado atual deste mesmo idioma; o pesquisador ao estudar no tempo uma língua encontra um elo entre as línguas primitivas e as atuais, ou seja, em algum momento a linguagem e a sua história encontram um ponto de fusão.

A crítica feita às abordagens acima, respeitando as características de cada uma, é que elas defendem a idéia de que a linguagem é apenas um processo de nomeação entre as palavras e as coisas, que há vínculo intrínseco entre o nome e o objeto e quanto mais se volta na história mais é possível chegar ao momento em que foi feita a vinculação entre nome e objeto.

Trilhando um caminho oposto e contrapondo-se à idéia de que a linguagem é somente uma questão de nomeação e história, Saussure propõe estudar a língua na sua configuração atual, ou seja, entendê-la como um sistema passível de análise e que pode ser compreendida através de relações de identidade e de diferença. Ele desloca a atenção para o presente – estudar a língua por ela mesma - concentrando sua atenção na relação entre os elementos da língua. Para ele, a língua tem uma organização específica e, enquanto sistema, nenhum elemento individual tem sentido fora de seus limites.

Segundo Saussure, a linguagem é um sistema de signos (verbais ou lingüísticos) composto por duas partes. Ou seja, o signo é uma associação entre *significado* e *significante*, onde o primeiro é a imagem acústica e o outro o conceito. Ambos têm valor psíquico, porém não se deve confundir imagem acústica com som, mas tomá-la como a



imagem que construímos em nosso cérebro a partir do som. Para ele, não existe significante sem significado nem vice-versa, pois o signo só se completa com a presença de ambos. Entretanto, esta relação entre eles é arbitrária e convencional. O conceito de signo do autor concede uma relativa autonomia da linguagem em relação à realidade.

O princípio da arbitrariedade do signo é uma das importantes características do signo junto com a linearidade e a variação. De acordo com este princípio, a estrutura básica da linguagem não é mais revelada pela etimologia e pela filologia, mas pelas mudanças da linguagem através de configurações lingüísticas específicas. Contradizendo uma expectativa histórica, para o autor não existe um porquê para o nome das coisas. Depois que elas são nomeadas e aceitas socialmente, adquirem valor na língua.

“O signo tem valor relativo na língua, uma vez que vale, na relação com outro signo, tanto pelo que é como pelo que não é. Após ser dado o nome a uma coisa(...), o signo adquire um valor e os membros de uma comunidade o incorporam. Assim, conhecido tal valor, não se pode mais trocar (...).”(Valente, 2001)

Outra característica do signo é a linearidade, há uma seqüência na combinação dos elementos constitutivos do signo e a alteração na ordem da seqüência pode mudar o sentido proposto. Já que os significados têm a característica de serem considerados, praticamente, universais e não variam, o mesmo não ocorre com o significante que varia de língua para língua, constituindo assim a terceira característica do signo.

As reflexões de Saussure sobre a linguagem são dicotômicas. O autor as sistematiza em: diacronia e sincronia; língua e fala; paradigma e sintagma; significado e significante. O corte saussureano privilegia a sincronia sobre a diacronia, embora, segundo Benveniste, num primeiro momento, esta separação não fosse tão excludente como ficaria depois.

A abordagem diacrônica enfoca o estudo dos fatos de uma língua, observando como ela evolui através dos tempos. Já a sincrônica estuda a língua num determinado estado em que ela se encontra. Segundo Saussure, a sincronia deve prevalecer sobre a diacronia por ela estar mais próxima da realidade atual dos falantes da língua. Colocando-as num eixo a fim de estudar a língua, a diacronia está no eixo das sucessividades e a sincronia no eixo das simultaneidades. Destarte, todo enfoque diacrônico considera as sucessivas mudanças ocorridas na língua ao longo do tempo; já um enfoque sincrônico privilegia o estado em que a língua se encontra no momento atual, o recorte temporal é o atual. Segundo Saussure, o privilégio do aspecto sincrônico deve-se ao fato dele fornecer um quadro mais claro e preciso dos fatores e elementos presentes em qualquer estado da linguagem.

A distinção entre Língua e Fala é um dos calcanhares de Aquiles da proposta de Saussure. Ele privilegia a Língua sobre a Fala, embora, em um momento posterior, ele retome em seus escritos a questão do sujeito. Ele define a língua como um sistema, um conjunto de signos ou hábitos lingüísticos que possibilita as pessoas compreenderem e serem compreendidas no processo comunicativo. A língua é, segundo ele, coletiva e social. A inovação dessa proposta, na época, foi separar a Língua da Fala a fim de estudá-la enquanto sistema que possibilitasse uma abordagem sincrônica e descritiva, seguindo um método formal que permitisse não só status científico aos estudos como também entender a inteligibilidade interna da combinação dos elementos da língua. Para Saussure, a Fala é um ato individual, é o uso que é feito da Língua. Sobre esta distinção Lechte (2002) comenta que o lingüista genebrino introduz aqui uma distinção entre linguagem, enquanto estrutura mais ou menos coerente de diferenças, e linguagem como prática de uma comunidade de falantes. E que, embora Saussure defina que uma estrutura lingüística específica é distinta do discurso e que a base da linguagem, como fato social, é apreendida exclusivamente no

nível de estrutura, nada pode ascender a estrutura lingüística sem antes tornar-se manifesta nos atos individuais de discurso. Em sua opinião, a extensão da totalidade da estrutura só será conhecida caso se conheça também a totalidade dos atos de discurso. Desta forma, o domínio da estrutura sempre permanece; o que muda é como vai ser entendida a questão do discurso, ou seja, se ele vai ser entendido numa abordagem individual e psicológica ou se discurso é a concentração dos atos de discurso de toda uma comunidade. Para Lechter, a abordagem saussureana é que a linguagem é fundamentalmente uma instituição social e que uma abordagem individualista é inadequada para o lingüista.

Por fim, a relação Paradigma e Sintagma. Segundo ele, toda existência e manifestação da língua dependem de dois eixos, paradigmático e sintagmático, para elaborar qualquer mensagem. O Paradigma é o conjunto de termos com traços comuns de significação. Já o Sintagma é a concretização dos termos na construção frasal. De acordo com Saussure, o Paradigma está no eixo da seleção dos termos e funciona como um lugar-repertório de palavras, regras e normas, numa relação associativa em ausência, enquanto o Sintagma está no eixo de combinação dos termos e materializa na frase os termos em uma relação de presença.

Claudine Normand afirma que a grande contribuição de Saussure não foi a descoberta do caráter arbitrário do signo, mas a veiculação dele a um princípio semiológico, a teoria do valor. Segundo o lingüista, na língua existem apenas diferenças sem termos positivos. Isto quer dizer que se os termos do sistema são o produto da diferença não existem termos anteriores ao sistema. Assim, ou a linguagem existe como uma espécie de totalidade ou não existe de forma alguma.

De acordo com ele, a linguagem está sempre mudando, mas não devido a um trabalho dos indivíduos. Ela muda ao longo do tempo, independente da vontade dos falantes. Para Saussure, os indivíduos são tão formados pela linguagem quanto a formam.

Enquanto método, o estruturalismo trouxe uma abordagem mais rigorosa e sistemática para as ciências humanas, enfatizando a importância do domínio sócio-cultural para os seres humanos. Saussure enfatiza a importância de não estudar os atos de discurso isolados do sistema de convenções onde são produzidos, sendo inadequado estudar fatos sociais e culturais independentemente do sistema social ou cultural onde são produzidos.

A sociedade ou cultura, em um determinado estado de desenvolvimento, torna-se o principal objeto de estudo estruturalista. A geração estruturalista procurou em seus trabalhos mostrar como as relações diferenciais dos elementos no sistema (uma série de textos, um sistema de parentesco ou imagens fotográficas, por exemplo) produzem sentidos, sendo necessário serem lidos ou interpretados. Ou seja, o estudo da vida sócio-cultural é visto como um modo de decifrar os signos através de seu valor diferencial e não do seu valor “natural”, buscando também observar o nível sintomático da significação e o nível explícito da mesma.

A estrutura refere-se ao valor dos elementos num sistema ou contexto e não na sua existência física ou natural. Na estrutura, nada social ou cultural existe como um elemento “positivo”, essencial, fora dela, isolado de todos os demais elementos. A objeção feita à ênfase na estrutura para o estudo da vida social e cultural é que ela não dá espaço para o papel da prática e da autonomia individual. Segundo Lechte (2002), um viés conservador que nega a possibilidade da mudança é uma consequência da estrutura, é um problema que ainda não foi resolvido. Mas, para ele, o mais importante é reconhecer a diferença entre a liberdade do indivíduo hipotético – cuja própria existência social seria equivalente a um

limite na liberdade – e uma sociedade de indivíduos livres, na qual a liberdade seria o resultado da vida social compreendida como uma estrutura de diferenças. Parafraseando Saussure, o autor diz que a sociedade é um sistema de liberdade sem termos positivos, ou seja, não há liberdade essencial ou substantiva; não há nenhuma liberdade encarnada no indivíduo em um estado de natureza.

O modelo saussureano é passível de várias críticas principalmente pelo fato do modelo lingüístico privilegiar a sincronia e se afastar do caráter dinâmico da língua. A exclusão da fala e da história neste modelo não leva em conta as heterogeneidades marcadas na língua, nem as disputas de poder e nem os fatores externos como geográficos, políticos e culturais como indicadores do modo como a língua é colocada em prática.

Outra crítica ao modelo saussureano é a exclusão do sujeito que, devido às características, dá à sociedade um caráter mais de conflito do que de acordo. O autor não trabalha com a noção de instituição social que vincula o funcionamento da língua às relações de poder resultantes das práticas sociais e não reconhece o potencial conflitivo das instituições sociais, o que leva a pensar que elas são um fim específico de comunicação de uma forma pacífica segundo uma coletividade concebida de maneira abstrata.

Ribeiro (1995) ressalta ainda que as análises estruturalistas tiveram o mérito de mostrar os mecanismos de funcionamento interno dos textos, entretanto não foram mais além naquele momento por não se darem conta de uma lógica específica dos discursos, “aquela que define o exterior, não como contexto, mas como princípio articulador do interior”(p.44).

## **2 - A influência saussureana na antropologia de Levi-Strauss, na psicanálise de Jacques Lacan e na filosofia de Jacques Derrida**

Os escritos de Saussure tiveram grande influência em outras áreas possibilitando expandir conceitos e propor novas metodologias e modos de acercamento de objetos em sua relação com a linguagem. No campo da cultura e linguagem, o antropólogo Lévi-Strauss se inspirou nos trabalhos de Jakobson e Saussure para desenvolver suas observações. Partindo da idéia de que a fonologia deve ser um paradigma norteador de pesquisa, ele ressalta o caráter inovador da proposta estruturalista para as Ciências Humanas ao estudar as relações entre os termos da estrutura.

Nöth (1996) indica a influência de Trubestzkay nos quatro princípios desenvolvidos por Saussure nos seus estudos. O primeiro é a mudança do estudo dos fenômenos conscientes para o estudo da sua infra-estrutura inconsciente; o segundo indica a mudança nos estudos dos termos para o estudo da relação entre eles; o terceiro princípio é o estudo do sistema como um todo; e por fim, a descoberta de leis gerais que compõem/comandam/constituem o sistema.

Empolgado com a abordagem saussureana, Lévi-Strauss aplica os princípios analíticos da lingüística estruturalista a diversos fenômenos antropológicos. Nos escritos sobre a estrutura de parentesco, ele desenvolve a pesquisa fazendo uma analogia entre linguagem e cultura, identificando que os termos de parentesco, enquanto fenômenos, são elementos de significação. “Como os fonemas, eles adquirem significação somente se estão integrados em sistemas”. (Levi-Strauss; 1958:p.34 )

Considerando que os sistemas de parentesco são semelhantes aos sistemas fonêmicos, o autor descreve que eles são construídos pela mente no nível mais profundo do

pensamento inconsciente. Nestes sistemas, é possível perceber que eles expressam regras que formam um sistema de troca. Levando em consideração o que foi dito antes, o parentesco é um sistema de comunicação, uma linguagem onde os casamentos e as mulheres compõem as mensagens. Afastando-se de uma explicação biológica para descrever as estruturas de parentesco, ele as concebe como formadas por um simbolismo cultural e, portanto, enquanto signo, tem um traço de arbitrariedade.

Um outro tema estudado por Levi-Strauss, segundo o modelo estruturalista, foi o mito como um sistema sógnico. Para ele, os mitos são mensagens produzidas por um código cujas estruturas são parecidas com as da língua natural. Usando conceitos do método estruturalista lingüístico como segmentação, classificação e busca de operações binárias, o autor estuda o mito de Édipo. A partir deste estudo, ele constrói o conceito “mitema” cuja função na cultura é semelhante a dos fonemas na linguagem: são a bases das variantes culturais míticas. De acordo com Lévi-Strauss, os mitemas são classificados em quatro e divididos em dois pares de oposição com valores negativos ou positivos representados no mito através da resolução de um conflito. A atitude negativa de Robin Hood torna-se positiva dentro da máxima “ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão”.

Herdeiro da lingüística estruturalista, o antropólogo, define que a vida social e cultural não pode ser explicada pela natureza intrínseca dos fenômenos, ela deve ser analisada levando em conta a maneira pela qual os sistemas se combinam. Os conceitos “diferença” e “relação” combinados possibilitam a percepção das oposições e contradições dentro do sistema, dando uma dinamicidade ao social e não estudando apenas o sistema no seu valor intrínseco, como propunham os funcionalistas. Para Levi-Strauss, é a dimensão cultural e não a natureza que constitui o humano. Afastando-se das explicações naturalista

que colocam as relações na dimensão do natural, do já dado, o autor, ressalta a força da linguagem como fator predominante na constituição do homem. Na sua opinião, as estruturas simbólicas de parentesco, a linguagem e o sistema de trocas de bens são os indícios investigativos para compreensão do modo como a vida social se constitui.

Lechet (2002) comenta que a obra de Levi-Strauss é ambivalente no que se refere ao estruturalismo. Teoricamente, ele trabalha com a idéia da estrutura ser um modelo abstrato resultante da análise de fenômenos compreendidos como um sistema mais ou menos estático de diferenças - abordagem tipicamente sincrônica, porém, na prática, o conceito usado pelo autor tem uma essência ternária cujo terceiro elemento desta estrutura seria sempre vazio, de modo que poderia assumir qualquer significado – ressaltando, assim, o dinamismo do fenômeno e, por conseguinte sua dimensão diacrônica. Esse elemento vazio seria elemento da história, aspecto importante na perpetuação dos fenômenos culturais e sociais.

Jacques Lacan, sob o efeito da proposta estruturalista, faz uma releitura de alguns conceitos de Freud, tendo como método as dicotomias saussureanas. Devido a sua ligação com o estruturalismo, durante um certo tempo desenvolveu suas idéias a partir de oposições binárias. A sua celebre afirmação que o inconsciente se estrutura como uma linguagem causou um certo alvoroço entre os psicanalistas freudianos. Para chegar até esta afirmação, Lacan, parte da teoria psicanalista de Freud de que o homem usa a linguagem em dois níveis: consciente e inconsciente. Simultânea à mensagem expressa pelo eu consciente, é transmitida a mensagem conflitante do seu próprio inconsciente. Ainda envolto numa perspectiva mais individualista, Freud considera a dimensão da psique, portanto do biológico, como a constituidora do inconsciente.



Para Lacan, a mensagem do inconsciente que é expressa através da mensagem é, na verdade, o discurso do Outro que se faz presente na minha fala. O autor usa o termo com vogal maiúscula para diferenciar do sujeito empírico e ressaltar a abrangência do termo que se configura como “as vozes da cultura e do social”. Seguindo a linha de raciocínio lingüística estruturalista, ele resalta que tanto as mensagens do consciente quanto do inconsciente possuem uma estrutura lingüística e o que vai ser descoberto na experiência psicanalista vai ser, na verdade, toda a estrutura da linguagem.

De acordo com as proposições lacanianas, a linguagem do inconsciente é um sistema de signos diáticos, significado/significante. Porém a barreira que os separa torna-se um abismo que não permite um acesso ao outro. Desta forma, segundo ele, seria uma ilusão acreditar que o significante seja a representação do significado porque toda significação é sustentada por outra significação. Há uma dominância do significante sobre o significado.

Refletindo sobre o processo de comunicação, ele afirma que o sujeito é dividido em outra dimensão além do consciente e do inconsciente, pois nesta dimensão “o eu é oposto a seu próprio alter-ego”, que é a imagem que o sujeito tem do eu. Esta imagem deriva-se do estágio do espelho – processo em que a criança começa a diferenciar sujeito e objeto (representação). Segundo Lacan, a comunicação é um processo onde o emissor se reconhece na mensagem do receptor, ou seja, ele recebe a sua própria mensagem na mensagem do receptor, o outro é um espelho do eu. O sujeito se constitui enquanto sujeito através da sua própria pergunta. Nesta relação, dois paradoxos se fazem presentes: o primeiro é que a função comunicativa não é informar, mas evocar - a comunicação é uma busca na palavra pela resposta do outro. O segundo paradoxo é que o sujeito é autônomo

dentro da estrutura, mas é escravo da linguagem. Por ser determinado pela estrutura da linguagem, o sujeito tem seu lugar escrito desde o seu nascimento – a tradição onde o discurso se insere funda as estruturas elementares da cultura, ou seja, a linguagem enquanto constituição da memória transpassa os seres humanos numa ordem simbólica.

Considerado como pós-estruturalista ou neo-estruturalista, o filósofo Jacques Derrida contribui para a constituição desse cenário teórico quando propõe desconstruir as estruturas. Conhecido como o pai do desconstrutivismo, seu objeto de confronto é a teoria do signo de Saussure. Ele rejeita a idéia de uma estrutura inerente ao texto e às afirmações sobre os códigos de interpretação e textos universais. Não existe um significado transcendental e o jogo da significação é infinito, desta forma recupera a idéia peirceana de semiose.

Para ele, as significações são geradas num processo dinâmico que envolve *différence* e *différenca*. O primeiro termo é baseado no princípio saussureano de estrutura onde o signo só adquire significação pela sua relação de diferença em relação aos outros signos no sistema. Desse modo, cada signo traz em si o traço de todos os outros elementos com os quais ele entrou em contato. Isto, segundo Derrida, é a sua dimensão temporal. O segundo termo define que os signos não são marcados só pela presença ou por uma ausência estática, pois tanto a ausência como a referência implicam um processo dinâmico e este processo de adiamento resultante do efeito das diferenças é uma regressão infinita.

Segundo ele, o texto é uma rede de traços que não possui uma significação definitiva. Sua interpretação é um processo que não se tem controle. A linguagem do cotidiano não é neutra, traz em si todas as pressuposições e adoções aculturais da tradição. O sentido é relacionado ao contexto e não ao significado. Não existe um contexto adequado

que leve a um sentido final, pois todo contexto é livre de fronteiras.

Em sua obra, Derrida tem procurado estudar a diferença, confrontado-a com a noção de identidade, mostrando como este conceito traz em si, numa visão tradicional de caráter aristotélico, a idéia de que existe uma realidade essencial, de origem simples onde não existe a contradição homogênea e que não carece de mediação, totalmente consciente de si, sem ruptura entre origem e consciência. A crítica desta visão de identidade é que ela exclui conceitos muito caros a contemporaneidade e que problematizam questões que a sociedade está se defrontando como: complexidade, mediação e diferença. Para ele, diferença não é uma diferença entre duas identidades, oposição, mas uma rede remissiva de produção de sentido pelo adiamento (*différance*).

### **3 – Peirce e a natureza ternária do signo**

Vivendo na mesma época de Saussure, mas em continente diferente, o filósofo e matemático norte-americano Charles Sanders Peirce propôs um outro modo de percepção do signo. O ponto de partida da sua teoria baseia-se no questionamento histórico-filosófico de como ocorre a apreensão e compreensão do mundo pelo ser humano. A obra deste autor é monumental, com mais de dez mil páginas escritas num trabalho em constante modificação. “Não existe, em suma, nenhum documento peirceano sistemático e definitivo sobre a natureza dos signos; apenas reelaborações sucessivas que se repetem tanto quanto inovam.” (Lechte, 2002; p.167)

A contribuição importante para a teoria do signo foi a proposição de que o mesmo possui uma natureza ternária. Este novo modo de perceber o signo se afasta da proposição binária de Saussure. Segundo Peirce, tudo que a nossa mente apreende e tudo que a

consciência capta faz numa gradação de três elementos formais: a qualidade de sentimento, a ação e a reação e a mediação. Estes elementos são mais do que modos de apreensão de fenômenos, são também a base de todo e qualquer fenômeno físico ou simbólico, ou seja, os sentidos vão sendo formados sempre numa relação ternária. Para o semioticista norte-americano, as cognições, as idéias e os seres humanos são entidades semióticas que têm um passado e que estão ligadas em cadeias formando uma semiose infinita. Ou seja, toda ação implica a cooperação de um signo, seu objeto e seu interpretante. Este modelo esvazia as concepções psicologizantes de pensar o sujeito fora da semiose. Ele o conceitua diferente da forma binária que entende que toda ação ocorre entre dois sujeitos: um agente e o outro paciente.

Pode-se afirmar, então, que a semiótica tem por objeto de estudo a semiose, estando inclusa uma idéia de processo e não do signo como um elemento individual. A noção de semiose ilimitada pressupõe o pensar na forma de um diálogo composto por signos.

“A idéia da semiose ilimitada que ocorre na forma de um diálogo permanente assemelha-se, sob certos aspectos, a uma circularidade hermenêutica no processo dialógico entre o eu e o outro: o eu se torna outro e o novo outro, por sua vez, se torna eu novamente, e assim por diante.”

Duas outras questões merecem destaque no pensamento de Peirce: sua preocupação com a pragmática e a natureza social do dispositivo ternário do sentido. Quanto à pragmática, ele a considera de suma importância por considerá-la uma terceira dimensão no estudo dos signos que possibilita não um movimento como a proposta triádica dos signos. A interpretação do signo é um processo dinâmico por parte do receptor. Segundo Pinto (1994), a grande contribuição de Pierce é a noção de que o homem é um produto da linguagem. Ele só se constitui enquanto sujeito pela linguagem. Sob esta nova forma de

pensar, a semiologia moderna contribui bastante para as pesquisas sobre o signo/discursos.

No que se refere à natureza social do sentido, existem dois aspectos. O primeiro é a desconstrução da posição do sujeito quanto à produção de sentido. Pode-se, então, dizer que o sujeito “desliza pelo tecido infinito da semiose”. Tecido este composto sempre de malhas triangulares. O outro aspecto é a linguagem. A teoria peirceana não se centra na comunicação, mas no sentido. Ela exclui o modelo em que o sujeito seria fonte dos atos intencionais. O sentido vai sendo construído a partir das infinitas relações existentes entre o objeto, o signo e interpretante.

Pinto(1994) indica como contribuições do pensamento de Peirce para a Semiologia dos Discursos Sociais o conceito de semiose – a capacidade de um interpretante gerar outro interpretante numa cadeia infinita de remissivas - e o fato do homem ser produto da linguagem, o fato do conhecimento ser sempre mediado por algum sistema de representação, ou seja, mediado pela cultura e, conseqüentemente, pela linguagem, uma vez que toda representação ocorre sempre por algum sistema de linguagem e será pela linguagem e na linguagem que o homem vai se constituir como sujeito. Eliseo Verón (1996) destaca, ainda, que a semiótica peirceana definiu uma problemática teórica fundamental ao conceber o modelo sêmico como ternário: a das relações entre produção de sentido, a construção do real e o funcionamento da sociedade.

#### **4- Benveniste e a Teoria da Enunciação**

O papel do lingüista Emile Benveniste é fundamental na construção teórica da proposta semiológica ao devolver o estatuto do sujeito à linguagem com a sua teoria da Enunciação e o conceito de contextualização que tem por base a relação entre língua e

cultura. Na proposta de Benveniste, o homem não nasce na natureza, mas na cultura. Nascido no Cairo, o lingüista estuda a linguagem numa perspectiva lingüística e semiótica como um instrumento de comunicação, como um fenômeno social e cultural e como veículo de subjetividade.

Comentando a proposta de Benveniste, Lacan considera que ele sepultou de vez as interpretações behavioristas ao argumentar que a linguagem humana não é só uma troca entre estímulo e resposta. Pelo contrário, o sujeito investe toda sua subjetividade na linguagem que é sempre um diálogo entre pessoas, diferente de um sistema de sinais em que não existe diálogo. Por isto, a idéia behaviorista mais uma vez é refutada, uma vez que a linguagem pode ser passada para uma terceira pessoa, o que não acontece num sistema de sinais, pois a mensagem não vai além do receptor. Devido à linguagem humana mobilizar inúmeros conteúdos e possuir várias formas de expressão, ela exige da recepção um movimento dinâmico de interpretação e reinterpretação dos infinitos significados presentes na enunciação (para usar uma idéia peirciana). Segundo o autor, a linguagem nunca se repete como no sistema dos sinais e nem possui um programa limitado de conteúdo. A linguagem é constituinte da ordem social e não o oposto.

Lechte (2002) comenta que, de acordo com Benveniste, qualquer lingüista que queira fazer justiça à dinâmica da linguagem deve vê-la como uma instância discursiva, um discurso, pois o discurso é a realização da linguagem. Para este autor, um elemento fundamental da teoria de Benveniste sobre a linguagem enquanto discurso é a teoria dos pronomes, principalmente a polaridade entre eu/tu. O Eu e o Tu são pronomes de primeira e segunda pessoas, o ele/ela constitui a terceira pessoa que funciona como uma possibilidade da primeira e da segunda pessoa, os pronomes de terceira pessoa não designam os sujeitos

que os enunciam e sim algo ou alguém que está fora da relação eu-tu, “é uma ‘não pessoa’ revelada pela voz neutra da narrativa ou da descrição – a voz da denotação”. (2002:p.57)

Para ele, a transformação do indivíduo em sujeito só ocorre mediante a presença de um interlocutor. Na sofisticada descrição do sistema da língua há uma região – aparelho formal da enunciação - que é responsável pelas formas que possibilitam colocar todo o sistema em funcionamento. As formas são os pronomes pessoais e todas as marcas – segundo ele, indicadores que remetem, através do eixo enunciativo eu/tu, ao contexto enunciativo. A plenitude do sujeito não se localiza nem no eu nem no tu, mas na relação intersubjetiva.

O conceito de enunciação desenvolvido por Benveniste se define como um colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização. “É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: *é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado*, que é o nosso objeto.”(Benveniste, 1989, p. 82) (grifo meu).

Desta maneira, a enunciação é o modo pelo qual o homem se faz sujeito e transforma em realidade o que até então era uma língua em estado potencial. No processo enunciativo, a priori, a língua é apenas uma possibilidade, uma vez que ela ainda não foi colocada em uso. Num segundo momento, após a enunciação, ela se realiza enquanto instância de discurso que emana de um locutor e suscita outra enunciação como resposta. A enunciação se transforma em discurso toda vez que o locutor põe a linguagem em funcionamento através da fala.

A relação que o locutor estabelece com a língua determina as marcas da enunciação.

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua

enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.( Op. Cit., p. 84)

Para Benveniste, a enunciação pode ser definida como um processo de apropriação. Ele acontece quando o indivíduo se apropria do aparelho formal da língua e enuncia a sua posição enquanto locutor através de índices específicos e procedimentos outros para se assumir enquanto sujeito falante e implantar a “presença” do outro.

Esta atitude de enunciação que institui a presença de um alocutário é, explícita ou implicitamente, uma alocução. Finalmente, um terceiro elemento nesse processo enunciativo é a referência. Ela está presente quando a língua é utilizada para estabelecer uma certa relação com o mundo.

Com a teoria da enunciação, Benveniste constitui as bases da semiologia moderna. O modelo saussureano resolvia as questões apenas no âmbito da semiótica, mas faltavam elementos que permitissem a compreensão do conjunto dos referentes. A sua proposta de trabalho se centra na análise intralingüística através do discurso – chamada de “análise semântica”, por oposição à análise semiótica do signo, e na análise translingüística dos textos, uma metassemântica sobre a semântica da enunciação.

O autor trabalha, ainda, com a noção de signos vazios contrapostos a signos plenos como ilustração de seus argumentos sobre as formas constituidoras dos aparelhos formais da enunciação. Os signos plenos estão fora do aparelho formal e relacionam-se com o mundo biossocial, já os signos vazios só se preenchem em situação de enunciação.



Considerados instrumentos gramaticais, os pronomes pessoais (eu/tu) e as preposições articulam modos de preenchimento dos signos vazios. Enquanto as preposições vinculam palavras, sintagmas, formando orações numa relação palavra/palavra, os pronomes pessoais criam vínculo entre palavras e falantes. A cada ato de enunciação a relação palavra/sujeito preenche o signo vazio ao localizar o sujeito no tempo e no espaço de uma interlocução e ao por em funcionamento todo o sistema lingüístico em uma situação concreta de enunciação. Ao comentar esta situação proposta por Benveniste, Correa (2001) afirma ser

(...) interessante pensar que a palavra que permite a nossa identificação como sujeito diante de uma outro é justamente a que é vazia de nós fora dessa relação, com a particularidade que a dividimos, para o mesmo fim, com todos os outros falantes. Ora, a mais íntima expressividade que nos é dada pelo uso da palavra ‘eu’ diante de um ‘tu’ e nos torna plenos de resposta no momento seguinte – quando usada pelo nosso interlocutor - é também a que nos aliena de sua propriedade. A plenitude do sujeito não se localiza, portanto, nem no ‘eu’ nem no ‘tu’, mas na relação intersubjetiva. ( p.33)

Essa teoria contribui para os estudos semiológicos por introduzir a noção de processo no uso da linguagem onde um sujeito o realiza através da compreensão. Benveniste se interroga sobre o modo de dizer. Mesmo sendo o dizer um ato individual, ele se faz dentro de um processo social. É impossível se desvencilhar das coerções, sejam históricas, culturais ou sociais, porque o sentido só se estabelece dentro dessa ordem.

A língua contém a sociedade, pois é por ela que o homem se insere no mundo. A linguagem é, sem dúvida, o produto da cultura que o homem aprende e com ela domina a natureza. Ela possui, ainda, bases subjetivas e é preciso entender a relação linguagem-

discurso-subjetividade para se entender o discurso. Nenhuma enunciação está desvinculada do jogo social. Assim, a semiologia opera com uma teoria não subjetiva do sujeito. O dizer, enquanto enunciação, constitui o enunciado e deixa nele as suas marcas. É através destas marcas que é possível obter um melhor conhecimento sobre o processo de produção do discurso e os sujeitos de linguagem envolvidos nele.

O conceito de subjetividade acrescenta um novo elemento na estrutura discursiva; ele refere-se tanto a uma entidade gramatical quanto a um falante, sendo, dessa forma, construído dentro do discurso. No ato enunciativo, o sujeito define sua posição discursiva através dos dêiticos (eu, tu, aqui, agora). As marcas da enunciação são consideradas indivíduos lingüísticos: pronomes pessoais e demonstrativos, tempo e modalidades verbais, forma de intimação, interrogação, advérbios de modo, asserções que só adquirem sentido no momento da enunciação, sempre em relação ao “aqui e agora” do locutor, e do funcionamento do discurso enquanto demonstração, argumentação e ou persuasão.

Ao colocar o sistema da língua em funcionamento, o sujeito faz um movimento que vai do plano semiótico para o pleno semântico. No plano semiótico, a relação significado/significante se mantém e conserva a idéia de que um sistema autônomo só depende de suas relações internas; no plano semântico, vai mais além ao propor que a enunciação é um processo de estabelecer referências no mundo pelo ato enunciativo.

Uma terceira idéia de Benveniste é muito importante para esta tese. É a idéia de que a língua é um instrumento de comunicação que relaciona homens-homens numa relação intersubjetiva e não uma relação homem-objeto que afirma que a língua é um instrumento.

## **5 – Austin e a teoria dos atos de fala**

A filosofia da linguagem tem duas acepções: uma versão mais estrita cuja investigação filosófica se direciona para a natureza e o funcionamento da linguagem; a outra versão que tem um caráter mais amplo e faz uma abordagem crítica de problemas filosóficos da linguagem. A filosofia da linguagem pode ser classificada também segundo duas espécies : uma que é influenciada pela lógica simbólica cujo objetivo é revelar a verdadeira estrutura que está por trás das sentenças usadas na linguagem natural e a outra que tem como modelo a linguagem do cotidiano, seu caráter ordinário.

Concordando com a tese de Wittgenstein que a linguagem se esclarece através da ação, o filósofo J.L.Austin elaborou a teoria dos atos de fala. Austin trabalha com a idéia de que a função primordial da linguagem não é descrever o mundo, mas comunicar, e para isto se afasta das análises de frases e se concentra nos atos de emissão de frases – proferimentos – realizados por falantes em situações concretas direcionadas para determinados ouvintes. A teoria dos atos de fala ou das forças elocucionárias substitui a teoria dos performativos também de Austin. Na teoria dos performativos, há dois tipos de proferimentos: os constatativos, que são aqueles que constatamos algo e os performativos, com os quais produzimos ações. Os proferimentos constatativos são os atos de dizer alguma coisa sobre algo caracterizando-os como falsos ou verdadeiros, entretanto existe uma infinidade de proferimentos não são em falsos ou verdadeiros que o autor classificou de proferimentos performativos por eles serem mais do que descrições são ações realizadas como pedir, batizar, declarar aberta uma sessão etc.

Para Austin, os performativos podem ser felizes (bem-sucedidos) ou infelizes (mal sucedidos) segundo a autoridade de quem profere. O autor distinguiu, ainda, os

proferimentos performativos em explícitos e implícitos ligados a uma ação verbal direta através de verbos performativos ou indireta sem o uso de tais verbos, e só as circunstâncias indicam se, por exemplo, a frase “Me espere” é uma promessa, uma ameaça ou qualquer outra ação. Neste primeiro momento, a teoria deste autor se centrava na distinção entre proferimentos constataativos e performativos. Depois o autor chegou à conclusão de que todo proferimento constataativo possui características performativa e no final os dois terminavam sendo um só.

A partir desta constatação, ele desenvolveu uma teoria nova. A teoria dos atos de fala ou das forças ilocucionárias. Esta teoria tem como base a idéia de que sempre que somos bem sucedidos numa comunicação estamos fazendo isto em três atos: um ato ilocucionário, um ato locucionário e um ato perlocutório. O ato locucionário é o ato de dizer alguma coisa, uma sentença com sentido – ele possui um arranjo sintático e um conteúdo semântico, podendo ser decomposto em três atos: *o fonético*, relativo a emissão de uma seqüência de fonemas; *o fático*, referente a emissão de uma seqüência de palavras que pertencem a um determinado vocabulário e que são organizadas de acordo com uma gramática; e *o rético*, que é uma seqüência de palavras que dizem alguma coisa sobre algo – sentido e referência.

Junto a este ato de dizer algo existe o ato que realizamos quando dizemos algo, ou melhor, ao dizermos algo, que é responsável por um fazer que é o ato ilocucionário. No momento que uma pessoa diz “ Venha jantar comigo amanhã”, algo mais está sendo feito que não se restringe só ao ato locucionário da sentença dita acima. Ao expressar uma idéia a pessoa pode estar apenas fazendo um convite, dando uma ordem, fazendo uma ameaça etc. e que, em qualquer um dos casos citados, a pessoa pode estar realizando o ato

ilocucionário de ameaçar, convidar, ordenar.

O terceiro ato realizado num proferimento é o perlocucionário que é o ato que uma pessoa pode realizar por ter feito um ato ilocucionário. Ele é um efeito do ato ilocucionário sobre os sentimentos, pensamentos ou ações da pessoa em interação num ato comunicacional. Se uma pessoa nos encontra na rua e diz “Silêncio” o ato ilocucionário realizado é o de ordenar. O ato perlocucionário é o que o ato ilocucionário causa em quem ouve a sentença. Diferente do ato ilocucionário, o perlocucionário não depende de convenções. Os três atos de fala propostos por Austin são abstrações para o fato de que o falante, ao pronunciar alguma coisa, o faz mobilizando uma força ilocucionária e uma intenção, a de produzir um certo efeito no ouvinte.

A pragmática - nesta perspectiva - sepultou de vez, segundo Correa (2002), as dicotomias saussureanas, dentre elas verbos que descrevem e verbos que indicam ação, para pensar a linguagem como ação, e que não é a língua que significa – o sentido não está só nas palavras, mas ao mesmo tempo nas palavras, nas pessoas que as utilizam e nas circunstâncias que envolvem cada proferimento. Para este autor, o ritual que produz sentido já não é só verbal, envolve a força ilocucionária de cada ato de fala ao ser produzido. A contribuição de Austin para os estudos da linguagem, de acordo com Correa (2002), é a simultaneidade que envolve os três atos no momento da produção de um enunciado e que permite diferentes articulações: lingüística e lógica (relação linguagem e mundo), lingüística e pragmática (relação linguagem e ação) e lingüística e retórica (relação linguagem e persuasão), derivando, assim, algumas linhas investigativas sobre a problematização da linguagem como representação do mundo, a relação/ação entre os falantes e, por fim, os efeitos produzidos segundo a ação verbal proposta pelo falante.

Continuando, Correa (2002) considera que a proposta de ato ilocucionário contribui, junto com Benveniste (o papel da intersubjetividade na linguagem), Labov (o papel das circunstâncias de comunicação e da cooperação entre os interlocutores) e Pêcheux (o papel da ação sobre o outro e as relações de poder - pois o sujeito jurídico responsável pelos atos de fala realizados sob as convenções dos rituais lingüísticos usados no cotidiano é dado como neutro), para as discussões futuras no campo da linguagem ao considerar o sujeito como fundamental na produção de enunciados. Por fim, este autor ressalta que “a linguagem concebida como ação, língua concebida como fonte de recursos fônicos e sintático-semânticos e ato de fala entendido como interface verbal de um ritual não apenas lingüístico são as principais contribuições da pragmática. (Correa: p.44)

De acordo Austin, existem regras para a concretização de um ato de fala. Para que ele se realize é preciso haver um procedimento convencionalmente aceito. O procedimento tem de ser executado correta e integralmente por determinadas pessoas e em circunstâncias adequadas. As atitudes das pessoas envolvidas no procedimento devem estar de acordo com os pensamentos, os sentimentos e as intenções requeridas pela conduta a ser seguida, e uma prática ritual, que não precisa ser necessariamente só lingüística. Segundo Austin, as determinações acima são da ordem do exercício da linguagem e, portanto, produzir linguagem é trabalhar com as convenções e os usos que se faz delas.

A teoria dos atos de fala é produzida no cenário inglês do começo do século, tendo a tradição da filosofia analítica de G. Moore, Bertrand Russel e Ludwing Wittgenstein como marcos fundadores. A proposta teórica da filosofia analítica era uma reação ao idealismo absoluto e ao empirismo ingleses. Enquanto o primeiro ressaltava que a realidade fazia parte do Absoluto e que a consciência deveria reconhecer-se como parte do Absoluto, a

segunda vertente de caráter psicológico e subjetivista reduzia a realidade e a considerava como resultante da experiência psicológica do sujeito empírico.

Com a filosofia analítica, as questões que envolvem esta área mudam de enfoque, a questão da consciência cede lugar à linguagem e o conceito de representação é substituído pelo conceito de significado. Marcondes Filho afirma na apresentação da edição brasileira de 'Quando dizer é fazer' que "O ponto central da concepção de Austin e sua principal contribuição à filosofia da linguagem parece-me ser a idéia de que a linguagem deve ser tratada essencialmente como uma forma de ação e não de representação da realidade"(1990:p.11). A idéia do autor inglês é que o significado de uma sentença não está nos seus elementos constituintes, nem no sentido ou na referência das partes que compõe o todo da sentença, o significado é determinado pelas condições de uso da sentença.

Duarte (2003) comenta que a proposta austiniana sofre algumas críticas quanto à distinção entre os valores locutório, ilocutório e perlocutório dos enunciados por não ser possível fazer claramente uma distinção entre ilocutório e perlocutório, dependendo da situação, e entre o locutório e ilocutório uma vez que o primeiro traz na sua constituição os atos réticos (sentido e referência do enunciado) que torna difícil, nas palavras deste autor, distinguir o sentido inerente ao valor locutório e o sentido inerente ao valor ilocutório do enunciado. Outra crítica refere-se à classificação dos atos ilocucionários proposta por Austin, que devido a sua grande variedade não permite que se faça uma classificação segundo determinados critérios mais rígidos de verificação; e, por isto, ele os arrumou sem se preocupar em exaurir todas as possibilidades nem um rigor maior, limitação já apontada por Austin, e que foi trabalhada exaustivamente por John Searle.

Austin, ao reconhecer a infinidade dos atos ilocucionários, organizou-os em cinco

classes: atos vereditivos, aqueles que dão um veredicto pronunciado por quem de direito legitimado institucionalmente cujos verbos veredictivos mais usados são absolver, condenar, decretar etc.; atos exercitativos, intervêm na transformação do estatuto institucional de coisas ou pessoas e os verbos são designar, despedir, nomear, ordenar etc.; atos promissivos, consistem numa promessa que compromete o falante numa ação; atos comportamentativos estão relacionados a atitudes e comportamentos sociais como, por exemplo, pedir desculpas, agradecer, cumprimentar, louvar etc; e os atos expositivos são aqueles que permitem uma exposição do falante através dos verbos afirmar, negar, notar, descrever, explicar, responder etc.

## **6 – Bakhtin e a visão dialógica da linguagem**

O filósofo Mikhail Bakhtin é um instaurador de discursividade, conceito proposto por Michel Foucault no texto “O que é o autor” ao desenvolver em seus estudos no campo da teoria literária e da filosofia da linguagem os conceitos de dialogia e polifonia. Até pouco tempo, muitos pesquisadores trabalhavam com a hipótese de que a língua é um lugar de interação entre emissor e receptor, onde o primeiro controla a relação e o discurso. Este tipo de pensamento vai inclusive influenciar teórica e metodologicamente algumas teorias da comunicação. Bakhtin propõe uma outra forma de pensar esta relação. Para ele, a língua é um espaço onde os sentidos se constituem na interação Eu/Outro e são resultados dos conflitos de interesses. A linguagem é o resultado de uma permanente disputa de sentido entre os indivíduos que vão se constituindo por um uso social, histórico e culturalmente determinado.

A linguagem invoca o conceito político de liberdade



porque linguagem é luta contra a necessidade de certas formas. A linguagem é um nome unificante desenvolvido para a ação do que é uma dispersa e poderosa formação de forças sociais. Seja ou não a interação social vista como uma luta de classes, as forças sociais são sempre concebidas como estando em conflito, exceto nas utopias, motivo pelo qual o termo utópico veio significar irreal. Bakhtin argumenta que a linguagem é o locus onde tais embates se travam de maneira mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais íntima e pessoal. É na linguagem, e não na nação-estado, que a força social encontra a sua expressão mais realizada.

(Clark e Holquist, 2000,p.240)

Confrontando-se com as correntes teóricas da filosofia da linguagem classificadas de Subjetivismo Individualista e Objetivismo Abstrato, Bakhtin critica a primeira, dentre os vários argumentos, por considerar o psiquismo como fonte da fala. Ele dialoga com o pragmatismo anglo-saxão, o psicologismo empirista e a escola de Vossler, questionando a redução que fazem do ato lingüístico a uma criação individual, onde o sujeito livre toma a língua como seu instrumento de uso. Quanto à segunda corrente, a interlocutora é a escola de Genebra na figura do lingüista Ferdinand de Saussure. A crítica é pelo fato desta corrente privilegiar a língua como sistema estável de normas não afetado pelas variações individuais da fala. A proposta de Saussure, como vimos acima, privilegia a língua que – segundo Bakhtin – é um sistema abstrato de formas. Para esta corrente, não é o processo – a fala no cotidiano, mas o sistema fixo das normas lingüísticas que faz da língua um fenômeno social.

A diferença entre as duas orientações fica muito bem ilustrada pela seguinte: as formas normativas, responsáveis pelo imobilismo do sistema lingüístico (ergon), não eram, para a primeira orientação senão resíduos deteriorados da evolução lingüística, da verdadeira substância da língua, tornada viva pelo ato

de criação individual e único. Para a segunda orientação, é justamente este sistema de formas normativas que se torna a substância da língua. (Bakhtin,1992,p.82)

O entrave surgido nas duas vertentes é que elas enunciam a fala como um fenômeno individual e não social – retirando do enunciado o seu caráter polifônico. Para Bakhtin, a verdadeira substância da língua “é constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizado através da enunciação. A realidade da língua é o diálogo”. (Ribeiro,1995, p.53)

Desde o começo, já nos seus escritos sobre arte e responsabilidade, a relação de alteridade é tema central nos trabalhos de Bakhtin. Segundo ele, quando “eu” se relaciona com o “outro” ambos vão constituindo um lugar, uma identidade e um tempo específico no mundo. Na visão bakhtiniana, todos nós interagimos constantemente produzindo sentido numa atividade dialógica onde ela é produzida nas fronteiras entre o ‘eu’ e o ‘outro’. O sujeito bakhtiniano não é autônomo, ele só tem existência na presença dos outros “eu”. Para se constituir a si, seu lugar, sua fala, sua identidade são construídos em colaboração social. “Toda a obra de Bakhtin gira em torno desse eixo do eu e do outro, e da concepção de que a vida é vivida nas fronteiras entre a particularidade de nossa experiência individual e a auto-experiência de outros”. (Stam, 1992.p.18)

Bakhtin enfatiza a comunicação e não a linguagem como essencial para o processo de interação social. A linguagem comporta a gramática, o léxico, a sintaxe e não conhece combinações de palavras além da sentença. A importância do estudo da comunicação permite identificar que as condições de comunicação estão sempre ligadas às estruturas sociais e também que ela combina todos os elementos lingüísticos e

translingüísticos num diálogo constante, possibilitando ampliar a discussão para além da estrutura frasal e perceber os embates discursivos presentes nos atos de comunicação.

Stam (1992) comenta que a definição de translingüística como uma teoria do papel dos signos na vida e no pensamento humano, e da natureza do enunciado na linguagem, poderia ser equivalente ao termo ‘semiologia’ proposto por Saussure como a teoria dos signos e dos sistemas de signos se Bakhtin não contestasse a concepção saussureana de linguagem. O ponto comum entre os autores é a concordância com a existência de uma disciplina que estudasse a vida dos signos na sociedade, a divergência ocorre por Bakhtin considerar a lingüística como uma parte do estudo das ideologias e estas como signos. Condenando o ‘psicologismo’ do lingüista genebrino que situa a ideologia no interior da consciência individual, o filósofo russo define a consciência como lingüística, resultante de um processo interindividual, considerando-a, portanto, social. Ela só tem existência sob “uma forma material, semiótica, e, nesse sentido, é um fato objetivo e uma força social”.(p.31)

Definindo-se num modo de pensar, a linguagem e o sujeito, em interação/colaboração social onde a mesma vai estar sujeita às ingerências, desmandos, coerções, negociação, luta das forças sociais, este autor considera os seres humanos tão sociais quanto biológicos. Ao nascer, as pessoas não são apenas um organismo biológico abstrato, mas são principalmente pessoas definidas socialmente: rico, pobre etc. De acordo com Bakhtin, a linguagem é um campo de luta social, é na e através da linguagem que os embates políticos são travados, sejam eles públicos ou privados. É possível perceber que as hierarquias de poder estão presentes na linguagem onde em cada enunciação ou o uso de cada palavra é uma arena discursiva onde as entonações sociais disputam um lugar

privilegiado.

Durante a década de 20, a investigação de Bakhtin se concentrou em desenvolver uma filosofia da linguagem baseada no dialogismo e na comunicação. Para o autor, o diálogo é uma das formas mais importantes da interação verbal. “Mais pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.” Existe socialmente um diálogo entre as diversas instituições. Todos os textos que circulam numa sociedade direta ou indiretamente dialogam entre si.

A compreensão estreita do dialogismo concebido como discussão, polêmica, paródia. Estas são formas externas, visíveis, embora rudimentares, do dialogismo. O crédito concedido à palavra do outro, a acolhida fervorosa dada à palavra sacra (de autoridade), a iniciação, a busca do sentido profundo, a concordância com suas infinitas graduações e matizes (sem restrições de ordem lógica ou reticência de ordem puramente factual), a estratificação de um sentido que se sobrepõe a outro sentido, de uma voz que se sobrepõe a outra voz, o fortalecimento pela fusão (mas não pela identificação), a compreensão que completa que ultrapassa os limites da coisa compreendida, etc.(...)É aqui que se encontram, em toda sua integridade, posições, pessoas (...) justamente vozes. (Bakhtin, 1992,p.350)

A variedade de vozes que compõem os enunciados, Bakhtin chamou de polifonia. O termo é tomado de empréstimo da teoria musical para designar a reunião de vozes ou instrumentos executados em simultaneidade, porém independentes dentro de uma orquestra ou música. O termo enfatiza a existência nos textos de uma pluralidade de vozes que mantêm suas especificidades e que dinamicamente dialogam entre si. Em vários momentos, os termos polifonia e dialogismo aparecem como sinônimos. Stam (1992) comenta que a polifonia aponta para o ângulo dialógico onde as vozes presentes nos textos se aproximam

e se confrontam num movimento que remete para além delas próprias e não apenas como indicadora de heterogeneidade. Para o autor, todo enunciado se produz no espaço da interlocução entre, no mínimo, dois falantes, e da situação social complexa que constitui o enunciado. No nível da alteridade constitutiva, todo enunciado responde a enunciados anteriores e nesse processo as várias vozes pertencentes a outros enunciados se fazem presentes toda vez que locutor interage dialogicamente.

Na relação dialógica, a fronteira dos enunciados encontra-se na alternância entre os locutores, todo enunciado é marcado pelo ato da tomada da palavra por parte de um dos sujeitos falantes. O momento entre o “acabamento” do enunciado e a possível resposta é determinado, segundo Bakhtin (1992), dentre outros fatores, pelo gênero de discurso. “Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (p.279).

Segundo ele, tanto a riqueza quanto a variedade de gêneros do discurso são infinitas devido à variedade da atividade humana ser inesgotável. Desta maneira, cada esfera da atividade humana comporta um repertório de gêneros do discurso que se diferencia e ganha amplitude à medida que esta esfera se desenvolve e se complexifica.

Amorim (2000) comenta que a dimensão histórica do gênero refere-se também à permanência de seus começos. Mesmo vivendo no presente, um gênero nunca se desliga do seu passado e quanto mais ele se complexifica mais reitera sua origem. “Essa memória se encontra inscrita nas propriedades formais do gênero e seu conteúdo pode permanecer ignorado pelo indivíduo”.(p.111)

Muitas vezes não percebemos que são os gêneros discursivos que organizam a

nossa fala tanto quanto a gramática. Ao aprendermos a falar, não estamos somente aprendendo uma língua materna, mas também a nos movimentar e identificar gêneros do discurso que socialmente são impostos a nós, e não como comumente pensa-se que somos nós que os criamos. Outro item importante de perceber é que cada gênero do discurso tem sua concepção típica do destinatário que é o que vai determiná-lo enquanto gênero, mesmo o objetivo neutro que procura ‘apagar’ as marcas da subjetividade possui uma concepção de destinatário.

Na relação gênero/língua, as formas do primeiro são mais flexíveis e sujeitas às transformações históricas, assim como gêneros primários ou secundários atuarem como reestruturadores de gêneros padronizados. Para Amorim (2000), criatividade não significa recriação do gênero e liberdade supõe apenas um bom domínio do gênero. Uma pessoa pode sentir dificuldade ao passar de uma esfera de vida para outra, desta forma, pode-se observar que o domínio do gênero ocorre de modo desigual. Por exemplo, um intelectual, acostumado com as normas e técnicas do discurso científico, pode sentir dificuldades ao lidar com um gênero de discurso diferente onde ele não domine as normas, os rituais etc. e sinta dificuldade em organizar a sua fala com a mesma desenvoltura que possui ao lidar com o gênero que domina.

A búlgara Julia Kristeva chega à Paris em 1965, em plena efervescência intelectual, com o objetivo de estudar o *nouveau roman* sob a orientação de Lucien Goldmann, logo se aproxima da semiologia e dos seminários de Barthes, Levi-Strauss e Lacan, conhece e se casa com Phillipe Sollers, reencontra seu compatriota Todorov e faz amizade com Benveniste.

Da aproximação com estes escritores e com os textos de Bakhtin, passa a

investigar o romance enquanto gênero. “ A dinamização do estruturalismo só foi possível a partir da concepção segundo a qual o texto é definido como um tecido de citações, como um entrecruzamento de diversas superfícies textuais, como um diálogo de três elementos: o autor, o leitor e o contexto (atual e anterior)”. (Ribeiro, 1995,p.62)

Ela fica mais conhecida com sua abordagem sobre a natureza do feminino. Entretanto, tem também interesse sobre a linguagem e suas formas de manifestação, mas no final dos anos 60, ao introduzir a obra de Bakhtin na França, ganha destaque como principal intérprete de sua obra, traduz o termo *dialogismo* como *intertextualidade* e cria a sua Semanálise.

O termo intertextualidade realça a propriedade dos textos se relacionarem com outros textos, sejam antigos, modernos ou contemporâneos, além de acontecimentos de outra ordem. O sentido se produz nas relações entre diferentes pontos de uma mesma superfície textual.

De acordo com Bakhtin, a palavra, unidade mínima da linguagem, é definida espacialmente em dois eixos. O horizontal é o eixo da relação das palavras com o autor e o destinatário. O vertical, o das suas relações com o intertexto. Kristeva nomeia estes dois eixos como diálogo e ambivalência. O diálogo é a escritura como subjetividade – a língua assumida por um indivíduo, e como comunicabilidade, enquanto compreensão responsiva – antecipação e sucessão de enunciados. A ambivalência é a condição do texto dinamizado pela história e pela sociedade. A grande descoberta bakhtiniana, segundo Kristeva, deve-se a ausência de rigor na distinção entre diálogo e ambivalência, pois ao definir o destinatário enquanto texto e não como subjetividade, afasta-se das interpretações subjetivistas substituindo a noção de intersubjetividade por intertextualidade, capaz de englobar a

relação sujeito-destinatário(diálogo) e texto-contexto (ambivalência) (Ribeiro, 1995).

O conceito de Semanálise foi criado com o objetivo de investigar a materialidade da linguagem (seus sons, ritmos e disposições gráficas) e não só a sua função comunicativa. Segundo Kristeva (1974), a base material da linguagem não pode ser explicada por uma lógica científica convencional devido a sua rigidez. A saída encontra-se na linguagem poética por ter uma natureza essencialmente heterogênea e ser mais flexível. Só a linguagem poética é capaz de romper o sentido ou pelo menos abrir caminhos para novos sentidos.

Lechte (2002) conclui que o que vai diferenciar Kristeva dos outros semiólogos de sua geração é o interesse pela natureza heterogênea da linguagem poética que a leva a trabalhar com a linguagem nas suas formas dinâmicas, transgressoras e práticas, ao contrário daqueles que se interessavam mais pelo formalismo do funcionamento convencional da linguagem.

O viés psicanalítico de seus estudos demonstra uma preocupação com o inconsciente que a leva a desenvolver a teoria do sujeito como um sujeito em processo que, por isto mesmo, não é estático nem interpretável por sua face indizível que só se deixa conhecer por meio dos seus efeitos.

Dentro deste quadro histórico de conceitos caros à Semiologia, outra contribuição teórica importante é o conceito de heterogeneidade discursiva desenvolvido por Jacqueline Authier-Revuz.. A proposta da autora inscreve-se na problemática do plano da representação e do plano constitutivo - a relação representação e presentificação da alteridade, ou seja, a presença e a representação do outro no discurso(Amorim, op.cit.155). No texto, os outros através de suas vozes, se presentificam. O efeito da alteridade é trazido



à cena por um texto e escapa da esfera do autor e suas escolhas de composição. A solução para este problema é dada fora do texto de Bakhtin, pela autora, ao trabalhar com os conceitos de heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada.

“Para propor o que chamo de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, apoiar-me-ei, de um lado, nos trabalhos que tomam o discurso como produto de interdiscursos ou, em outras palavras, a problemática do dialogismo bakhtiniano; de outro lado, apoiar-me-ei na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan” (Authier, 1990). A autora afirma que, para melhor definir sua proposição, trabalha não com a visão do sujeito como fonte autônoma do sentido que se comunica através da língua, mas com aquela que indica que “toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito” e que este “é mais falado do que fala” (p.26). Ela esclarece que este ‘de fora’ está exterior ao sujeito como condição constitutiva de existência no discurso. A heterogeneidade constitutiva é o processo real no qual todo discurso se constitui na e pela alteridade. São as vozes polifônicas histórico-culturais que aparecem nos textos sem que o autor tenha controle racional sobre elas.

A heterogeneidade mostrada é a representação em um discurso da alteridade de forma marcada ou não marcada. A primeira identifica o lugar do outro através de uma marca singular: discurso direto, discurso indireto, aspas, itálicos etc. Na segunda forma, o outro é dado a ser reconhecido de modo não tão claro: discurso indireto livre, ironia, imitação, paródia etc. Aqui as vozes polifônicas são claramente explicitadas na superfície textual.

A relação entre as duas heterogeneidades não é simples e nem uma anula a outra. Elas são solidárias, porém assimétricas, uma vez que existe uma relação de determinação

da heterogeneidade constitutiva sobre a mostrada. “Em se tratando de determinação, a heterogeneidade representada (mostrada) seria uma espécie de negociação necessária a todo discurso, para poder constituir a sua unidade, contra ou apesar da dissolução originária que comporta a heterogeneidade constitutiva”. (Amorim, 2001, p.156).

## **7 – A Teoria Polifônica de Ducrot**

Oswald Ducrot inicia seu “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, colocando em questão o postulado, ou pressuposto, diria ele, dominante na ‘lingüística moderna’ da unicidade do sujeito. Como as pesquisas sobre linguagem durante muito tempo têm apresentado com certeza inquestionável o fato de cada enunciado ter somente um autor, a partir do conceito de polifonia de Bakhtin, Ducrot (1987) propõe um outro olhar sobre este conceito. Ele admite que o autor empírico pode construir enunciadores diferentes, em vários discursos diferentes, que têm definição de acordo com o destinatário que o autor/emissor pretenda atingir.

A crítica à teoria bakhtiniana é que o filósofo russo aplica o conceito de polifonia aos textos como seqüência de enunciados e não aos enunciados de que estes textos são constituídos. O conceito de polifonia ducrotiano se afasta da proposição autor/personagem, ele não usa o termo autor na sua definição de figuras de enunciação – conforme veremos esta definição logo abaixo. Excluir a posição autor de sua teoria polifônica é uma estratégia de excluir a historicidade da enunciação, ou seja, é na enunciação, acontecimento histórico do aparecimento de enunciado, que são desconsideradas as determinações históricas, pois a todo momento tem-se um outro acontecimento - “é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo ‘enunciação’”. (1987, p.168).

A polifonia nesta teoria não é uma questão do sujeito, mas do enunciado no acontecimento.

(...), ele (Ducrot) se coloca na posição de construir toda uma teoria do sujeito da enunciação como representação que os enunciados fazem de sua enunciação. Para esta teoria ele distingue três duplas de categorias: sujeito falante/ouvinte; locutor/alocutário; e enunciadador/enunciatário. (Guimarães,1995,p.60)

O falante e o ouvinte não são categorias lingüísticas, são agentes ‘psico-fisiológicos’ da ação de falar e ouvir. Eles não fazem parte do objeto de estudo da semântica, pois intenções e características do falar não são consideradas objeto de estudo da enunciação. Já os dois outros pares são considerados categorias lingüísticas e elementos importantes na descrição semântica da enunciação.

Para Ducrot (1987), só existe polifonia quando for possível distinguir entre as figuras de enunciação dois tipos de personagens, os enunciadadores e os locutores. Deste modo, ele pretende dar conta de enunciados complexos tendo por base a idéia de que em alguns enunciados há, ou pode haver, um ou vários sujeitos que seriam a origem da enunciação.

O locutor, que equivale ao *sujeito da enunciação* de Benveniste, é um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável, aquele a quem se refere o pronome *eu* e as outras marcas de primeira pessoa. Entretanto, trata-se de uma ficção discursiva, pois não coincide necessariamente com o produtor físico do enunciado, o seu autor empírico, ainda que normalmente eles coincidam no discurso oral. Em alguns casos - obras escritas por *ghost-writers*, formulários e documentos burocráticos (do tipo “Eu abaixo-assinado, declaro...”)-, o *eu* do locutor destes textos sou eu mesmo e, no entanto, não sou seu autor efetivo.

Os “locutores” hierarquicamente são subdivididos em falante e locutor, com o objetivo de descrever a citação em um discurso direto. O sujeito falante é quem fala ou escreve, o autor efetivo (o ser empírico).

O locutor (enquanto ser do discurso), por sua vez, é também subdividido: “o locutor propriamente dito” ou “o locutor enquanto tal”, abreviado para  $L$ , e o “locutor enquanto ser no mundo”, que o autor prefere representar por  $\lambda$ . Enquanto  $L$  é o responsável pela enunciação,  $\lambda$  é uma pessoa “completa” que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado. Estas características não impedem que  $L$  e  $\lambda$  sejam seres do discurso, cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante (Ducrot, 1987).

Como exemplo, Ducrot busca na persuasão, tal como é analisada por Aristóteles, uma forma de demonstrar a distinção entre  $\lambda$  e  $L$ . Para o autor, um dos segredos da persuasão é, para o orador, dar de si mesmo uma imagem favorável, que seduzirá o ouvinte e captará sua benevolência, designada como *ethos* – o caráter que o orador atribui a si mesmo pelo modo como exerce sua atividade oratória. Assim, nessa perspectiva, o *ethos* (fonte da enunciação) é ligado a  $L$ , enquanto o que o orador pode dizer de si, enquanto objeto da enunciação, refere-se a  $\lambda$ .

Definido o locutor passaremos para definição de enunciadores.

Chamo ‘enunciadores’ estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras.

Ducrot considera que o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor. O locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vistas e as atitudes.

Deste modo, o autor procura mostrar que o autor empírico poderá, através de discursos diferentes, construir *enunciadores* diferentes, que se definem de acordo com o *destinatário* que o mesmo emissor pretende atingir a cada vez.

A crítica feita a Teoria Polifônica de Ducrot é excluir a noção de História que, para Bakhtin, é fundamental. A noção de historicidade em Ducrot se resume ao presente, ao momento concreto da enunciação.

## **8 – Foucault e sua teoria do discurso**

Foucault não aplica diretamente os formalismos lingüísticos que buscam as estruturas diferenciais, oposições, unidades ou outras estruturas em sistemas históricos de idéias. Ele coloca o signo como centro na sua pesquisa e enfatiza o desaparecimento do sujeito num sistema semiótico anônimo desde a idade do Racionalismo. Para ele, o sujeito está preso num sistema semiótico fechado. Para Foucault, nós pensamos dentro de um sistema de pensamento anônimo e coator que é aquele de uma época e de uma linguagem. Estas coações, na nossa linguagem e pensamento, tornam o humanismo impossível, pois os em seus conceitos de moralidade e valor, querer introduzir secções num sistema de pensamento de fora, e para os estruturalistas, a reação é sempre gerada no próprio sistema.

O homem é produto de certos discursos determinados historicamente e que, ao desafiar tais discursos, nós podemos dissolvê-los. Foucault não sugere eliminar a categoria do humano, mas desconstruir as concepções, por meio das quais até agora esta categoria foi entendida.

Se falei de um discurso, não foi para mostrar que os mecanismos ou os processos da língua aí se mantinham integralmente: mas antes, para fazer aparecer, na densidade das performances verbais, a diversidade dos níveis possíveis de análise: para mostrar que (...) podia-se estabelecer uma descrição específica dos enunciados, de sua formação e das regularidades próprias do discurso (Foucault,2004:p.225)

Em “As palavras e as coisas” (1966), o autor , que sempre esteve preocupado como em nossa cultura os homens se compreendem a si mesmo, faz uma história semiótica das idéias em três diferentes períodos da história européia: Renascença, Iluminismo e os séculos XIX e XX até o estruturalismo moderno como forma de entender como o social, o indivíduo e as significações vigentes se relacionavam com o trabalho, a vida e a linguagem. Ele investiga a relação entre os signos e sentidos dos objetos, vendo os signos como sistemas de representação em três áreas: na linguagem, as palavras representando a realidade; na economia, o dinheiro representando valores e na história natural, os sistemas de classificação da fauna e da flora. O objetivo era determinar as bases em que o conhecimento e a teoria se tornaram possíveis e nas bases de quais históricos a priori as idéias puderam aparecer.

As condições que determinam tal possibilidade ele chamou de campos epistemológicos / epistemes

Por episteme, entende-se, de fato, o conjunto das relações que podem unir, numa dada época, as práticas discursivas que dão lugar às figuras epistemológicas, às ciências, eventualmente, a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização(...) A episteme não é uma forma de conhecimento ou um tipo de racionalidade que, atravessando as mais diversas ciências, manifestaria a unidade soberana de um sujeito,

de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podemos descobrir, para uma época dada, entre as ciências, quando as analisamos ao nível das regularidades discursivas. (Foucault, 2004, p. 214)

Segundo Foucault, a episteme é algo como uma visão do mundo, uma fatia da história comum a todos os conhecimentos que possuem as mesmas normas e os mesmos postulados, assim em qualquer cultura, a qualquer momento, há sempre somente uma episteme que define as condições da possibilidade de todo conhecimento.

Discorrendo sobre a representação do signo na Renascença, o autor que neste período a função própria do conhecimento não é a de ver ou demonstrar, é a de interpretar. O modelo de signo é o modelo triádico dos estóicos que garantiam a coragem do sujeito no mundo visível e invisível, do qual o signo constitui a cópia ou representação icônica.

No Racionalismo, muda-se a concepção da iconicidade da representação. A crença no caráter copiador do signo se perdeu. Até a Renascença se atribuía aos signos uma relação de semelhança mais ou menos evidente com o objeto. Novo paradigma de Descartes e Port Royal, as semelhanças passaram a estar sujeitas ao exame racional de uma prova pela comparação. A nova ordem não fazia referência a uma entidade exterior. A palavra não era mais signo da unidade, o seu papel era o de traduzir a unidade, se pudesse. A partir daí, os signos tornam-se diáticos, sem ter conexão com a realidade exterior. O signo retoma uma conexão entre a idéia de uma coisa e a idéia de outra. O signo não representa mais uma coisa, mas a idéia de uma coisa. A subjetividade é resultado de práticas discursivas. O termo práticas discursivas é usado com variante do conceito foucaultiano de formação discursiva a fim de realçar que o discurso é uma ação social. Formação discursiva

é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram, numa dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de

exercício da função enunciativa. (Foucault 1969:153 in Mangueneau, 1998:113)

Fairclough (2001) diz que formação discursiva é um conjunto de regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem a esta formação. São regras para a formação dos objetos, regras para a formação de modalidades enunciativas, dos conceitos, das estratégias e posições do sujeito. Essas regras são constituídas por combinações de elementos discursivos e não-discursivos anteriores, e é o processo de articulação desses elementos que faz do discurso, em sua definição, uma prática social, mas Foucault a chama de discursiva. (p.65)

Em sua fase arqueológica, Foucault, faz a descrição das práticas discursivas ao analisar as positivities e mostrar as regras da particularidade com quais se formam proposições coerentes (ou não); desenvolvem-se descrições mais ou menos exatas, efetuam-se unificações que funcionarão como conhecimento ou ilusão, como verdade ou erro. Analisar positivities é mostrar as regras segundo as quais uma prática discursiva pode formar grupos de objetivos, conjuntos de emoções, jogos de conceitos, série de escolhas teóricas com o que desaparece o prestígio da verdade específica.

Trata-se de estabelecer relações entre saberes – o que foi dito e deve ser aceito como tal para que dessas relações surjam, em uma mesma época, como possibilidades e não que permitam individualizar “formações discursivas” e traçar as diversas configurações dos campos de saber.

A história arqueológica se fundamenta em uma análise do discurso considerado um conjunto de enunciados que têm seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva. O que interessa à arqueologia são os discursos reais que foram efetivamente pronunciados e se apresentam com uma materialidade. A intenção da arqueologia é chegar



ao nível da prática ao elucidar o surgimento dos saberes que corresponde ao aparecimento de um novo regime no discurso, apontando por meio das descontinuidades, das rupturas.

Para ele, a história é sempre escrita na perspectiva do presente; ela preenche uma necessidade do presente. Escrever uma história do passado é vê-lo como novo. O passado assume novos sentidos à luz de novos eventos. Não existe causalidade entre passado e presente.

Nos anos 70, a preocupação da relação do discurso com poder diminui e o corpo começa a assumir o lugar do poder. Na Teoria do poder foucaultiana encontram-se dois aspectos que tornaram-se evidentes nos anos 70: o poder enquanto relacionado com o conhecimento (saber) e o corpo (prazer) em castigo e sexualidade; e o poder compreendido como sendo distinto de estrutura filosófica-jurídica do Iluminismo, e seu enfoque no governo representativo. O poder cessa de ter qualquer conteúdo substantivo; em vez de ser possuído e centralizado, ele passa a ser visto como uma tecnologia.

Os saberes devem ser estudados como peças de relações de poder – sem papel na constituição de novos saberes e estes enquanto constituem condições de novo poderes. O poder é um instrumento capaz de explicar a produção dos saberes, que é produção de verdades historicamente situadas, apresentadas numa dimensão política.

Para Foucault, mudanças e ritmo de transformação nas ciências não são simplesmente descobertas, mas um novo regime no discurso e no saber.

Se na fase Arqueológica, Foucault responde ao “como”, os saberes emergem e se transformam, a partir da constituição de novos saberes, privilegiando as inter-relações discursivas e sua articulação com as práticas institucionais – família, igreja, etc. Na fase genealogia tenta responder ao “porquê” dos saberes, da origem de sua existência e de suas

transformações, situando-os como peças de relações de poder ou como dispositivo político – de natureza essencialmente estratégica.

Trata-se da questão do poder em sua relação com o saber (poder gera saber, saber gera poder). Hipótese, ou referem-se a precauções de metodologia, consideradas prescrições, precauções metodológicas.

A verdade é criticada do ponto de vista do “jogos da verdade”, relações entre o verdadeiro e o falso, que se produz como ofertas de poder. A verdade como discurso produzido pelo poder só pode ser pensada no interior desta relação. A verdade é política e cada sociedade tem seu regime de verdade, e isto são os tipos de discurso que acolhe ou faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

No cerne do conhecimento, sempre encontramos a luta, as relações de poder que conferem ao conhecimento em caráter de distância e de dominação e não unidade. A verdade é estratégica, em luta pelo controle e pela vitória.

O conhecimento é uma relação estratégica em que o homem se situa para se constituir como sujeito cognitivo. Sua constituição como estratégia de luta e de dominação, segundo o qual só há conhecimento na medida em que se estabelece um confronto, um duelo entre o homem e o objeto. O conhecimento não é neutro.

A “política da verdade” investiga os mecanismos das regras que delimitam formalmente o poder e os efeitos específicos de verdade que ele produz e transmite. Poder é igual a um conjunto de realidades abertas, mais ou menos coordenadas, que nos permitem descrevê-lo como alguma coisa dada, que podemos fazer deduções. A sociedade caminha

ao compasso da verdade – produz e faz circular discursos que funcionaram como verdade e por isto representam poderes específicos.

Em *Discurso e Mudança Social* (2001), Fairclough analisa as contribuições de Foucault para a sua Teoria Social do Discurso considerando-o de grande importância e influência nas ciências humanas e sociais pelo seu conceito de discurso, sendo uma importante contribuição para uma teoria social do discurso em áreas como a relação entre discurso e poder, a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social.

Comparando a sua proposta teórica com a abordagem do filósofo francês, Fairclough aponta as diferenças de enfoque: Foucault estava preocupado, em algumas fases de seus estudos, com um tipo de discurso bastante específico – o discurso das ciências humanas: medicina, psiquiatria etc. A *Análise de Discurso Textualmente Orientada* (ADTO) é preocupada com qualquer tipo de discurso – conversação, discurso em sala de aula, da mídia etc. Enquanto que na ADTO a análise de textos de linguagem falada ou escrita é parte central, o foco de Foucault são as condições de possibilidade do discurso, sobre as regras de formação que definem os possíveis objetos, modalidades enunciativas, sujeitos e estratégias de um tipo particular de discurso. Sua ênfase é sobre os domínios de conhecimento que são constituídos por tais regras.

Estabelecidas as principais diferenças Fairclough (2001) investiga as contribuições foucaultianas em suas duas fases. Foucault, na fase arqueológica, opta por focar as práticas discursivas como forma de investigação numa tentativa de ir além dos dois modelos existentes na sua época – estruturalismo e a hermenêutica. Seu objetivo é investigar como as práticas discursivas constituem o conhecimento e as transformações do conhecimento em uma ciência, associadas a uma formação discursiva. Já o Foucault

arqueológico tem como foco os tipos de discursos (formações discursivas) como regras para a constituição de áreas de conhecimento. Já no genealógico, como vimos acima, a ênfase é para a relação entre conhecimento e poder, e nos últimos anos a preocupação era com a ética. O discurso permeia toda a obra do autor, mas seu status muda e desta forma mudam as implicações para ADTO.

O trabalho arqueológico foucaultiano, *A História da Doença* (1972) tem duas contribuições teóricas importantes sobre o discurso necessárias para ADTO. A primeira é a visão constitutiva do discurso. Esta percepção aponta para uma noção de discurso como ativamente constituindo e construindo a sociedade em várias dimensões: o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do ‘eu’, as relações sociais e as estruturas conceituais. A segunda é a ênfase na interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituições; os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam – intertextualidade, e qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações outras e é definido pelas suas relações com outras práticas discursivas - interdiscurso.

Para Fairclough mesmo o foco de Foucault sendo as formações discursivas das ciências humanas e a análise de enunciados, sua percepção é transferível para todos os tipos de discurso. Uma vez na sua fase genealógica ele destaca: a natureza discursiva do poder – as práticas e as técnicas do biopoder moderno, por exemplo, o exame e confissão – nas sociedades modernas está ligada as formas de controle da população, são em grau significativo discursivas; a natureza política do discurso – a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele; e a natureza discursiva da mudança social – as práticas discursivas em mutação são um elemento importante na mudança social.

Segundo Fairclough, as fraquezas relevantes no trabalho de Foucault estão relacionadas com as concepções de poder e resistência, e com as questões de luta e mudança.

Foucault é acusado de exagerar a extensão na qual a maioria das pessoas é manipulada pelo poder; ele é acusado de não dar bastante peso à contestação das práticas, às lutas das forças sociais em si, às possibilidades de grupos dominados se oporem a sistemas discursivos e não-discursivos dominantes, às possibilidades de propiciar a mudança nas relações de poder mediante a luta(...) (p.83)

O que enfraquece a proposta de Foucault, que dedica, em sua obra, um olhar para a mudança, é o fato das pessoas estarem sujeitadas a sistemas imóveis de poder – existe sim uma resistência, mas, na visão do autor, ela é contida pelo poder e não representa ameaça.

Fairclough comenta, ainda, que falta um conceito de prática nas análises de Foucault e que a definição de prática discursiva é confusa. Ela é definida como regras que subjazem às práticas reais, são um sistema de regras anônimas e históricas. Isto indica, para o primeiro, que a prática é reduzida ao seu inverso, a estruturas, uma vez que na obra do segundo parece que as estruturas estão sempre em foco, sejam como regras de formação ou em técnicas. Mesmo Foucault afirmando que está falando da prática: “seu foco sobre as estruturas pretende explicar o que pode acontecer e o que acontece realmente”.(p.84)

Para o autor as estruturas são reproduzidas ou transformadas, dependendo do estado das relações, do equilíbrio de poder, entre os que estão em luta num domínio sustentado particular de prática e um foco muito grande nas estruturas equivale a tomar uma perspectiva unilateral a respeito dessas lutas – a perspectiva do poder.

Para Fairclough, a negligência de Foucault para com a prática e com os mecanismos detalhados de mudança é igual a negligência da luta e isto explica porque as análises de

discurso foucaultiano são unilaterais, pois as técnicas de poder são interpretadas como instrumentos não-ambivalentes de dominação e manipulação.

A crítica final de Fairclough ao pensamento foucaultiano é sobre as propriedades constitutivas do discurso, pois segundo o autor, embora aceite que tanto os objetos quanto os sujeitos sociais sejam moldados pelas práticas discursivas, deve-se insistir que as práticas são constrangidas por “uma realidade material, constituída, com objetos e sujeitos pré-construídos”. (p.87) Deste modo, os processos constitutivos do discurso devem ser vistos dialeticamente uma vez que o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com uma realidade pré-construída.

## **9- A semiologia barthesiana**

Os trabalhos de Roland Barthes (1915-1980) são considerados como fundadores da Semiologia da Significação. Verón afirma que na primeira fase de Barthes, que começa com *Mitologias* (1956) e tem seu ápice com *O Sistema da Moda* (1967), é o marco iniciante do que se poderia chamar de Semiologia de Segunda Geração ou Semiologia da Significação. De acordo com Barthes, a linguagem enquanto signo, compreensão esta fortemente influenciada pela visão saussureana, é a base para se compreender a estrutura da vida social e cultural. Para ele, nesta fase, toda atividade humana é passível de estudo segundo uma ótica de semantização.

Barthes é considerado um dos primeiros propagadores do programa semiológico de Saussure, o estudo do mito como mensagem – há quem veja o estudo do mito como uma influência de Lévi-Strauss, o ponto de partida na sua crítica cultural e literária. Segundo ele, para revelar as diversas significações ocultas nos textos, era preciso estudar os mitos

contemporâneos da cultura de massa através da semiótica conotativa. O conceito de conotação é importante para as primeiras análises semióticas, pois fica mais clara como o autor monta seu pensamento e esquematiza suas análises. Tendo o modelo de Hjelmslev como forte influência, ele define signo como um sistema constituído de uma expressão (E) em relação (R) a um conteúdo (C) – ERC. Esta configuração descreve um sistema sógnico primário–denotativo, mas pode se tornar mais complexo ao ser um elemento de um sistema sógnico mais amplo, aí neste caso, enquanto sistema secundário sua característica torna-se conotativa.

Segundo Barthes, a comunicação de massa (cinema, televisão, publicidade, fotografia etc.) cria mitologias e difunde ideologias através dos sistemas sógnicos secundários. O mito tem como característica nada esconder, ele tem como eficácia o poder revelador, porém, é neste poder que se instala a distorção, pois ao se fazer uma leitura de um mito como natural/óbvia e considerá-lo transparente perde-se de vista a ideologia presente no nível da conotação. “O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação: se for constatada a imperialidade francesa sem explicá-la, pouco falta para que a ache normal, *decorrente da natureza das coisas*: fico tranquilo” (Barthes, 1957:p.163).

A citação - parte do processo de crítica social do autor - tem como parâmetro a capa da Paris-Match, onde um jovem negro veste um uniforme do exercito francês e faz uma saudação militar a bandeira francesa. Para ele aí está o sentido da imagem, mas há “enfim uma presença do significado através do significante” (1957, p.138). O autor argumenta que nos meios de comunicação de massa, o mito serve para ‘naturalizar’ as mensagens da

burguesia, por isso eles usam mensagens factuais no nível da denotação como veículo de mensagens ideológicas no nível da conotação. “O mito apresenta, assim, alternativamente, ora uma face cheia (a realidade histórica do soldado negro), ora uma face vazia (‘soldado-negro-frances-saudando-bandeira-tricolor), de acordo com a intenção do conceito. A alternância entre estas duas faces (a do primeiro nível de significação e a do segundo) fornece ao mito um álibi eterno, tornando-o formalmente o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica da sociedade burguesa.”(Ribeiro,1995,p.82).

Após os estudos sobre a cultura massiva cotidiana, Barthes começa a pesquisar os sistemas semióticos não-lingüísticos. Como conclusão, ele afirma, a dependência dos fenômenos não-semióticos à linguagem. De acordo com ele, apenas o comentário gera significação e os objetos não possuem autonomia nos sistemas não lingüísticos. É a partir deste resultado que Barthes faz uma inversão da proposta saussureana. Para ele, não é a lingüística que faz parte de uma ciência geral dos signos, apesar de ser uma parte muito importante e privilegiada é a semiologia que é parte da lingüística.

A segunda fase da semiologia de Barthes começa com S/Z(1970). Neste livro, o autor faz algumas modificações teóricas quanto aos conceitos sýgnicos. Ele abandona a teoria de uma denotação primária, ideologicamente neutra em contraposição a uma conotação ideológica. Neste livro, ele redefine denotação como o resultado final de um processo conotativo. Ela seria efeito de um fechamento semiótico, uma vez que a denotação não é o primeiro sentido, mas faz-se passar por ‘disfarçado’ de denotação. Ela não é nada além do que a última conotação.

Nessa fase, é perceptível a aproximação que o autor faz com a obra de Bakhtin, as traduções destas obras são feitas para o ocidente por uma ex-aluna sua Julia Kristeva. Ele



começa desenvolver as novas idéias semiológicas fazendo uma analogia entre os budistas e os analistas da narrativa. “Dizem que, à força de ascese, certos budistas conseguem ver uma paisagem inteira em uma fava. Este teria sido o sonho dos primeiros analistas da narrativa: ver todas as narrativas do mundo dentro (há tantas, e tantas houve) em uma única estrutura (...)” (1992, p.37). De acordo com ele, essa seria uma tarefa difícil e “indesejável” devido o texto perder sua diferença – paradigma infinito da diferença.

Nesse momento, as preocupações estruturalistas dicotômicas e hierárquicas entre denotação/conotação, privilégio da sincronia e análise fechada nos textos, cedem lugar para a dinamicidade histórica – diacronia, e para a pluralidade da produção do sentido na história e na cultura. Partindo do pressuposto que a linguagem é sempre ideológica, independente de níveis, a conotação é

a via de acesso à polissemia do texto clássico (...) é uma determinação, uma relação, uma anáfora, um traço que tem o poder de corresponder a menções anteriores, posteriores ou exteriores, a outros pontos do texto (ou de outro texto): não se deve limitar a nada esta relação (...).  
(p.42)

O texto deve ser visto como o lugar por onde as vozes da história e da cultura de materializam e, para estudá-lo, a proposta barthesiana é ‘estrelá-lo’, ir tirando camada por camada como uma cebola.

Barthes amplia a discussão do signo abrindo espaço também para a ação do autor, do leitor e não só do texto. Nessa proposta, é colocada em cheque a consciência universal do sujeito que o coloca como fonte primeira do sentido e o leitor como alguém passivo que apenas decodifica mensagens e não interage na relação. Tanto o leitor quanto ao autor são constituídos a partir da relação das forças culturais e dos códigos sociais que emergem

através deles. “O leitor não deve ser tomado como uma pessoa ou uma subjetividade, mas como um repositório de convenções, uma encarnação de códigos”( Ribeiro,1995.p.85).

## **10 – Eliseo Verón e sua Teoria dos Discursos Sociais**

O argentino Eliseo Verón é um pensador latino americano que viveu durante um bom tempo na França, freqüentou os seminários de Barthes, Lévi-Strauss e Edgar Morin, mesmo sendo formado em psicologia social, o que no começo de sua obra resultou em textos cujas problemáticas privilegiavam algumas questões mais direcionadas para esta área e, com a aproximação com as pesquisas e escritos com a escola de Palo Alto, ele envereda para o campo teórico-metodológico da comunicação incorporando a discussão realizada com os pensadores com quais estudou e trabalhou.

Ao criticar o modelo binário saussureano (reconhecendo a sua importância como o modelo de surgimento da lingüística como ciência), a visão imanente da produção de sentido (as semiologias anteriores) e a visão que projeta nas causas sociais condições de entendimento do sentido – sociolingüística, Verón (1996) propõe na sua Teoria da Discursividade ou dos Discursos Sociais investigar o que foi deixado de lado nos modelos acima citados: a materialidade do sentido e a construção do real na rede da semiosis. Por materialidade do sentido ele define o espaço-tempo do sentido na mensagem que é passível de ser desconstruída, analisada, criticada. A materialidade do sentido são produtos – texto lingüístico, imagem, gestos etc. Segundo Verón, o acesso a rede semiótica sempre implica em trabalho de análise que opera sobre os fragmentos extraídos do processo semiótico que são pequenos pedaços do tecido da semiosis. A teoria dos discursos sociais é um conjunto de hipóteses sobre o modo como a semiose social funciona. Para o autor, semiose social é a

dimensão significante dos fenômenos sociais, desta forma, estudar a semiosis é estudar os fenômenos sociais enquanto processo de produção de sentido.

Segundo ele, uma teoria dos discursos sociais possui uma dupla hipótese muito importante: “toda produção de sentido é necessariamente social: não se pode descrever nem explicar satisfatoriamente um processo significativo, sem explicar suas condições sociais produtivas; todo fenômeno social é, em uma de suas dimensões constitutivas, um processo de produção de sentido, qualquer que for o nível da análise (mais ou menos micro ou macro-sociológico)”. (Verón, 1996, p.125)

Desta maneira, o sistema produtivo deixa marcas nos produtos que podem ser identificadas ao analisá-los. O autor metodologicamente indica que ao analisarmos os produtos identificamos processos. O objetivo não é uma redução dos fenômenos sociais ao sistema semiótico - ‘tudo é discurso’, nem uma exacerbação do social sobre os fenômenos significantes – exclusão do sentido. O que interessa nesta perspectiva é que todo funcionamento social tem uma dimensão significante constitutiva, mas também que toda produção de sentido está inserida no social. Assim sendo, tanto a produção do sentido no social quanto à produção social no sentido só é perceptível se for considerada a produção de sentido como discursiva.

Para Verón, a análise do discurso é um sistema relacional empenhado na descoberta dos meios de construção do processo que está subjacente ao sentido produzido pelas operações discursivas. O texto é um objeto empírico que pode ser visto como o local de manifestação de uma multiplicidade de traços decorrentes de diferentes ordens de determinação. As marcas encontradas nos textos são consideradas, para efeito de análise, traços especificadores da relação entre uma propriedade significante e suas condições de

produção ou de reconhecimento. O processo entre condições de produção e de recepção é socialmente produzido e denomina-se circulação, que pode ainda ser visto como um desvio entre os traços de condição de produção e condição de reconhecimento.

Todo discurso esboça um campo de efeitos de sentido e põe em funcionamento a enunciação.

Para a semiologia, os efeitos de sentido aparecem em dois níveis: o do enunciado e o da enunciação. (...) Denomina-se enunciado tudo que constitui a peça de comunicação propriamente dita produzida por um emissor à intenção de um receptor. Num texto de jornal, por exemplo, o enunciado é constituído pelo conjunto textos - imagens - tipologia - disposição gráfica e suas inter-relações, estrutura significante que remete aos efeitos de sentido que o texto se propõe. A enunciação é o ato de se produzir este enunciado (o texto de jornal, acima) e não outro dentro da situação de comunicação, ato este que cria efeitos de sentido ligados ao inter-relacionamento emissor-receptor e entre estes e o objeto anunciado.

Verón, após definir a oposição enunciado/enunciador, afirma que os interpreta como comportando a distinção entre o que é dito e as modalidades do dizer, são elas que diferem uma frase da outra. Não é o dito que tem total valor, mas a relação do locutor com o que ele diz. Quanto a ser coerente ou não, estável ou não, é uma maneira onde se estabelecem os contratos.

As modalidades do dizer, num discurso, constroem os dispositivos de enunciação que comporta:

a a imagem daquele que fala (enunciador): o lugar que aquele que fala atribui a si mesmo. Esta imagem contém a relação daquele que fala com aquilo que ele

diz;

b a imagem daquele a quem o discurso é dirigido (destinatário): o enunciador não constrói seu lugar naquilo que fala mas também o lugar do destinatário, e;

c a relação entre o enunciador e o destinatário proposta no e pelo discurso.

Vale ressaltar que tanto enunciador quanto destinatário são entidades discursivas. Para o autor, a análise semiológica tem por objetivo indicar e descrever todas as operações que, no discurso do suporte, determinam a posição do enunciador e, por consequência, a do destinatário. A maneira como o leitor passeia entre o universo da produção e da recepção é complexa. É pensando nessa relação produção/recepção que Verón constrói o conceito contrato de leitura.

O conceito de contrato de leitura, termo equivalente a dispositivo de enunciação, implica que o discurso de um suporte de imprensa é um espaço onde percursos múltiplos são propostos ao leitor, formando uma paisagem onde ele pode escolher seu caminho com maior ou menor liberdade, onde há zonas nas quais ele se arrisca a se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente balizadas. Essa paisagem é mais ou menos plana, mais ou menos contrastada. “Um discurso é um espaço habitado, pleno de atores, de decoração e de objetos, e ler é ‘por em movimento’ este universo, aceitando-o ou recusando-o, indo à direita ou à esquerda, investindo maior ou menor esforço, escutando só com uma ou com as duas orelhas”.

O contrato de leitura é um dispositivo de enunciação adotado por um suporte. Para ele ser posto em funcionamento não importa qual o meio de comunicação de massa nem o suporte significativo - cinema, rádio, revista, televisão ou jornal. No contrato, o que importa é a relação entre um suporte e seu público; as estratégias utilizadas na construção do

discurso. O discurso de cada suporte é um espaço imaginário onde diversos percursos são oferecidos ao leitor.

Isso sintetizaria o contrato de leitura de um jornal, de um mídia, ou o discurso da atualidade. No momento em que ele consegue oferecer a identidade, como um sujeito semiótico, um sujeito que fala, fala dizendo quem é, fala interpelando quem é o outro e fala pedindo desse outro um reconhecimento. Essa é a instância em que esse discurso tenta instituir vínculos com o mundo do leitor.

Os estudos do contrato de leitura no plano da enunciação mostram, freqüentemente, que dois suportes extremamente próximos do ponto de vista de conteúdo são na verdade muito diferentes um do outro.

A análise do contrato de leitura abrange, conseqüentemente, todos os aspectos da construção de um suporte e a sua ligação com o leitor: cobertura, relação texto/imagem, modo de classificação do material redacional, dispositivos de chamadas (títulos, subtítulos, chapéus etc.), modalidades de construção das imagens, tipos de percursos propostos ao leitor (por exemplo: cobertura – indicador de matérias – artigo) e as variações que são produzidas, modalidades de paginação e outras dimensões que podem contribuir para definir o modo específico pela qual o suporte construiu a ligação com o seu leitor.

Ao estudar um dispositivo de enunciação, o semiólogo tem a mídia que lhe permite trabalhar ao nível de produção do discurso para reconstituir a sua gramática em produção e, a partir do discurso dos receptores, ele pode tentar reconstituir as gramáticas de recepção e de reconhecimento.

Os mídias elegem regras e protocolos para uma melhor pedagogização dos contratos de leitura. Para analisar um suporte são necessários três momentos: o primeiro é a

regularidade das propriedades descritas. As propriedades que interessam não são as que, mais ou menos ao acaso, podem aparecer num ou noutro número. Trata-se de identificar as invariantes, propriedades relativamente estáveis que reaparecem no discurso do suporte a propósito de temas diferentes.

O segundo momento é a diferença obtida pela comparação entre suportes. Procura-se identificar as semelhanças e as diferenças regulares entre os suportes estudados com o objetivo de chegar à especificidade de cada um.

E o terceiro momento é a sistematização das propriedades exibidas por cada suporte. Ou seja, a descrição de cada um, a partir da localização de todas as propriedades que satisfazem aos dois critérios anteriores (regularidade e diferenciação), deve permitir a configuração do conjunto destas propriedades. Esta atividade realça o contrato de leitura e permite ainda identificar seus pontos fortes e seus pontos fracos, suas ‘zonas’ de ambigüidade e suas incoerências eventuais.

Os conceitos e metodologias de Verón têm contribuído para a investigação e construção de problematizações relacionadas ao campo da comunicação. Assim como os outros autores trabalhados nesta primeira parte deste capítulo ele tem ofertado sentidos para a atual configuração da Semiologia.

## **Capítulo II**

### **A SEMIOLOGIA HOJE: OS DISCURSOS SOCIAIS**



Depois desta retrospectiva histórica serão apresentadas as questões que constituem e norteiam a Semiologia dos Discursos Sociais, ou como está sendo chamada mais recentemente, Teorias dos Discursos Sociais. Partindo da definição de “ciência que estuda os fenômenos culturais como fenômenos de comunicação”, poder-se-ia dizer que ela estuda os fenômenos sociais como fenômenos de produção de sentidos vinculados a produtos culturais que são considerados textos. Os textos fazem parte de práticas sociais inseridas em contextos determinados podendo chamá-los de discursos.

“O que chamamos de discurso é um certo objeto de conhecimento construído a partir de produtos culturais empíricos – como anúncios publicitários, capas de periódicos, programas televisivos e de rádio, entrevistas médicas, entrevistas de emprego, textos jornalísticos impressos, discursos políticos, cartilhas de prevenção de doenças, organização dos espaços de uma cidade, de repartições públicas, de empresas, ou de nossas casas, entre outros – que são chamados de textos (...), pois envolve outras semióticas como imagens.”(Pinto,2003,p.02)

Como uma Teoria da Comunicação – de acordo com Mauro Wolf (1992) – ela estaria incluída nas teorias comunicativas, onde o autor apresenta os modelos semiótico-informativo e semiótico-textual. Para Santaella(2001), sua inclusão se daria entre as teorias da mensagem, códigos e suas interfaces – a Semiologia dos Discursos Sociais, possui instrumentos teóricos-metodológicos que embasam o modelo semiológico-discursivo. Esta Semiologia de terceira geração, para alguns, ou de quarta, para outros, como já nos

referimos anteriormente, avança em alguns posicionamentos que os modelos anteriores não contemplam.

Em primeiro lugar, rejeita as concepções que consideram a língua como um mero instrumento, neutra e homogênea. A língua é de natureza dialógica, heterogênea, interacional e social. A Teoria dos Discursos Sociais coloca em cheque o postulado da unicidade do sujeito. É feita uma crítica às abordagens que consideram a linguagem como transparente por perder de vista o papel constituidor e instituidor das práticas discursivas nos processos de relações sociais. O processo de significação tem um importante papel onde o conceito de sentido ou produção ou efeito de sentido substituem o termo significado “por demais identificado com a problemática e abordagem estruturalista”. (Cardoso, 2001:p.12)

A Análise de Discursos é a metodologia utilizada pela Semiologia com o objetivo de “descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados” aos produtos culturais empíricos criados por eventos comunicacionais na sociedade (Pinto,1999).

A construção teórica dos princípios teóricos-epistemológicos básicos da Semiologia dos Discursos, é feita sob a forma de postulados: postulado da semiose infinita, postulado da heterogeneidade enunciativa e postulado da economia política do significante. Em 1999, Pinto reviu conceitos, proposições, , mas manteve as mesmas definições dos postulados.

### **1- Postulado da Semiose Infinita**

O primeiro postulado é o da Semiose Infinita que parte do pressuposto que não existe objeto assignificante numa cultura e que não existe um significado imanente nas

coisas ou nas palavras, não existe um vínculo prévio e consolidado entre o signo e seu referente.

Uma cadeia de interpretantes ou código é constituída por uma série de objetos significantes que foram relacionados culturalmente, remetendo-se uns aos outros *ad infinitum*, e dessa forma definindo e delimitando um sentido. Todo objeto, de um ponto de vista semiológico, pode assim ser considerado como um pacote signifiante (Verón) ou um texto (Eco), um tecido de muitos fios – os sentidos- que por ele perpassam.(Pinto, 1994:14)

Desta forma, é possível afirmar que todo objeto é sempre dotado de sentidos, funcionando como um ponto de interseção entre as diversas cadeias de interpretantes. Estas, por sua vez, são constituídas por uma série de objetos significantes relacionados culturalmente remetidos uns aos outros infinitamente.

Os objetos adquirem sentido(s), isto é, passam a ser itens em uma ou mais cadeias de interpretantes ou códigos, através do processo de formação e transmissão de crenças, conhecimentos, comportamentos e outros valores socialmente validados, do qual são agentes algumas agências culturais (Bernstein) ou aparelhos (Althusser) como a família, o grupo de amigos, a escola, o trabalho, a religião, a comunicação de massa etc.(op. cit. p.15)

O processo de produção de sentido na sociedade não ocorre de forma linear e homogênea, como propunha os funcionalistas norte americanos no começo do século passado. Ele é tenso, contraditório, dissimulado devido os grupos sociais – ou comunidades discursivas como propõe Maingueneau, terem estas mesmas características, desta forma cada comunidade pode dar forma a um modelo comunicativo semantizando determinados

objetos significantes que numa outra ou na mesma comunidade não possuam os sentidos estabilizados. “Isto faz com que um determinado objeto signifiante possa receber sentidos contraditórios ou ressemantizar-se, conforme a direção em que sopram os ventos dos movimentos sociais.” (op.cit, p.15)

Tendo o conceito de intertextualidade como essência básica deste postulado faz-se necessário substituir a noção de signo pela de texto a fim de nos afastarmos das armadilhas estruturalistas que o primeiro termo possui. O signo em Saussure (1975) é uma associação entre *significado e signifiante*, onde o primeiro é a imagem acústica e o outro o conceito. Texto, na visão semiológica como já visto acima, são produtos culturais empíricos criados por eventos comunicacionais; formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita e outros sistemas semióticos (imagem, diagramação, música...) no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente.

É a idéia de intertextualidade enquanto um jogo de relações entre textos, capacidade deles se relacionarem uns com os outros que possibilita perceber que um texto não tem uma unidade estável, ele é algo que recorta e é recortado em várias direções, é um objeto heterogêneo, podendo ser abordado de infinitas maneiras. De acordo com este postulado, os objetos só adquirem sentido(s) no social, através de processos de formação e transmissão de crenças, comportamentos conhecimentos e outros valores que seja socialmente reconhecidos. Resgatando a paradigma bakhtiano que a língua é o lugar dos embates, a construção do sentido não se dá de forma pacífica ou homogênea dentro das instituições é por meio de contradições, discordâncias e silenciamentos que eles vão sendo constituídos e constituindo visões de mundo.

Ainda dentro deste postulado o autor chama atenção para a substituição do conceito

de código para o de discurso. O princípio da linearidade do significante proposto por Saussure é substituído pelo de significante disseminado espacialmente desenvolvido por Derrida. O importante é que o discurso se constrói em interação social levando em conta as transformações sofridas ao longo dos tempos.

## **2 – Postulado da Heterogeneidade Constitutiva**

O segundo postulado é o da heterogeneidade enunciativa. Este postulado confronta a idéia até então bastante difundida da unicidade do sujeito e questiona a sua autonomia discursiva. O sujeito definido pela Semiologia dos Discursos Sociais não controla seu discurso. O autor empírico do texto – sujeito em carne e osso ou o sujeito reconhecido socialmente como seu autor, não é o único responsável pelas representações que aparecem na materialidade discursiva. Ele é condicionado pela preexistência da topografia social e alcança sua identidade no interior dos “lugares” que o ultrapassa. Na heterogeneidade, o emissor do enunciado põe em cena um ou mais enunciadores que são vozes a quem se creditam as representações co-presentes no enunciado, sem poder fazer atribuições de palavras precisas. A heterogeneidade enunciativa manifesta-se num texto em dois planos distintos: como heterogeneidade mostrada ou polifonia e como heterogeneidade constitutiva.

Na questão do sujeito, muitas são as definições e os modos de pensar o humano em interação social, conceitos como agentes (Bourdieu), indivíduo (filosofia, psicologia e sociologia clássicas), emissores, enunciadores (Ducrot), sujeito buscam apreender e definir o humano enquanto uma categoria produtora de sentido. Conforme já vimos acima, alguns

estruturalistas, afirmam que a diferença entre indivíduo e sujeito se dá pela apreensão da linguagem. Seria pela linguagem que o indivíduo se tornaria sujeito.

Outra discussão já feita com relação a esta terminologia é que o primeiro remete para a questão da unicidade, como ser uno enquanto que o outro é uma categoria social. A teoria da Enunciação de Benveniste traz como complemento a esta discussão a multiplicidade de sujeitos num ato enunciativo. A Teoria dos Discursos Sociais utiliza as teorias de Benveniste, Bakhtin e Ducrot para trabalhar a problemática da responsabilidade das representações presente num texto no momento as análises dos discursos. Conforme vimos em Ducrot, seu trabalho teórico foi de colocar em cheque o paradigma da unicidade do sujeito.

Para a análise de discursos, cada texto pertence a um gênero de discursos ou a uma espécie de discursos e, para cada gênero ou espécie, cabe determinar o que se chama dispositivo de enunciação: a explicação dos diferentes posicionamentos ideológicos ou posições enunciativas ou ainda lugares de fala – ou seja, as diferentes maneiras de construir a representação de uma determinada prática social ou área de conhecimento propostas pelos sujeitos que aparecem nos textos e que são assumidas ou não pelos participantes dos eventos comunicativo em curso(1999,p.29).

Segundo este postulado é importante distinguir quem é o autor empírico – aquele que o produz, do sujeito do enunciado que é representado pelo pronome pessoal ‘eu’, é aquele que age e fala no texto e que é apresentado como sendo o responsável pelo dizer do enunciado. A ressalva é que algumas vezes ele coincidem, mas em outras situações – como formulas prontas de documentos em que no texto o “Eu abaixo assinado” é proformance etc., autor empírico e sujeito do enunciado não são os mesmos. No momento em uma pessoa fala ou escreve enquanto emissor coloca em cena uma ou mais posições discursivas,

denominadas de enunciadores. Aos enunciadores “se creditam as representações co-presentes no enunciado, sem que lhes possa atribuir palavras precisas, e com as quais o emissor se identifica ou não, conforme seu interesses pragmático-argumentativos”.(op. cit., p.30)

Em um trabalho de análise é importante distinguir emissor de enunciador, pois eles na verdade são posições enunciativas diferentes mesmo que muitas vezes o emissor se identifica com o enunciador e o traz para dentro do texto. Vale lembrar, conforme Benveniste, que através da identificação o emissor define a seu lugar enunciativo ou sua imagem no texto - sujeito da enunciação. Atualizando esta discussão a luz do processo interativo comunicacional – produção, circulação e consumo, e identificando pelo lado da recepção os sujeitos presentes, Pinto (1999) contribui para os estudos da linguagem com a definição de sujeito falado, ou seja, a imagem que o receptor, ou segundo essa proposta, coenunciador, assume quando se reconhece nos textos através dos enunciadores mobilizados pelo emissor a partir da imagem que este tem dele.

Os três tipos de sujeitos assim definidos, os do enunciado, o da enunciação e o falado, nada mais são do que uma forma cômoda de se explicitar os diferentes posicionamentos, posições, lugares ou mesmo discursos, (...), que se tecem nos textos apoiando-se ou opondo-se entre si, São “seres de papel” ou papéis, numa metáfora dramática já bastante difundida nas ciências sociais, que se constituem em lugares de identificação para os participantes de carne e osso ao se assumirem como emissores ou coemissores em eventos comunicacionais.(p.32)

### **3 - Economia Política do Significante**

O terceiro, e último postulado, é o da economia política do significante. Segundo Pinto (1994) todo objeto significativo é produzido num dado contexto histórico, circula no meio social e é consumido direta ou simbolicamente. Deste modo, só é possível chegar à condição de significante dentro de um processo de comunicação.

O sentido de um objeto significativo depende do contexto e é diferencial. Diferencial porque qualquer diferença entre as condições de produção de dois discursos resulta em diferenças de sentido. É justamente o princípio da diferença que vai justificar a metodologia comparativa da semiologia dos discursos sociais, pois qualquer diferença de sentido entre dois discursos é resultado das diferenças nas condições de produção. Desta forma, o sentido é sempre dependente do contexto. Tendo a comparação como método de análise, esta proposta questiona o princípio da causalidade muito em voga nas ciências Humanas e Sociais. É preciso sempre confrontar textos para que surjam as diferenças onde existem aparentes semelhanças. No confronto, particularizam-se discursos, localiza-se os lugares de fala dos sujeitos na construção social do sentido.

### **4 - Pressupostos metodológicos**

O que importa neste terceiro momento da Semiologia é o processo e não a estrutura. Segundo Verón, a semiologia não se restringe mais a descrever o funcionamento conotativo do sentido, mas o seu processo de produção, de circulação e de consumo. A produção do sentido se dá nas relações sociais de acordo com as condições de produção - históricas, sociais etc. Não se pode dizer que o sentido já está fechado no objeto, pelo contrário, ele



está sempre em processo de construção, produzido pelos atos de fala, pelo discurso. O sentido se estabelece na relação do indivíduo com o Outro, independente dele estar ou não presente.

Segundo Pinto (2003), a Teoria dos Discursos Sociais e seu método de análise não têm a pretensão de traçar causas dos conflitos ou mazelas sociais, mas contribuir ao problematizar a função que os discursos têm na construção e mudanças na representação de mundo feita pelas pessoas, suas relações e identidades que assumem nos processos de comunicação. De acordo com ele, é no cotidiano por meios dos textos que batalhas são travadas. Os participantes do processo comunicacional buscam ter o poder de ‘dar a última palavra’ sobre determinado assunto de modo este discurso seja aceito e reconhecido pelos receptores como legítimo. Isto implica em compreender que as práticas discursivas moldam e constituem os fenômenos sociais e conseqüentemente que as práticas sociais produzem sentidos.

No conceito de formação discursiva, Foucault (1995), mostra que nela estão as diferenças sociais, os sotaques - como diz Bakhtin -, na medida que avançamos na compreensão da relação linguagem e contexto torna-se possível identificar as formas ideológicas e as desigualdades sociais.

O objeto da Teoria dos Discursos são as práticas discursivas que se concretizam em discursos e tem sua materialidade expressa nos textos.

Comumente se vê o discurso como objeto. O discurso é sujeito. Porque o discurso, enquanto uma prática discursiva, institui os objetos, os recortes com os quais nós vamos lidar em termos de produção de esclarecimento. O discurso é um sujeito. Ele fala. O que é um discurso? É uma fala. Se ele fala, ele aponta pra alguma coisa, aponta para uma referencialidade, aponta para uma delimitação do mundo em semântica, em

regiões etc. (Fausto Neto, 1996)

É sempre através da mediação de textos, via trabalho do sujeito, que há a transformação de uma ordem plural e complexa para uma ordem singular. Ou seja, a enunciação do discurso da atualidade não interpreta de uma maneira universal, mas de acordo com enunciações e regras muito específicas. O texto é um lugar onde se manifestam múltiplas marcas resultantes de diferentes ordens de determinação.

O texto é uma instância que se corporifica pelo trabalho do sujeito em transformar a matéria significante. O emaranhado de matéria significante transformada numa estratificação, numa aparente desorganização é unificada pela uma identidade que o jornal costura articulando as partes como um todo. O que dá a unidade, o que faz com que esse sujeito se apresente a nós como um sujeito de identidade própria (O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo...) tenha uma unidade, é o trabalho da enunciação costurando a aparente desorganização entre seções, justapondo coisas que não se encontram, articulando coisas que aparentemente nunca se encontrariam, quer dizer, dando uma simetria ou organizando um dispositivo de significação própria ao mundo do jornal.

As marcas e as estratégias enunciativas permitirão, ao analista, descobrir porque, em uma certa situação, uma produção textual foi investida por certas operações de sentidos e não por outras.

O discurso enquanto prática adquire especificidade pelo trabalho do sujeito via mundo das regras. Quem cria o objeto não é necessariamente o sujeito, mas é o próprio discurso e as leis de seu funcionamento, isto é, o objeto fala sempre de algum lugar e não fala sozinho, ele é perpassado por condições de produção históricas, políticas, sociais,

culturais, filosóficas etc.

Cada vez mais tem crescido, por parte das ciências sociais, o interesse na análise dos discursos como um método de compreensão das questões relativas à linguagem, sociedade, hegemonia e poder.

Segundo Pinto (1999), nos eventos comunicacionais a dimensão do poder e da ideologia estão sempre presentes. A primeira dimensão da semiose social é o ideológico enquanto um sistema de relações entre um conjunto significativo dado e suas condições sociais de produção produzindo uma ‘gramática’ – conjunto de regras formais gerativas de sentido. O ideológico está nos textos através das marcas materializadas na superfície textual deixadas pelo conjunto de regras formais. O autor argumenta que uma parte do ideológico manifesto nos textos a ser observado pelo analista de discursos encontra-se nas inferências e pressuposições, ou seja, nos préconstruídos usados na produção discursiva, pelo enunciador, com a intenção de evitar lacunas e dar coerência a interpretação do texto. Esse movimento de leitura é uma forma do receptor, ou como sugere o autor, coemissor, estabelecer uma ligação não só com a estrutura textual, mas também com o mundo.

Dentro desta perspectiva, é através de ‘um bom senso’ compartilhado socialmente que as regras formais de investimento, contribuem para a manutenção – explícita ou não – de relação de poder assimétricas entre os participantes do evento comunicacional relativa às diferenças sociais. “Nem, sempre o ideológico se liga de imediato ao bom senso interpretativo, já que relações de poder estão sempre em jogo em qualquer processo interacional, e muitas vezes o ideológico adquire seu status no curso de embates discursivos pelo consenso (...)”. (op. Cit, p.41)

Alguns discursos ao se consolidarem e ao tornarem-se hegemônicos terminam por adquirirem o status de naturalização. Segundo Pinto (1999), o ponto final deste processo é

que “os discursos vencedores” ao reforçarem suas posturas acabam por esvair, afrouxar, fazer desaparecer os laços que tinham com as condições sociais de produção perdendo justamente o seu caráter de ideológico e se travestindo em uma “verdade absoluta.” No embates discursivos ou ao se colocar a linguagem em funcionamento é somente uma pequena parte da ideologia que se faz manifestar.

O poder, enquanto segunda dimensão da semiose social, está presente em qualquer relação comunicacional. Ele aparece de modo explícito, quando se busca sempre vencer uma discussão ou ser o responsável final pela construção de uma visão de mundo. De forma implícita, o poder está nas regras e/ou convenções a que nos submetemos quando buscamos nos relacionar com o objetivo de ter sucesso no ato comunicacional.

O poder, nesta perspectiva está relacionado ao consumo dos sentidos sociais. Ele é um efeito de sentido obtido por determinados discursos circulantes na sociedade que ao serem consumidos produzem novos sentidos.

Para que esses efeitos de sentido possam ser recuperados em uma análise, demonstrando que tal discurso veiculado pela mídia, por exemplo, teve efetivamente alguma espécie de poder sobre os receptores, é necessário que eles tomem a forma de sentidos produzidos, investidos em textos como conversas, gestos,...) que definem por sua vez determinadas relações e identidades sociais assumidas por esses receptores (agora emissores), as quais são então devolvidas ao tecido infinito da semiose social. (p.43)

Desta forma, para a Teoria dos Discursos Sociais, o poder não é único, imutável, algo que domina a tudo e a todos verticalmente; ele é uma dimensão analítica, algo disseminado espacialmente que adquire materialidade e força nos embates discursivos e nos textos produzidos. Como estratégia enunciativa, todo texto propõe uma relação entre

enunciador e coenunciador (aproximação, distanciamento, superioridade, compartilhamento etc.) denominada de relação pragmática. Esta relação é o lugar onde as relações de poder e saber – que no fim das contas é também uma relação de poder, se manifestam. Analisar o dispositivo de enunciação permite perceber o modo como se estabelece ou se reproduzem as relações e as identidades sociais pelos/nos discursos.

A contextualização é uma das dificuldades que um analista de discursos encontra quando procura investigar os textos da cultura. Uma primeira armadilha teórica, que durante algum tempo esteve presente nas justificativas para análises, é a causalidade mecânica entre variáveis sociais e discursos. A relação entre os textos e a cultura deve ser vista de um modo dialético já que as duas instancias tem influencias mútuas.

A produção, a circulação e o consumo dos textos são controlados pelas forças socioculturais, mas os textos também constituem a sociedade e a cultura, de um modo que pode ser tanto transformativo como reprodutivo, e a análise não pode separá-los. Esta relação, ou este controle, não são nunca mecânicos. (Pinto,1999,p.44 )

Segundo Pinto (1999), o número de variáveis em jogo em qualquer fenômeno social, e em especial nos fenômenos de comunicação é muito grande cujo relacionamento é complexo o que torna difícil afirmar com certeza qual fator preponderante na constituição das relações sociais e culturais.

Raymond William já afirmava que era difícil aceitar que apenas fatores econômicos como determinantes da produção de sentido na sociedade. Com certeza, numa sociedade capitalista como a nossa, o econômico de longe tem um grande influencia, o que se questiona é a elevação deste fator como único ou o mais importante excluindo especificidades sociais e culturais que caracterizam as diferenças e constituem-se com fatores importantes na construção de lugares de fala – sexo, idade, religião, cultura etc.

Outro questionamento importante para esta proposta é que em muitas análises sociológicas não é dada muita atenção aos conflitos e a caracterização de interesses dentro de uma mesma instituição. O autor chama atenção para uma concepção, ainda em voga, de classe econômica centrada na dicotomia burguesia/proletariado precisa ser revista, pois as sociedades contemporâneas explodiram diversas caracterizações que põem em cheque esta divisão de classe com o surgimento dos profissionais liberais, funcionários públicos etc, onde cada classe social luta por seus interesses que mesmo teoricamente pertencendo ao mesmo eixo constituidor tem interesses específicos.

A passagem dos dados da análise lingüística/semiológica para a interpretação não se faz de modo direto, ressalva Pinto (1999), este é um dos maiores obstáculos ao tentarem fazer a contextualização dentro das ciências humanas e sociais. O *modus operandi* era alinhar de modo mecânico e causal as duas instancias – texto e contexto- tomadas em separado. “Esqueciam-se as suspeitas de David Hume sobre o conceito de causalidade, categoria que a análise de discursos, pelo menos no âmbito das ciências humanas e sociais, prefere considerar apenas como um efeito de sentido produzido pelos discursos e que se naturalizou ou reificou, como comenta Lyotard” (p.46).

Segundo Pinto (1999), o estabelecimento de causalidade levou ao uso da estatística como instrumento de aferição e relação entre texto e contexto, como modo de desvelamento das relações de determinação e dominação que a ideologia provocava. De acordo com o autor, a estatística é um instrumento de análise importante quando se trabalha grandes *corpus* de análise o que não se pode é reduzir ou descartar nenhuma outra teoria que não faça uso dela como instrumento de análise da relação texto e contexto.

A teoria dos discursos sociais enfoca também que a mediação se dá via práticas discursivas, que são as práticas sociais de produção de textos. No momento em que os

textos vão sendo construídos, em qualquer nível de contextualização – situacional, institucional ou societal, o contexto tem um papel importante, pois força o texto a seguir determinadas regras e ter determinadas características de conteúdo segundo o grau, mais rígido ou menos rígido, do processo ritualístico do processo comunicacional. Todo falante deve seguir um conjunto de normas, convenções, códigos e práticas subjacentes aos textos – esse conjunto é denominado gênero de discursos – a fim de estabelecer um processo comunicacional. Não cumprir determinadas normas pode ter problemas como: ou impedimento de concretude do processo de comunicação ou sanções por parte daquele que não reconhecer no processo as normas necessárias para haver um processo de comunicação.

É importante observar que no processo comunicacional – as convenções e as normas podem ser formais ou informais cabendo ao sujeito segui-las ou não de acordo com as exigências e protocolos de cada situação. Entretanto, mesmo sendo obrigados a seguir regras e convenções, se quiser completar o processo de comunicação, aqui se encontra também o modo de transformação nas representações, relações ou identidades sociais existentes independente do grau de consciência do processo ou não. Pinto(1999) acredita que com criatividade, neste caso, é possível mudar tanto o gênero quanto o ritual.

Acima foi visto o processo de mediação por práticas discursivas no âmbito dos gêneros de discursos, entretanto, num nível mais específico é possível refletir, em primeiro lugar, como se dão os processos institucionais de produção de textos mediados por práticas discursivas, ou seja, as rotinas e procedimentos editoriais e profissionais para a produção de um notícia, seja ela para jornal, rádio, televisão etc., Pinto (1999) comenta que como toda técnica, tanto as rotinas quanto os procedimentos profissionais são geralmente tomados como ideologicamente neutros por quem deles se utilizam, no nosso caso os jornalistas. O autor ressalta que, no entanto, é por meio delas que os participantes de um processo

comunicacional constroem suas identidades e relações além de selecionar os conteúdos que estarão em pauta no dia-dia das discussões sobre certos assuntos.

A mediação está presente também nos processos institucionais de circulação – modos de difusão da informação, escolha de lugares de elementos da produção noticiosa como estratégia de visibilidade, e por fim, os processos institucionais de consumo – os modos – rotineiros ou não como cada um lê os veículos, as informações e conseqüentemente o mundo.

Quanto ao acesso às práticas discursivas pelos diversos setores e membros da sociedade é, de acordo com Pinto (1999), extremamente desigual porque existe uma série de barreiras e restrições sociais no que se refere ao domínio dos vários gêneros e espécies de discursos que constituem as práticas discursivas.

O autor chama a atenção que as posições de poder exercidas dentro dos gêneros e espécies de discursos terminam quase sempre nas mãos daqueles que possuem melhores condições econômicas uma vez que os critérios exigidos para a ascensão dentro deles terminam sendo dominados por aqueles que tem mais facilidade de movimentar-se financeiramente dentro das exigências.

A chamada liberdade de expressão é na verdade um dos grandes mitos democráticos do nosso tempo e, para a maioria das pessoas, o acesso às formas mais prestigiosas de gêneros discursivos dá-se apenas como participantes que ocupam as posições subjetivas subordinadas, com poder de expressão muito limitado. A quantidade de gêneros de discursos que uma pessoa domina e utiliza, na sua prática de produção e/ou consumo de textos, quando o contexto o exige, constitui uma espécie de capital sociocultural, em tudo, semelhante ao capital econômico-financeiro propriamente dito, e que condiciona o reconhecimento do seu status em cada evento comunicacional de que participa e (re)define sua posição dentro das escalas de poder presentes na sociedade.(1999, p.50)



Conforme já dito na Introdução, o movimento arriscado que fazemos nesta tese é conforme assinala Verón(1996) – analisando produtos, apontamos processos, porém sem nos atermos as marcas empíricas dos textos. A princípio pode parecer incongruente escolher uma abordagem que privilegia a prática analítica sem realizá-la no campo prático da produção social de sentido midiático, mas a proposta de articular os conceitos e proposições semiológicas com o jornalismo se detém num momento anterior da análise, os dizeres acerca da construção do fazer jornalístico, questões propostas nos vários modelos e teorias do jornalismo que ou o vêem como espelho da realidade ou como difusor de ideologias, a serviço do capitalismo etc Mas isto é assunto para os capítulos seguintes.

## **5 - Norman Fairclough e a Teoria Social do Discurso**

Considerando que os usos lingüísticos estão cada vez mais ligados a processos sociais e culturais mais amplos e reconhecendo a importância do uso da análise lingüística como método para estudar a mudança social, Fairclough (2001), afirma não existir, ainda, um método de análise lingüística adequado teoricamente e viável na prática capaz de investigar tanto a mudança na linguagem quanto a mudança social e cultural.

Com as mudanças de posições e atitudes, um papel mais central é conferido à linguagem nos fenômenos sociais. As tentativas anteriores de síntese entre os estudos lingüísticos e a teoria social tiveram sucesso limitado por apresentarem um desequilíbrio entre os elementos sociais e os lingüísticos.

A crítica feita às formas vigentes é pelo fato de estarem baseadas em uma visão estática das relações de poder, com ênfase exagerada no papel desempenhado pelo

amoldamento ideológico dos textos lingüísticos na reprodução das relações de poder existentes. Pouca atenção foi dada tanto à luta e a transformação nas relações de poder quanto ao papel da linguagem aí desempenhado. A ênfase maior foi à descrição dos textos como produtos acabados dando um menor destaque para os processos de produção e interpretação textual ou as tensões que caracterizam tais processos.

As abordagens sobre a importância social da linguagem não são novas, a teoria social em décadas recentes tem atribuído à linguagem um lugar mais central na vida social. Ao propor a teoria social dos discursos o autor parte do seguinte ponto de vista: qualquer “evento discursivo” (isto é qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente como um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social.

A dimensão do texto cuida da análise lingüística de textos; a dimensão da prática discursiva, como interação, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual – que tipos de discurso (sentido mais sócio-teórico) são derivados e como se combinam; e a dimensão de prática social cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como as circunstâncias moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos de entidades e relações sociais.

A dimensão do texto como dito acima está centrada nos conceitos lingüísticos, a dimensão da prática discursiva baseia-se no conceito de intertextualidade – (Bakhtin/Kristeva) e na formulação de análise na dimensão da prática social estão os conceitos de ideologia e de poder.

Em lugar de dizer que tipos de discursos particulares têm valores políticos e ideológicos inerentes, direi que diferentes tipos de discurso em diferentes domínios ou ambientes institucionais podem vir a ser ‘investidos’

política e ideologicamente de formas particulares.  
(p.95)

Isto significa que não existe uma ideologia dominante como se pensou tempos atrás, mas que existem ideologias e desta forma considera-se que há vários tipos de discursos que são investidos e reinvestidos ideologicamente de diferentes maneiras.

Para o autor, o poder é pensado a partir do conceito gramsciano de hegemonia – as relações de poder são lutas por hegemonia, o modo de dominação se baseia em alianças: na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. As hegemonias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso.

A prática discursiva é constituída tanto de modo convencional quanto criativo podendo não só reproduzir a sociedade como também transformá-la. A estruturação de práticas discursivas é feita em modos particulares nas ordens de discurso que se naturalizam e ganham ampla aceitação, como uma forma de hegemonia.

A combinação dos conceitos de intertextualidade e hegemonia torna a teoria social do discurso útil para investigar a mudança discursiva em relação a mudança social e cultural.

### ***5.1. Definindo discurso***

O termo 'discurso', segundo esta perspectiva, é utilizado no sentido de prática social. Deste modo, ela afasta-se das vertentes que o vêem como uma atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isto implica considerar o discurso tanto como um modo de ação, como as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, quanto um modo de representação.

Outra implicação deste modo de entender o discurso é a existência de sua relação dialética com a estrutura social, ou seja, ele é moldado e restringido pela estrutura social no

sentido mais amplo e em todos os níveis tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e, é socialmente constitutivo - contribui para a formação de todas as dimensões da estrutura social que direta ou indiretamente o moldam e o restringem ( normas, convenções, relações, identidades, instituições etc.).

Segundo o autor, o discurso é uma prática que se caracteriza não só por representar o mundo, mas também significá-lo: construindo-o e constituindo-o. A constituição discursiva da sociedade é uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas. Esta afirmação só é possível se levar em conta que as pessoas lidam com práticas concretas na sua existência e no seu dia-dia, os discursos não agem sozinhos, são conjugados a outras práticas sociais e que o trabalho concreto de constituição dos discursos possui dialeticamente restrições e limites provenientes das estruturas sociais onde se dão relações e lutas de poder individuais.

Fairclough (2001) destaca ser importante ressaltar a perspectiva dialética da sua teoria como modo de afastar-se da proposição estruturalista do discurso que o coloca como determinado pelas estruturas sejam elas discursivas ou não-discursivas. Dentro desta linha, tanto a prática discursiva quanto o evento discursivo são exemplos das estruturas discursivas, vistas como unitárias e fixas.

A perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas as quais manifestam apenas fixidez temporária, parcial e contraditória (p.94)

De acordo com esta teoria, o discurso possui três aspectos construtivos. Em primeiro lugar, ele contribui para a construção de 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' - tipos de 'eu'; para construção das relações sociais entre as pessoas e para construção de

sistemas de conhecimento e crença. Estes três aspectos correspondem a três funções da linguagem:

- 1- Função identitária - relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso;
- 2- Função relacional - como as relações sociais entre os participantes do discurso são representados e negociados
- 3- Função ideacional - modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.

Dentro desta perspectiva, ressalta-se que a prática social possui diversos enfoques seja eles econômicos, políticos, culturais ou ideológicos. Entretanto o discurso está implicado em todas elas sem estar reduzido ou subjugado a qualquer uma desses enfoques. Outra discussão importante refere-se a uma discussão levantada pelos que criticam o trabalho feito pelos analistas de discursos ao enfatizar a importância do discurso de reduzir todos os processos sociais a discurso. Segundo o autor, nem tudo é discurso. Existem diversas maneiras de mostrar que o discurso é uma forma de prática econômica com proporções variáveis de natureza basicamente não discursiva como por exemplo, a construção de casas populares, e de natureza basicamente discursiva – bolsa de valores, novelas, jornalismo etc. Para ele, em uma sociedade a sua ordem sociolingüística pode ser parcialmente estruturada como um mercado e os textos produzidos, distribuídos e consumidos são considerados como ‘mercadorias’.

Pensar o processo de mudança social, nesta perspectiva, é levar em consideração que o discurso é um modo de prática política e ideológica. Enquanto prática política, ele estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, comunidades, grupos etc) onde existem relações de poder. Como prática

ideológica, ele constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de acordo com as diversas posições em relações de poder. Para o autor, a prática política e a ideologia não são independentes uma da outra uma vez que as ideologias são os significados gerados pelas relações de poder na dimensão do exercício e da luta pelo poder.

Assim sendo, pode-se dizer que o discurso como prática política não é só um local de luta pelo poder, mas também um marco delimitador desta luta. A prática discursiva na sua dinâmica interna recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares. As convenções e os modos como os discursos se articulam são um foco de luta a ser considerado pelo analista do discurso.

## ***5.2- O discurso como texto***

A análise textual pode ser organizada em quatro itens que podem ser imaginados em escala ascendente. O vocabulário trata das palavras individuais e pode ser investido de muitas maneiras. Por exemplo, um termo pode ter um sentido muito pejorativo para um grupo e não ter este mesmo sentido para outro grupo. Um foco de análise importante são as lexicalizações alternativas e sua significância política e ideológica. Questões sobre a relexicalização dos domínios da experiência como parte de lutas sociais e políticas ou como certos domínios(assuntos/temas) são mais intensivamente lexicalizados do que outros.

Outro foco de análise é o sentido da palavra ,como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas, para o autor, as estruturações particulares das relações entre as palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia. O terceiro foco é a metáfora , as implicações políticas e ideológicas de metáforas particulares e sobre o conflito entre metáforas alternativas.

A gramática refere-se as palavras combinadas em orações e frases. A unidade principal da gramática é a oração simples que combina os principais elementos, sintagmas. Toda oração é multifuncional e é uma combinação de significados ideacionais, identitários, relacionais e textuais. As pessoas ao escolherem o modelo e a estrutura de suas orações estão fazendo escolhas que resultam sobre o significado e a construção de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença.

A coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual. Obtém-se coesão de várias maneiras: o uso de um vocabulário de um campo semântico comum, a repetição de palavras, o uso de sinônimos próximos, variedade de mecanismos de referência e substituição (pronomes, artigos definidos, demonstrativos, elipse de palavras repetidas), uso de conjunções como ‘portanto’, ‘entretanto’, ‘mas’, ‘e’.

A estrutura textual está relacionada as propriedades organizacionais de larga escala dos textos. É o que se pode chamar da arquitetura dos textos, a ordem de arrumação e hierarquização dos mesmos. Refere-se aos aspectos superiores de planejamento de diferentes tipos de texto: as maneiras e ordem em que os elementos ou os episódios são combinados para constituir uma reportagem.

Este e os outros aspectos desta proposta de modelo são fundamentais numa análise pois podem ampliar a percepção dos sistemas de conhecimento e crença e dos pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais que estão embutidos nas convenções dos vários tipos de textos.

### **5.3- A *prática discursiva***

Como segunda peça do modelo tridimensional, a prática discursiva é considerada constitutiva tanto de uma maneira convencional quanto criativa. Ela contribui para

reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistema de conhecimento e crenças) e também para transformá-la. No entanto, ela não se opõe a prática social, pois é uma forma particular desta última. Em alguns casos a prática social pode ser inteiramente constituída pela prática discursiva, enquanto que em outros pode envolver uma mescla de prática discursiva e não discursiva.

Uma das características dos textos é serem, em geral, altamente ambivalentes e abertos para múltiplas interpretações. Os intérpretes geralmente reduzem essa ambivalência mediante opção por um sentido particular, ou um conjunto de sentidos alternativos. O sentido depende da interpretação e pode ser usado tanto para os potenciais da forma como para os sentidos atribuídos na interpretação.

O conceito de prática discursiva envolve tanto os processos de produção, distribuição e consumo textual quanto a natureza desses processos que varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos. Por exemplo, um artigo de jornal produzido segundo certas rotinas complexas de natureza coletiva envolvendo pessoas em diferentes estágios de produção – acesso a fontes etc., na localização na página, edição, escolha da foto etc. possui características específicas diferentes de um texto produzido para ser lido numa sessão da Câmara ou do Senado.

Os textos são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos uma vez que estão relacionados como tipo de trabalho interpretativo que neles se aplica e com os modos de interpretação disponíveis. O consumo, como a produção, pode ser individual ou coletiva. Alguns textos não são registrados, outros, são transitórios e esquecidos, outros ainda, são transformados em textos diferentes do original.



Cada instituição possui rotinas específicas para a produção de textos transformados em registro que podem ser usados de diferentes maneiras. Segundo o autor, a força dos textos é grande que apresenta resultados variáveis de natureza tanto discursiva quanto extra-discursiva, pois podem conduzir a mudanças, a guerra ou a destruição de armas nucleares.

Alguns textos têm distribuição simples – (conversa entre um casal num contexto imediato de situação) outros distribuição complexa (textos distribuídos em de diferentes domínios institucionais, cada um domínio e texto possui padrão próprio de consumo e rotinas próprias para reprodução e transformação de textos que são consumidos segundo hábitos e rotinas particulares da recepção). O processo de circulação envolve ainda produtores de organizações sofisticadas produzem textos de forma a antecipar sua distribuição e consumo.

Este modelo postula que os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num duplo sentido: primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros( são as estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada), segundo, pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como a eles se recorre( de modo criativo, normativo, aquiescente ou opositivo).

Aqui cabe apresentar os três elementos deste item, citados anteriormente como complementos das outros quatro itens, mas que o autor achou melhor trazê-los para pensar a prática discursiva: a força dos enunciados (os tipos de atos de fala por eles constituídos – promessas, pedidos, ameaças), a coerência dos textos e a intertextualidade.

O processo de produção ou de interpretação de um texto geralmente é representado como um processo de níveis múltiplos cuja construção ocorre da forma ‘ascendente-descendente’(paradigma e sintagma). Nos níveis inferiores, analisa-se uma sequência de sons ou marcas gráficas em frases no papel. Nos níveis superiores observa-se o significado, ou seja, à atribuição de significados às frases, os textos completos e/ou as partes ou a episódios de um texto que consistem de frases que podem ser interpretadas como coerentemente conectadas. A busca da coerência dos texto na produção e interpretação de textos que são parcialmente ascendentes e parcialmente descendentes, ocorre no tempo real: a interpretação a que já se chegou excluirá outras interpretações possíveis.

Para explicar no processamento textual, como os interpretes reduzem a ambivalência potencial dos textos, o autor ressalta que é importante observar o contexto - o que antecede ou sucede em um texto cujo efeito reduz a ambivalência. O conceito de contexto introduz ainda a noção de “contexto de situação” que é por onde os intérpretes chegam a interpretações da totalidade da prática social da qual o discurso faz parte, e tais interpretações conduzem a predições sobre os sentidos dos textos que novamente reduzem a ambivalência pela exclusão de outros sentidos possíveis. O modo como o contexto afeta a interpretação do texto varia de um tipo de discurso para outro. As diferenças entre os tipos de discurso tornam-se socialmente interessantes porque apontam para assunções e regras de base implícitas que freqüentemente possuem um caráter ideológico.

A força do enunciado de um texto é seu componente acional, é a ação social que realiza, ou seja, que atos de fala desempenha (dar uma ordem, fazer uma pergunta, ameaçar, prometer, etc.)

O contexto é um fator importante na redução da ambivalência da força. A posição sequencial no texto é um poderoso indicador de força. As formas das palavras podem ter forças que parecem improváveis se as considerarmos fora do contexto. O contexto de situação e a natureza geral do contexto social também reduzem a ambivalência.

Outro elemento importante na prática discursiva, diga-se de passagem, um dos mais importantes neste modelo é a intertextualidade, ou seja, a propriedade que os textos têm de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante.

Em termos de produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira como eles sempre constituem acréscimos às cadeias de comunicação verbal existente consistindo em textos prévios aos quais respondem.

No que se refere a distribuição, uma perspectiva intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações previsíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro (discursos que se transformam em reportagem, gráficos idem...) e quanto ao consumo, uma perspectiva intertextual é útil ao acentuar que não é apenas 'o texto', nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação.

Fairclough(2001) faz uma distinção entre 'intertextualidade manifesta' (quando se recorre explicitamente a outros textos específicos) e intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade (estende a intertextualidade em direção ao princípio da primazia da ordem do discurso (tipos de convenção e outros elementos)). O conceito de intertextualidade toma textos historicamente, transformando o passado no presente através

das convenções existente e textos prévios. Este processo é feito convencionalmente e normativamente, uma vez que os tipos de discurso tendem a transformar em rotina formas particulares de recorrer a convenções e a textos, e a naturaliza-los.

A mudança, neste sentido, pode até ocorrer criativamente, mas são precisas novas configurações de elementos de ordem de discurso e novos modos de intertextualidade manifesta. É a historicidade inerente a uma concepção intertextual e o modo como ela acomoda tão prontamente a prática criativa que torna adequada a preocupação com a mudança discursiva, embora esta mudança precise estar ligada a uma teoria de mudança social e política .

#### ***5.4. O discurso como prática social***

O discurso como prática social, segundo Fairclough, é uma discussão sobre como o discurso tem uma relação com a ideologia e ao poder. Deste modo, o autor vai situar o discurso numa concepção de poder como hegemonia e numa concepção de evolução das relações de poder como luta hegemônica. Esta aproximação baseia-se nas contribuições clássicas do marxismo do século XX, de Althusser e Gramsci. Estes autores oferecem uma teoria muito rica para a investigação do discurso como forma de prática social. O senão destas propostas são determinadas posturas de Althusser, uma vez que na teoria althusseriana há uma contradição não-resolvida entre uma visão de dominação como imposição unilateral e reprodução de uma ideologia dominante. Outra postura da qual Fairclough se afasta é da ideologia como um cimento social universal e da insistência em propor os Aparelhos Ideológicos do Estado como local e marco delimitador de uma

constante luta de classe cujo resultado está sempre em equilíbrio não tendo espaço desta forma para a luta, a contradição e a transformação.

### **5.5. A ideologia**

Três afirmações sobre ideologia servem de base teórica para o autor esboçar seu pensamento. A primeira afirma que a ideologia tem existência material nas práticas das instituições, esta proposição abre o caminho para uma investigação sobre as práticas discursivas como formas materiais de ideologia; a segunda direciona-se para o fato da ideologia ‘interpelar os sujeitos’, pode-se afirmar de que um dos mais significativos ‘efeitos ideológicos’ é a constituição dos sujeitos, idéia que alguns linguistas estudiosos do discurso ignoram , e por fim, os aparelhos ideológicos de estados (educação/mídia e outras instituições) são locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso.

O conceito de ideologia proposto considera-a como construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), significações que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Fairclough (2001), alerta para o fato de que as ideologias presentes de forma não-conscientes nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’. Porém, essa propriedade das ideologias de serem estáveis não deve ser muito enfatizada porque perdem a característica da transformação presente na luta ideológica como dimensão da prática discursiva. Para ele, mais do que

identificar ideologias naturalizadas nas práticas é importante perceber quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, desta maneira há a probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica.

Uma questão que torna-se importante neste modelo é se a ideologia é uma propriedade de estruturas ou uma propriedade de eventos. O problema-chave é encontrar uma explicação satisfatória que mostre a dialética entre as estruturas e os eventos. Segundo o autor, várias explicações tomam a ideologia como propriedade de estruturas ao localizá-la em alguma forma de convenção subjacente à prática lingüística, seja um código, uma estrutura ou uma formação. O fundamental nesta perspectiva é mostrar que os eventos são restringidos por convenções sociais, no entanto ela tem a desvantagem de direcionar para uma desfocalização do evento considerando-o como mera reprodução de estruturas e privilegiando a perspectiva da reprodução ideológica e não a da transformação. Outra fraqueza em optar pela ideologia como propriedade das estruturas é não reconhecer a primazia das ordens de discurso sobre as convenções discursivas particulares. Faz-se necessário explicar os investimentos ideológicos das (partes das) ordens de discurso, não apenas as convenções individuais, e a possibilidade de investimentos diversos e contraditórios. Segundo o autor, uma alternativa para a opção da estrutura é localizar a ideologia no evento discursivo, ressaltando a ideologia como processo, transformação e fluidez. O problema é que esta opção pode conduzir a uma ilusão de que o discurso corresponde a processos livres de formação, a não ser que haja uma ênfase simultânea nas ordens de discurso.

A investigação e a explicação sobre a localização da ideologia nos textos têm amparo na lingüística crítica. Deste modo, é impossível ler as ideologias nos textos porque

os sentidos são produzidos pelas interpretações dos textos e como os textos estão abertos a diversas interpretações estes podem diferir tanto em sua importância ideológica quanto no processos ideológicos que os discursos pertencem como eventos sociais completos –são processos entre as pessoas - não apenas aos textos que são momentos de tais eventos.

Fairclough afirma que a descoberta dos processos ideológicos unicamente mediante a análise textual têm o problema, descoberto pela sociologia da mídia, de que os ‘consumidores’ de textos parecem às vezes bastante imunes aos efeitos das ideologias que estão supostamente nos textos.

O autor prefere a concepção de que a ideologia está localizada tanto nas estruturas (isto é nas ordens de discurso) que constituem o resultado de eventos passados quanto nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras. O autor diz que não devemos pressupor que as pessoas têm consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática. As ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas. Muitas pessoas podem achar difícil compreender que nas suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos. Mesmo quando a nossa prática é de resistência a mudança ideológica, nós não estamos necessariamente conscientes dos detalhes de sua significação ideológica.

Prosseguindo nesta linha de raciocínio, os comentários sobre ‘consciência’ podem estar ligados a questões sobre a interpelação dos sujeitos. O caso ideal na teoria de Althusser é o do sujeito posicionado na ideologia de tal maneira que disfarça a ação e os efeitos desta dando a ele uma autonomia imaginária. Este modo de ver sugere convenções discursivas altamente naturalizadas. Porém as pessoas são realmente subjugadas de formas

diferentes e contraditórias; tal consideração começa a lançar dúvidas sobre o caso ideal. Quando a sujeição é contraditória pode ser difícil manter a naturalização (uma pessoa que opere num quadro institucional único e num único conjunto de práticas é interpelada de várias posições e puxadas em direções diferentes), pois a interpelação contraditória pode manifestar-se experimentalmente em um sentido de confusão ou incerteza e na problematização das convenções proporcionando a mudança discursiva.

A teoria althusseriana do sujeito, para esta perspectiva, exagera sobre a constituição ideológica dos sujeitos e subestima a capacidade dos sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição as praticas ideológicas. Para o lingüista inglês, os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito ‘efeito ideológico’ e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação.

Uma última questão, neste item, é: todo discurso é ideológico?

Para o autor as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder e por isto, nem todo discurso é irremediavelmente ideológico, as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural etc. à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia.



Fairclough diz categoricamente que não aceita a concepção de Althusser de ‘ideologia em geral’ como forma de cimento social que é inseparável da própria sociedade. Além disso, pelo fato de nem todos os tipos de discursos serem abertos, em princípio, ao investimento ideológico não significa que eles são investidos ideologicamente no mesmo grau. Os investimentos variam conforme as áreas e os objetivos. Os meios de comunicação, com certeza, investem muito mais do que outras áreas de construção de conhecimento, como por exemplo as ciências físicas, a economia etc.

### ***5.6. A Hegemonia e a questão do poder***

O conceito de hegemonia é peça central nos estudos do italiano Antonio Gramsci e harmoniza-se com a concepção de discurso aqui apresentada por oferecer uma teorização sobre a mudança relativa à evolução das relações de poder que permite um foco particular sobre a mudança discursiva, mas ao mesmo tempo um modo de considerá-la em termos de sua contribuição aos processos mais amplos de mudança e de seu amoldamento por tais processos.

A definição de hegemonia usada é do poder sobre a sociedade de uma das classes economicamente definida como fundamental em aliança com outras forças sociais que é obtida senão parcial e temporariamente, como “equilíbrio instável”. A hegemonia é, desta forma, a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. É um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta

hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios.

Gramsci antecipa com seu conceito de ideologia a proposta de Althusser ao focalizar a materialização implícita e inconsciente das ideologias nas práticas, considerando a ideologia ‘uma concepção do mundo que está implicitamente manifesta na arte, no direito, na economia e nas manifestações da vida individual e coletiva.

Quanto a interpelação dos sujeitos, Gramsci os concebe como sujeitos estruturados por diversas ideologias implícitas em sua prática que lhes atribui um caráter estranhamente composto’ e uma visão de senso comum tanto como repositório dos diversos efeitos de lutas ideológicas passadas, como alvo constante para a reestruturação nas lutas atuais. Para ele, no senso comum, as ideologias se tornam naturalizadas ou automatizadas.

Gramsci ao conceber a existência de um campo das ideologias em termos de correntes ou formações conflitantes, sobrepostas ou cruzadas, chamadas de ‘complexo ideológico’, sugere um foco sobre a luta hegemônica e os processos por meio dos quais os complexos ideológicos são estruturados e reestruturados, articulados e rearticulados.

Esta concepção de luta hegemônica em termos de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos está em harmonia com a concepção de discursos de Fairclough: concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos: considerando-se as estruturas discursivas como ordens de discurso concebidas como configurações de elementos mais ou menos instáveis; e adotando uma concepção de textos que se centra sobre sua intertextualidade e sobre a maneira como articulam textos e convenções prévias.

É possível considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disto a prática discursiva, a produção, distribuição, consumo e interpretação de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou transformação não apenas da ordem de discurso existente (como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual) mas também das relações sociais e assimétricas existentes.

Finalizando seu modelo, o autor estuda três tipos de modelos de discurso presentes nas formas organizacionais de poder. O modelo código está presente em estruturas de dominação onde regras, normas e convenções são impostas. Este modelo é voltado mais para as instituições e considera o discurso como concretização de códigos moldurados e classificados por uma prática normativa bastante forte. O modelo mosaico é decorrente da chamada sociedade pós-moderna cuja forma organizacional de poder encontra-se bastante difusa e difícil de apontar uma vez que a forma predominante é de um poder descentralizado. O discurso que caracteriza a prática discursiva é fragmentado, composto por pedaços que se articulam e se rearticulam constantemente e numa velocidade surpreendente. O modelo hegemônico ou de articulação é a proposta apresentada pelo autor que aposta numa forma de poder hegemônico onde o discurso é dialético e está mais voltado para o público/cliente. Para ele, dos três modelos este é o que mais o satisfaz por implicar numa visão de prática discursiva como articulação. É possível perceber a desarticulação de modelos discursivos hegemônicos e a rearticulação de novas propostas pautadas na interdiscursividade e na intertextualidade.

Uma aproximação da Teoria dos Discursos Sociais com a Teoria Social do Discurso tem sido feita desde o final dos anos 90 por parte dos pesquisadores que trabalham com a primeira perspectiva como forma de manter sua característica maior de ser uma área ainda em construção aberta a contribuições que possibilitem novos e outros olhares. As duas trabalham com um conceito de discurso semelhante, conforme vimos acima. Araújo (2002) ressalta a contribuição da teoria de Fairclough para os analistas envolvidos em estudos sobre a mudança social.

Ambas trabalham com a idéia da análise de discursos como metodologia importante para dar conta de questões sociais que envolvem relações de linguagem, ideologia e poder. As duas trabalham ressaltando a importância do contexto como forma de entendimento da produção, circulação e consumo dos discursos e como fator fundamental para a percepção dos modos como determinados discursos são como são.

Tendo a proposta de uma agenda de análise como indicativo para o desenvolvimento da análise de discursos, a Teoria dos Discursos Sociais tem como premissa básica e fundamental que a análise deva ser feita comparativamente. A Teoria Social do Discurso, com seu modelo tridimensional do discurso, em alguns casos, trabalha a possibilidade da análise ser feita apenas com um texto.

A Teoria dos Discursos Sociais dá um passo significativo para os estudos sobre imagem ao aproximá-la da Teoria da Enunciação e de seu arcabouço teórico. Mesmo tendo muitos aspectos em comum que torna possível trabalhar estas duas teorias sem que seja uma incoerência teórica ou metodológica, a teoria desenvolvida por Milton José Pinto, se aproxima muito de um enfoque sobre a enunciação enquanto, mesmo sendo levada em consideração, os trabalhos de Fairclough apontam para os enunciados em sua dimensão constitutiva e constituinte da prática social.

Desta forma, no próximo capítulo, optamos por nos referir a Teoria dos Discursos Sociais como base para nossas reflexões sobre o jornalismo, entretanto, um olhar mais atento perceberá que questões que pontuam e dão sustentação a Teoria Social do Discurso estarão presentes também. Segundo Pinto (2004), as duas têm mais coisa em comum do que divergências; são teorias complementares e usar a nomeação de uma ou de outra é apenas uma questão de escolha. Trabalhando com a idéia de escolha conforme visto acima, optamos por usar Teoria dos Discursos Sociais.

## **Capítulo III**

### **Parte I**

#### **As teorias do jornalismo como produtoras de sentidos**

Nos capítulos anteriores abordamos as principais questões teóricas sobre a construção de um arcabouço teórico-histórico-metodológico da Teoria dos Discursos Sociais. Diante deste quadro, uma questão se faz problema ao nosso olhar: as teorias produzidas cujo foco principal é o jornalismo.

Um movimento realizado neste capítulo ocorre junto a uma área de produção de saber específica que vem adquirindo mais visibilidade e espaço nas discussões internas deste campo chamada de teorias do jornalismo. Para isto far-se-á um estudo de dez teorias do jornalismo como modo de entender como está estruturada a discussão a respeito do mesmo. Para efeito de exemplo escolhemos as teorias do espelho, do gatekeeper, a hipótese da agenda setting, a teoria do newsmaking, a teoria culturalista, a teoria etnoconstrucionista, as teorias conspiratórias, a teoria sobre as fontes, as teorias organizacionais, a teoria da ação jornalística e a teoria marxista do jornalismo. A escolha destas teorias justifica-se, além do que já foi dito acima, também, pelo fato de produzirem certas discussões importantes que possibilitam o entendimento, não só da estruturação desta área, como das etapas constitutivas desta área de pesquisa.

A partir da própria definição de jornalismo, da busca de uma reflexão sistematizada sobre a atividade jornalística, sobre a definição de notícia, fonte, elementos pertencentes as etapas de produção do fazer jornalístico ou ainda influencias organizacionais ou políticas vários pesquisadores desenvolveram algumas reflexões, ao longo do século XIX e XX, que atualmente constituem esta recente área de saber específica .

A primeira dificuldade sentida no processo de sistematização desta área foi a ambigüidade com que alguns autores trabalham com o conceito de jornalismo. Em alguns momentos, eles consideram que o jornalismo seja a notícia; em outros, a empresa

jornalística; há aqueles que consideram como jornalismo as etapas do fazer jornalístico, que envolve os profissionais, o uso das técnicas de construção das notícias por estes profissionais, questões éticas, políticas, sociais, culturais, ideológicas, econômicas, por fim existem os que o pensa como atividade de produção de conhecimento, definido a partir de suas características básicas.

Para efeito de sistematização, todas estas teorias são consideradas como pertencentes ao campo jornalístico, levando-se em conta que, mesmo tendo definições e conceituações diferentes, cada uma delas compõem um novo cenário nos estudos do jornalismo.

### **1.1 Teoria do Espelho**

O pressuposto básico desta teoria é que as notícias são como são porque a realidade assim as determinam. A idéia principal desenvolvida é do jornalista como um “comunicador desinteressado”, sem interesses a defender. A legitimidade e a credibilidade dos jornalistas e conseqüentemente da imprensa sustenta-se na crença social que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais porque seguem com respeito às normas profissionais, recolhem com isenção informações e relatam os fatos conforme os mesmo ocorreram, tornando-se apenas mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia.

Aqui me remeto a aula do professor Marcio Tavares do Amaral em 08/09/1999 ao tratar a questão do sentido/verdade/real/ X informação/simulação/real utilizou como exemplo a situação de um passageiro num um avião sobrevoando o mar: “penso o avião voando muito alto, o mar para o passageiro que voa muito alto é uma chapa lisa sem



nenhuma diferença, a medida em que a escala vai mudando, uma certa flutuação /rugosidade começa a aparecer nesta chapa que continua imóvel, só numa escala mais próxima é que é possível perceber que aquela rugosidade é movimento- portanto é simultaneamente produção, geração e desaparecimento daquilo mesmo que numa escala mais alta aparece como rugosidade, é um jogo permanente de liso e rugoso, que são as ondas na medida que se elevam e se espriam. Um poeta naufrago não descreveria o mar como espelho, salvo espelho de Alice que pode tragá-lo para um outro lado de onde não volta.” Esta teoria indicaria um jornalista naufrago que nunca freqüentou a casa dos espelhos onde mesmo refratando a realidade a distorce, a aumenta, a diminui etc.

O trabalho jornalístico é visto sob uma perspectiva onde uma relação com a realidade é totalmente defendida. Em outras palavras, é impedida qualquer transgressão da fronteira entre realidade e ficção, havendo sanções graves para aqueles que violarem esta fronteira.

Fato e ficção têm lugares bem demarcados sob o risco de uma aproximação colocar em cheque o projeto político de legitimação social da imprensa como um lugar de discussão das questões públicas impetrado nos diversos países cuja influencia das esferas política e literária tiveram grande força, o modo de construção da notícia sob a égide da imparcialidade é requisito básico de um modelo de jornalismo cuja responsabilidade social está em primeiro lugar.

Esta teoria nasce no século XX, quando dois processos se consolidam no campo do jornalismo: a comercialização da mídia e a profissionalização dos jornalistas. Com o desenvolvimento de governos democráticos, o discurso social circulante é o do novo papel da mídia e um novo ethos profissional dos jornalistas, mais profissional e menos político. A idéia principal que surge é o da notícia como informação. Nesta perspectiva da notícia

como informação, o jornalista é visto como um observador da realidade que relata com total honestidade e equilíbrio o que acontece e evita o máximo emitir opiniões pessoais.

Traquina (2001) aponta dois momentos históricos que passou a concepção de notícia como informação. O primeiro, em meados do século XIX, logo que surge o novo jornalismo, um jornalismo de informação, a idéia principal era separar fatos de opinião. O segundo momento ocorre por volta dos anos 20/30 do século XX, quando surge nos EUA o conceito de *objetividade*. Este conceito implica na fidelidade às regras e busca no método científico um antídoto contra a subjetividade.

As empresas jornalísticas são os lugares onde o lucro não ultrapassa a responsabilidade social. O jornalista é um relator do real. Esta teoria foi contestada ainda por ocasião da sua proposição, 1922, por Walter Lippman questionando a possibilidade da notícia descrever ou conter seja a verdade seja a realidade. Sob um olhar semiológico, é necessário repensar a questão da linguagem compreendendo-a pela ótica da construção de sentido como lugar de luta e negociação e não apenas como descrição. Nesta perspectiva perde-se de vista a possibilidade de luta e mudança por perceber a linguagem como transparente.

Sodré (2002) afirma que “o espelho midiático não é simples cópia, reprodução ou reflexo, porque implica uma nova forma de vida, com um novo espaço e modo de interpretação coletiva dos indivíduos, portanto, outros parâmetros para a constituição das identidades pessoais”.(p.23) O que faz questão no conceito de transparência é a idéia da não possibilidade da influencia do observador, no nosso caso o jornalista, como se a realidade fosse algo já pronto, sem uma dinâmica interativa com o contexto e quem sobre ela (d) escreve. Esta percepção perde de vista a produção de sentido resultante das diversas instâncias da dinâmica discursiva e social.

A partir da indagação - “a notícia consegue refletir a realidade?” , Hackett (1988) investiga a produção jornalística como resultado de uma objetividade vinda da visão imparcial dos fatos.

Esta posição implica que o jornalista e os media noticiosos sejam observadores independentes, separáveis da realidade social que eles noticiam; que a verdade ou o conhecimento dependem da neutralidade do observador/jornalista em relação ao objeto de estudo; que o meio noticioso, quando “utilizado corretamente”, é neutral e destituído de juízos de valor, podendo assim garantir a veracidade da ‘mensagem. (p.106)

Segundo o autor, de acordo com esta visão as notícias teriam potencialmente o poder de ser uma tradução imparcial, transparente e neutra da realidade, ou seja, a realidade, os acontecimentos tenderiam a aparecer nos meios noticiosos como eles são em essência.

Duas críticas são feitas a esta posição: a primeira leva em conta a empresa e o trabalho do jornalista como fatores influentes na estruturação de uma representação dos acontecimentos. Deve-se ao fato do já dito acima sobre a impossibilidade de haver um observador não participante; deste modo, tanto o jornalista quanto a empresa onde trabalha funcionam como construtores do acontecimento, contextualizando-os e descontextualizando segundo normas e regras algumas - conscientes e outras nem tanto assim.

A segunda crítica toma a linguagem como argumento, destacando que a mesma não pode funcionar como transmissora direta do significado ou que a verdade é inerente ao acontecimento. Uma linguagem neutra e isenta de juízos de valor é impossível, pois não há fatos puros que sejam registrados sem nenhum preconceito, as avaliações já se encontram implícitas ao se fazer o uso da linguagem para registrar o acontecimento e transformá-lo em

notícia. Rodrigues (1999) no texto “Acontecimento” também questiona a noção básica presente nas discussões sobre o jornalismo de que o discurso seja uma mera representação da realidade. Segundo ele, o acontecimento transformado em notícia é um discurso em ação e também uma ação transformada em discurso. O pensador português utilizou o conceito de atos perlocutórios de J.L.Austin ( ver, Cap.I, item 1.1.5) para construir seu raciocínio considerando que os atos além de fazerem aquilo que fazem, produzem também alguma coisa no momento que falam desta coisa. Desta forma, as notícias são acontecimentos que produzem um novo estado de coisas.

As proposições da teoria do espelho tiveram bastante pertinência num momento inicial das reflexões sobre o jornalismo. Uma das primeiras questões que gostaríamos de refletir a luz da Teoria dos Discursos Sociais refere-se à idéia da notícia refletir a realidade. Aqui está incluída a concepção da linguagem como transparente, perde-se de vista o caráter constitutivo da linguagem e apresenta o real como algo retratável com perfeição. O real é algo a ser apreendido pelo olhar isento e objetivo do jornalista que ao seguir as regras e as normais de imparcialidade e objetividade retrata com o máximo de isenção o ocorrido. O fato é algo autônomo isento ao olhar do observador.

## **1.2 Teoria do Gatekeeper**

Esta teoria é considerada a primeira produção acadêmica sobre o jornalismo surgida na década de 50. O termo *gatekeeper* foi usado por Kurt Lewin em 1947, numa pesquisa sobre as dinâmicas que agem no interior dos grupos sociais. O interessante é que neste primeiro momento o termo vai estar ligado a observação da modificação de hábitos

alimentares. Segundo Lewin, observando-se a sequência de comportamentos expostos num determinado canal a um tema específico, é possível notar que existem zonas que funcionam como cancelas - ou ainda segundo ele, *zonas filtro*. Estendendo o conceito para os canais comunicativos, Lewin (1947) afirma que as zonas filtro são controladas por sistemas objetivos de regras ou pelos *gatekeepers* - a pessoa ou grupo de pessoas que decidem se deixam ou não passar a informação.

Para esta teoria, a produção da informação é resultante de uma série de escolhas, onde o fluxo de notícias tem que passar por uma série de “portões/cancelas”. A notícia ao chegar na redação passa por várias instâncias decisórias onde em cada uma o jornalista decide qual notícia vai ser publicada naquela edição. O conjunto de forças, antes e depois da zona de filtro, é diferente, de tal forma que a passagem ou bloqueio depende em grande parte da zona de filtro, controlada por um gatekeeper, que é um grupo ou um indivíduo que tem o poder de decidir se deixa passar ou não uma informação. Num primeiro momento este conceito focava a atuação do indivíduo, os critérios utilizados pelo editor na seleção das notícias.

David Manning White (1950) estudou o desenvolvimento do fluxo de notícias nos órgãos de informação a fim de identificar os pontos que funcionam como filtros/cancela. Como resultado da pesquisa, White afirma que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário, as decisões além de serem subjetivas, dependem de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, expectativas e valores do gatekeeper. No processo de seleção há duas categorias principais: a rejeição devido à pouca importância do fato e justamente o contrário: a seleção a partir de muitos relatos do mesmo acontecido. Desta segunda categoria, é possível inferir um dos motivos que levam aos jornais diários e até mesmo as revistas semanais a publicarem “os mesmos acontecimentos”. Mas como já vimos no

capítulo I esta é uma aparência enganosa, pois todos os suportes podem estar falando de um mesmo acontecimento, ter um mesmo perfil de público-alvo, entretanto a construção da notícia varia segundo os critérios enunciativos de cada um dos suportes.

Uma das características desta teoria é analisar as notícias pela ótica do jornalista - abordagem microsociológica, centrada no nível do sujeito - e ignorar fatores macrosociológicos. Ela minimiza outras dimensões importantes do processo de produção das notícias - fatores históricos, sociais, políticos, econômicos, organizacionais etc.

O conceito chave utilizado aqui é o de *seleção*. Parte-se do pressuposto que todo o processo de filtragem é na verdade um processo de selecionar o que vai e o que não vai ser publicado de acordo com interesses pessoais. Segundo Wolf “em pesquisas posteriores realçaram igualmente o fato de, na seleção e na filtragem das notícias, as normas ocupacionais, profissionais e organizacionais parecem ser mais fortes do que as preferências pessoais.” (1992, p.160)

A importância destes primeiros estudos para o entendimento da produção noticiosa foi exatamente o ponto que a posterior vai ser superado, a identificação dos indivíduos que atuam como cancelas, ou seja, onde e em que ponto do processo a ação do filtro é explícita e institucionalmente exercida.

Em estudos posteriores, as pesquisas sobre os gatekeepers centram-se no papel do aparelho como instituição social e depois numa abordagem mais sistêmica. Neste momento, ultrapassa-se a abordagem individual do gatekeeper e admite-se que as decisões são tomadas levando em conta um conjunto de valores para além dos pessoais e que incluem critérios tanto profissionais quanto organizacionais. Wolf esclarece que as pesquisas sobre este tema são unânimes ao afirmar que, no ato de seleção, as referências implícitas ao grupo de colegas e ao sistema das fontes predominam sobre as referências implícitas ao próprio

público. Enquanto o público é pouco conhecido pelos jornalistas, “o contexto profissional-organizativo-burocrático circundante exerce uma influência decisiva nas escolhas dos gatekeepers.” (1992;161).

White (1950) utilizou este conceito para estudar o desenvolvimento do fluxo de notícias dentro dos canais organizativos dos órgãos de informação e, sobretudo, para individualizar os pontos que funcionam como “cancelas” e que estabelecem que a informação passe, ou seja, rejeitada. A pesquisa revelou que, na seleção e na filtragem das notícias, as normas ocupacionais, profissionais e organizativas parecem ser mais fortes do que as preferências pessoais. O mérito de estudos como este é o de indicar onde, em que ponto a ação do filtro é exercida explicitamente ou institucionalmente. O caráter individual da atividade do gatekeeper é ultrapassado, acentuando-se, em particular, a idéia de seleção como processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de feedback.

Sobre esse tema, as pesquisas esclarecem como, na seleção, referências implícitas ao grupo de colegas e ao sistema das fontes predominam sobre as referências implícitas ao próprio público, porque este público é menos conhecido para os jornalistas do que seu ambiente de trabalho. Esse mecanismo é aprendido (pelos novatos) por osmose, principalmente porque a principal fonte de expectativas, orientações e valores não é o público, e sim o grupo de referência constituído pelos colegas ou superiores. O mérito de estudos como este é o de indicar onde, em que ponto a ação do filtro é exercida explicitamente ou institucionalmente. O caráter individual da atividade do gatekeeper é ultrapassado, acentuando-se, em particular, a idéia de seleção como processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de feedback.

Alargando o problema da seleção feita pelo gatekeeper no controle do processo informativo no seu conjunto, torna-se muito importante à maneira como se executa essa filtragem, onde pode estar envolvido muito mais do que uma simples recusa ou aceitação.

Os estudos sobre os gatekeepers associavam o conteúdo dos jornais ao trabalho de seleção das notícias, executadas pelos editores ou instituições. O que faz questão e norteia toda a pesquisa é uma questão de poder, o quê poderia responder que as notícias são como são porque pessoas e instituições atuavam como locus de poder estrategicamente localizado nas instituições, definindo o que seria notícia.

### **1.3 Hipótese do Agenda –Setting**

O que faz questão nesta teoria é a idéia de agendamento. A tradução da palavra agenda do latim para o português possui significado semelhante ao uso corrente da palavra por designar ‘coisas que devem ser feitas’. No contexto midiático, o termo de origem americana agenda-setting, discute a relação mídia, sociedade e poder ressaltando capacidade dos meios de comunicação em agendar temas que serão levados a público com o objetivo de pautar discussões e conseqüentemente construir realidades. Segundo esta hipótese, os meios de comunicação não só desempenham um papel de construção da realidade como contribuem para estruturar ou modificar imagens da realidade social a longo prazo além de formar opiniões e organizar outros olhares para as imagens já existentes.

Desenvolvida na década de 70 pelos pesquisadores americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw, esta hipótese tem nos trabalhos de Walter Lippmann (1922) e Bernard



Cohen (1963) marcos iniciais de investigação onde o primeiro apresentava algumas preocupações sobre os efeitos dos meios de comunicação sobre a opinião pública no seu livro *Opinião Pública*. Neste livro, o autor refere-se como principal ponto a ligação existente entre os mass média, os acontecimentos do mundo e as imagens destes acontecimentos na mente das pessoas.

Ele apontava para uma influência da mídia nas formas de acercamento da realidade por parte do leitor e o modo cognitivo de recepção das imagens. Resultante das pesquisas feitas – quarenta e um anos depois, sobre os efeitos dos mass média, o segundo autor, avança na configuração de um conceito de agenda setting ao afirmar que a imprensa pode não dizer as pessoas como pensar, porém, tem uma capacidade de dizer a elas sobre o que pensar de acordo com os jornais que lêem. A imprensa pode até, na grande parte das vezes, não alcançar o objetivo antes imaginado de dizer às pessoas como pensar, mas possui o poder de indicar os temas que serão discutidos e pensados pelos leitores.

Consolidando-se no âmbito da pesquisa da comunicação num momento de transição onde os efeitos dos meios de comunicação deixam de serem pensados e entendidos como provocando mudanças a curto prazo, os efeitos passam a serem estudados pelo seu modelo cognitivo de ação sobre o sujeito, ou seja, o importante é perceber a capacidade de aprendizagem e retenção de temas do mundo pelo receptor e como eles influenciam na construção da realidade social. O sujeito deixa de ser visto somente como ativo emitindo um estímulo a um sujeito passivo que é impressionado pelo estímulo, a hipótese traz como parâmetro de investigação a relação entre a ação dos meios de comunicação e os conhecimentos sobre a realidade social que dão forma e constroem uma determinada cultura onde os meios de comunicação tem um papel importante.

Neumann (1973), aponta que na relação existente entre meios de comunicação e sociedade, os primeiros possuem três características: *acumulação*, capacidade dos mass media de criar e manter a relevância de um tema; *consonância*, traços comuns e semelhanças existentes nos processos produtivos de informação tenderem a serem mais significativos do que as diferenças (o que faz das mensagens mais semelhantes); e *onipresença*, como as informações difundidas pelos meios de comunicação tornam-se publicamente conhecidas, aumenta assim o seu poder sobre aqueles que não formaram ainda uma opinião própria.

As pessoas tem tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (...) a hipótese do agenda-setting não defende que os mass media pretendam persuadir(...). Os mass media, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir(...). O pressuposto fundamental do agenda-setting é que a compreensão que as pessoas tem de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos mass media. (Shaw ,1979 in Wolf, 1992, p.128)

A hipótese do agenda-setting desenvolvida por Shaw (1979) indica que em consequência do que é vinculado pelos meios de comunicação de massa, o público sabe ou ignora, presta atenção ou não, realça ou negligencia informações ou elementos específicos do cenário público. O que é veiculado passa a refletir exatamente o pensamento do público que tende, cada vez mais, a exaltar a importância das informações dos mass media.

Segundo esta perspectiva, os meios de comunicação não pretendem persuadir o público, mas sim oferecer uma “lista” de temas sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir.

Uma das características peculiares desta reflexão teórica, que se torna objeto de discussão mais à frente, é que a mesma possui uma enunciação geral, Wolf (1992), mas cada pesquisador ao trabalhar com esta hipótese utiliza-se de metodologias próprias. Como exemplo, MacClure e Patterson (1976) desenvolveram estudos durante a campanha eleitoral para presidente dos EUA em 1972 e 1976. Segundo eles, os efeitos da agenda-setting estão relacionados às diferentes características dos diversos meios de comunicação. Assim sendo, as notícias transmitidas pela televisão por serem breves, heterogêneas e terem dimensões temporais limitadas, não teriam um efeito de agenda tão significativo e duradouro quanto às notícias impressas, como em jornais, onde a “importância” do tema é, literalmente, visível e a permanência no tempo e espaço é bem maior que as notícias da tv. Por ter linguagem específica, a tv conseguiria até ter um nível de agenda considerável ao oferecer uma visão global de um determinado caso, ou ao interromper a programação para informar sobre acontecimentos extraordinários, ou a utilização de recursos visuais que envolvessem o espectador. De posse destes e de outros recursos, a tv poderia conseguir efeitos de agendar assuntos a serem discutidos e formar opiniões.

São duas as conclusões a extrair de todos estes fatos: os diversos mass media tem uma capacidade diferente para estabelecerem a ordem do dia dos assuntos publicamente importantes. A televisão parece ser menos influente do que a informação escrita. A segunda conclusão diz respeito aos temas e aos aspectos privilegiados na campanha televisiva das campanhas eleitorais: controvérsias, competição, “folclore político” aparecem, em detrimento da informação mais significativa e importante (Wolf, 1992, p.133)

Ainda sob impacto do agendamento, esta pesquisa ressalta dois pontos relevantes: os temas adquirem status de agenda pública ao serem continuamente discutidos e os temas ligados ao ‘entretenimento’ despertam mais interesse que temas considerados importantes para a coletividade como desemprego, educação, saúde etc.

A hipótese da agenda-setting, num primeiro momento, partiu do pressuposto que a influência dos meios de comunicação seria a mesma em relação a todos os tipos de tema, as pesquisas realizadas mostraram que “a capacidade de influência dos mass media sobre o conhecimento daquilo que é importante e relevante varia segundo os temas tratados.(...) Os mass media tem uma capacidade diferente para estabelecerem a ordem do dia dos assuntos publicamente importantes.” (Wolf, 1992, p.133/137)

Sobre os aspectos dos efeitos da agenda, um deles aponta que o efeito é indireto e condicionado pelas disposições anteriores dos destinatários da mensagem. Segundo McCombs e Shaw(1972), existem os efeitos da mídia, mas estes efeitos são indiretos.

Os “usos e gratificações” são buscados, porém “a necessidade de orientação” é bem mais flexível, menos racional, menos cognitiva do que se acreditava, deste modo, pode-se dizer que a agenda setting produz influência em longo prazo. A capacidade de influência dos mass media sobre o conhecimento daquilo que é importante e relevante, varia segundo os temas tratados. Quanto menor é a experiência direta que as pessoas tem sobre um tema mais ela dependerá da mídia para ter informações e referências.

Em outro trabalho buscou-se investigar se os atributos psicológicos e sociais determinam a utilização política que o receptor faz dos medias. Maclure e Patterson ( 1976) afirmam que o efeito da agenda-setting depende muito das predisposições anteriores do sujeito espectador, no entanto, Shaw (1979), ressalta que existe grande importância também nos contatos interpessoais na determinação dos efeitos da informação dos mass

media sobre o público. Os conhecimentos são produzidos de acordo com determinados públicos. A hipótese defende, ainda, que existe uma eficácia por parte dos meios de comunicação na construção da imagem da realidade para aqueles sujeitos que estruturam sua vida tendo os meios de comunicação como fonte principal de conhecimento.

Nos efeitos de agenda-setting são perceptíveis não só na transmissão de informações genéricas (desemprego, política, economia, etc.), mas também em informações com níveis de complexidade que exigem conhecimentos mais articulados sobre assunto, causas, soluções, grupos de defesa, enfim, outras informações mais específicas dentro do texto. Contrário ao que se poderia pensar numa perspectiva mais imediatista, estes tipo de construção noticiosa também tem efeito de agenda. Uma avaliação qualitativa sobre os efeitos de agenda em públicos institucionalmente diferentes mostrou que os efeitos variam de acordo com a característica do grupo, em função da variação cognitiva na receptividade e interpretação da notícia. Isto quer dizer que os efeitos de agendamento variam de acordo com o modo como os temas são recebidos pelo público.

Shaw (1979) afirma que em consequência do que é vinculado pelos meios de comunicação de massa, o público sabe ou ignora, presta atenção ou não, realça ou negligencia informações ou elementos específicos do cenário público. O que é veiculado passa a refletir exatamente o pensamento do público que tende, cada vez mais, a exaltar a importância das informações dos mass media.

Uma das premissas trabalhadas é que os editores e os programadores, devido suas responsabilidades na seleção e classificação das informações, desempenham um papel importante na formação da realidade social. A hipótese do agenda-setting não defende que os mass media pretendem persuadir, mas tem uma “função de agenda”, selecionar/indicar os temas de discussão que devem ser pensados/discutidos a cada manhã ou durante todo o

dia ou por um período. Aqui a palavra de ordem que permeia toda a discussão e pesquisa é influência.

Segundo os vários autores os meios de comunicação influenciam na construção da agenda dos mídias e do público.

Os meios de comunicação, quando descrevem e precisam a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir. O pressuposto basilar desta hipótese é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é ofertada, por empréstimo, pela mídia.

De acordo com a hipótese da agenda setting o público sabe ou ignora, realça ou negligencia elementos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência de incluir ou excluir dos seus conhecimentos aquilo que os mídias incluem ou excluem do seu próprio conteúdo.

A imprensa pode na maioria das vezes não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre que temas devem pensar. O destinatário que não é capaz de controlar a precisão da representação da realidade social e tem por base a mídia; a imagem do real que forma acaba por ser distorcida, estereotipada ou manipulada.

Preocupados com o tipo de conhecimento produzido pela agenda e qual o público atingido Benton e Frazier (1976) desenvolvem o conceito de ‘conhecimentos assimilados’ com o objetivo de saber as noções que são apreendidas pelos destinatários e qual o nível que elas estão situadas, para eles, o importante não seria apenas um questão de aquisição de informações e temas, mas de análise do tipos de informação difundida e de transição de temas das agendas da mídia e do público.

Segundo estes autores que escolheram temas econômicos para constatar suas hipóteses existem três níveis de conhecimento: o mais superficial, de caráter mais geral e que inclui apenas o título dos temas; o mais específico que acentua conhecimentos mais articulados, articula causas e conseqüências; e por fim, um nível ainda mais específico de conhecimento que faz uma análise maior de conjuntura. Até esta pesquisa ser desenvolvida acreditava-se ainda que a influencia da agenda estava ligada a centralidade do tema, ou seja, a força do agendamento estava no tema proposto pelos meios de comunicação. Foi possível perceber que quanto mais o público possui informações sobre determinado assunto/questões/temas menor é o nível de conhecimento e influencia exercido pela agenda dos meios de comunicação.

Como toda área de investigação esta possui alguns limites , problemas relacionados ao aspecto metodológico. O primeiro que já foi citado mais acima se refere a uma definição epistemológica indicada por vários autores quanto a defini-la enquanto hipótese ou teoria. Hohlfeldt (2001) afirma categoricamente que seja uma hipótese e não uma teoria.

(...),como enfatizei anteriormente, (teoria) é um paradigma fechado, um modo acabado e, neste sentido, infeso a complementações ou conjugações, pela qual traduzimos uma determinada realidade segundo um certo modelo. Uma hipótese, ao contrário, é um sistema aberto, sempre inacabado, adverso ao conceito de erro característico de uma teoria.(...): uma hipótese é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente não der certo naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica. (p.189)

Continuando com esta linha de raciocínio, pode-se dizer então que esta perspectiva seja uma hipótese por se encontrar em diversos aspectos em constante construção. Wolf (1992) argumenta que, na verdade esta proposta, é um conjunto integrado de pressupostos e de estratégias de pesquisa. A homogeneidade que dá força a esta proposição está mais em

nível enunciativo do que na experiência de confrontação e verificação empíricas uma vez que se percebem as fragilidades relativas a uma homogeneidade metodológica. “ No estado atual, a hipótese do agenda-setting é, portanto, mais um núcleo de temas e de conhecimentos parciais, suscetíveis de ser, posteriormente, organizado e integrado numa teoria geral sobre a mediação simbólica e sobre os efeitos de realidade exercidos pelos mass media, do que um modelo de pesquisa definido e estável.” (p.128).

Apesar os grandes problemas metodológicos ao analisar e comparar os diferentes mass media, McCombs(1981) e Lang-Lang (1981) afirmam ser necessária uma estratégia teórica que substitua o empirismo tático das pesquisas e produza uma arcabouço teórico conceitual que evite a profusão de metodologias particularizadas. Um dos problemas levantados refere-se ao que já foi abordado acima é que, segundo esta perspectiva, os meios de comunicação possuem agendas específicas a cada meio o que leva, num primeiro momento, a desenvolver estratégias de pesquisas relacionadas ao conteúdo, aos temas propostos para discussão.

Para Wolf(1992), centrar-se nesta perspectiva deixa de lado um aspecto importante do processo: a relação entre a agenda dos meios e a do público que consome as informações uma vez que este teria uma capacidade maior de gerar efeitos de agenda. Concordando com este autor, o processo certamente não se dá de forma estanque, nem é possível definir qual meio possui um maior poder de influência do que outro, provavelmente estas observações estão ligadas a um momento específico da produção científica, mas que na atualidade possui características diversas ou que seria muito interessante perceber se este modelo como foi criado nos EUA tem as mesmas características no Brasil.

Sodré (2002) aponta algumas deficiências quanto ao conceito de agenda setting como foi utilizado em algumas pesquisas, pois as mesmas utilizam uma visão de agenda



como doutrinação, inculcação de idéias desconsiderando a voz ativa dos destinatários. Segundo ele, a hipótese da agenda é insuficiente pois a mesma existe como função e não de forma isolada, como um instrumento descolado do sujeito. “O agendamento só funciona por força das prescrições de natureza moral, potencializadas pela iluminação da tecnologia e do mercado, em consonância com a profunda afetação da vida comum pela tecnocultura.”(p.57) Ou seja, para este autor a sociedade contemporânea está sujeita às leis e à força do mercado e da tecnologia.

Contrário a momentos anteriores onde o poder tinha características disciplinares, atualmente na era tecnológica o poder está ligado à persuasão, ao convencimento e à sedução – a publicidade, o marketing, o entretenimento são exemplos desta forma de poder. Duarte (2002) concorda com este quadro explicativo e salienta que a mídia é um agente de seleção e formatação de fatos do mundo cujo poder está na capacidade de expor ou iluminar com força a realidade diária. Para ele, a crítica à postura de Sodré refere-se, em primeiro lugar, ao fato de ele centrar suas observações no processo de produção desconsiderando as dimensões da circulação e consumo dos sentidos.

A possibilidade de mudança do atual quadro situacional proposta por este autor é o reforço da sociedade civil. Esta, pressionando através de grupos organizados, poderia reorganizar a mídia e estabelecer um embate com o mercado a fim de ter força para decidir também sobre os rumos que a mídia iria tomar.

Em segundo lugar, está o fato de Sodré considerar ing ua a proposta de mudança que tem a recepção como base. Para Duarte (2002) ao desconsiderar novamente a circulação e o consumo, Sodré (2002) privilegia o ângulo da dominação, reforça a força da mídia e minimiza a potência da cultura popular e do senso comum.

Devido às pesquisas desenvolvidas atuarem um modelo padrão de premissa onde a abordagem relaciona-se a uma comparação entre agenda dos meios e agenda do público Zucker (1978) chama atenção para o fato que geralmente as pesquisas não atentam para a questão da “passagem” de transformação de uma agenda noutra agenda, o que seria muito rico nesta discussão sobre os efeitos, pois segundo o autor, esta passagem não ocorre de forma homogênea. “ Avaliar a importância de um assunto ( e pressupor que essa importância seja captada), tendo por base apenas o número de vezes que é citado, é mais o resultado de um processo metodológico de observação da agenda dos mass media (a análise de conteúdo) do que uma reflexão teórica sobre o problema.” (Wolf, 1992,p.147)

Wolf (1992) chama atenção para o fato que trabalhar com o pressuposto que a frequência com que um tema aparece nos meios de comunicação seja indicativo de que os destinatários perceberam a discussão e incorporaram-na é reduzir o processo comunicativo ao poder da mensagem de trazer em si todos os elementos que permitam a interpretação e compreensão, esquecendo-se de outros elementos presentes no processo não aparecem explicitamente, porém têm um papel importante e muito essencial para uma compreensão.

Seguindo uma linha da psicologia cognitiva, este autor ressalta que o destinatário deve combinar uma informação nova com a que já está acumulada na sua memória a fim de ser capaz de entender a mensagem de um texto – aqui se encontra presente um efeito psicologizante do processo comunicativo - a Teoria dos Discursos Sociais segue uma linha de raciocínio cuja matriz do pensamento é semelhante, entretanto o conceito de intertextualidade – a capacidade de um texto se remeter a outro - aborda o aspecto sócio-discursivo da prática discursiva enquanto que para este autor o processo comunicativo está ligado a mecanismos como interpretação, compreensão e memorização.

Por tratar-se de efeitos a longo prazo, o problema para a hipótese do agenda-setting é explicar “como a nova informação, absorvida através do mass media se transforma em elementos da enciclopédia dos destinatários, ou seja, do conjunto dos seus conhecimentos a cerca do mundo” (Wolf, 1992,p.148) .

Alguns estudos, dentre eles os de Findahl-Höijer (1975), Larsen (1980; 1983) van Dijk-Kinstsch (1983), revelam a existência e importância de macroestruturas e macroregras que contribuem para que “o equilíbrio de um texto, de um discurso, de um conjunto de preposições, não está associado apenas à coerência entre frase e frase, mas também à sua globalidade, isto é, ao fato de possuir uma unidade, um tema condutor” (p.149).

Enquanto que os trabalhos dos três primeiros buscam ampliar a hipótese da agenda setting fazendo análise do processo de tratamento e de memória da informação, os dois últimos afirmam que se deve levar em conta que os processos de compreensão não se referem apenas à compreensão de textos, mas também das situações apresentadas pelos textos, ou seja, o destinatário ao utilizar um conhecimento já adquirido no processo de compreensão de um discurso implica sua capacidade de associação do próprio discurso ao conhecimento pré-existente que lhe fornece um modelo da situação atual.

Ao serem atualizados pelo noticiário, os conhecimentos de fatos anteriores já adquiridos, parecem seguir duas direções: uma indica que, a memorização dos dados parece concentrar-se mais na informação adquirida do que na nova – o conhecimento prévio do assunto facilita na memorização; a outra ressalta que a informação mais recente sobre determinado assunto parece ter mais privilégio.

Finalizando esta abordagem sobre compreensão e informação dos efeitos da agenda-setting, McKuen e Coombs (1981) forneceram modelos explicativos interessantes sobre o impacto da nova informação adquirida nos meios de comunicação. O primeiro modelo

ressalta a atenção ao sugerir a receptividade do destinatário à nova informação varia de acordo com a informação apresentada e a sua capacidade cognitiva de processá-la. O segundo modelo refere-se ao enquadramento cognitivo, ou seja, os indivíduos mais atentos, mais interessados e com maior competência cognitiva seriam os menos receptivos à influência das novas notícias.

Wolf (1992) ressalta que o problema da agenda setting nas várias pesquisas acima abordadas continua sendo que “o caráter cumulativo desse efeito cognitivo dos mass media é, de fato, dificilmente analisável, se nos mantivermos totalmente estranhos à problemática dos processos semióticos de compreensão, elaboração e memorização dos conhecimentos difundidos pelos discursos dos mass media.”(p.150)

No que se refere ao parâmetro temporal na hipótese do agenda-setting, Eyal – Winter - De George (1981) propõem que se a influência é em longo prazo, ao estudarem-se os efeitos deve-se levar em conta cinco parâmetros diferentes de medir o tempo.

O *frame temporal* é o levantamento dos dados da agenda do público e dos meios de comunicação por todo o período de estudo a fim de se ter à extensão total do tempo em que o efeito foi produzido.

O *time-lag*, refere-se ao levantamento do período em que a variável independente -a informação veiculada nos meios de comunicação, e a variável dependente - agenda do público, ocorrem.

A duração do levantamento da agenda dos mass media, é o período total da cobertura informativa. A duração do levantamento da agenda do público é quando se pesquisa sobre o conhecimento que o público possui sobre assuntos agendados e a duração do efeito ótimo, é o período em que se estabelece a máxima associação entre ênfase dada a

determinados temas por parte dos mass media e o modo como o público se apropria destes conhecimentos.

Outra questão que se fez importante nas investigações sobre a agenda do público foi proposta por McLeod et.al.(1974) ao identificar três tipos de agenda: a agenda intrapessoal é de caráter muito pessoal e refere-se aquilo que o sujeito considera como tema importante para si segundo suas prioridades; a agenda interpessoal já amplia a discussão para um nível mais grupal e está relacionada com os temas que são importante para o grupo e que o sujeito discute com os outros; a agenda de percepção segundo a opinião publica caracteriza-se pela importância que o sujeito acredita que os outros atribuem a determinados temas.

Ainda relacionado aos esquemas tripartites Becker et.al. (1975) propuseram um esquema para o entendimento do efeito de agenda na influencia cognitiva a partir de três tipos de modelos: o modelo de conhecimento, que é a presença ou a ausência de um tema na agenda do público; o modelo de realce: refere-se à presença de dois ou três temas da agenda dos meios de comunicação na agenda do público, e o modelo de prioridades; está relacionado com a hierarquia estabelecida pelos indivíduos, complexificando o processo devido ao fato de ter que observar como as agendas foram estabelecidas segundo determinados temas.

Traquina(2000) ressalta a pertinência do conceito de agenda e de poder para a comunicação política, segundo ele mais do que ser uma teoria da comunicação o agenda setting é uma teoria do jornalismo uma vez que mesmo que a maioria senão a totalidade das pesquisas sejam voltadas para situação de campanha, o foco principal são o poder de construção da realidade pelos jornais e pelos telejornais. Segundo ele, esta abordagem é de grande valia para os estudos do jornalismo uma vez, mesmo que toda a literatura da agenda

ressalte apenas dois dos três componentes – agenda dos meios de comunicação e agenda do público- que constituem o processo de agendamento o terceiro – agenda das políticas governamentais – possui tanta força quanto os outros dois. O autor sugere que talvez pela força e poder constituído do campo político se encontre aí a importância dada pelos jornais e jornalistas à agenda das políticas governamentais.

Neste sentido, é possível pensar uma teoria do jornalismo segundo uma perspectiva da agenda setting, onde seja possível estudar a múltipla influencia das agendas na produção dos efeitos; entretanto que sejam trazidos para os estudos características próprias do campo jornalístico.

Os estudos de Molotch e Lester (1974) apontam três categorias de pessoas com posições dentro do campo jornalístico diferenciadas indicando não só sua complexidade como também sua dinâmica. Os promotores da notícia são todos aqueles que propõem a agenda governamental ou outros assuntos do campo político; os profissionais são os jornalistas que escrevem as notícias e os consumidores são aqueles para quem o material noticioso é produzido e que são sujeitos a influencia das duas agendas anteriores e que ajudam a constituir uma agenda pública.

Para se pensar as questões jornalísticas é necessário perceber as diferenças entre acontecimento e questão, no processo de transformação de um deles em notícia. De acordo com McCombs(1973), Lang,Lang(1981), Hilgartner e Bosk (1988) et alli são diversos os critérios de noticiabilidade no processo de agendamento, que vão desde critérios técnicos como enquadramento das questões, até critérios mais subjetivos como interesses em tornar públicas certas notícias, grau de intencionalidade, criação de fatos políticos (pseudo-acontecimento), experiência direta, conversas interpessoais e influencias e poderes desiguais de agendas.

Segundo Traquina (2000), as notícias são a conjunção entre acontecimento e texto, sendo, portanto uma construção, uma narrativa, uma ‘estória’. Como forma de dar subsídios ao que ele considera ser agenda jornalística e não midiática conforme vimos acima, o autor, chama atenção que as notícias são construídas segundo critérios técnicos padronizados variando quanto ao conteúdo, mas muito iguais quanto à forma. Um dos fatores que permeia o processo em todas as redações é o fator tempo e que este elemento possui uma característica muito específica no campo jornalístico, uma vez que os jornalistas estão sempre correndo contra o tempo na busca das notícias e dos horários razoavelmente rígidos para o fechamento das edições *dead-line* criando-se desta maneira um critério avaliativo baseado no cumprimento dos prazos e horários. Outro fator importante na construção noticiosa relaciona-se ao fator tempo, mas de forma um tanto mais sutil: são os conhecimentos previamente adquiridos *background* que permitem uma maior desenvoltura por parte do jornalista no momento de construir a notícia e por fim a capacidade de reconhecer quais os acontecimentos que tem um valor de notícia – um faro de jornalista para identificar uma notícia.

Depois de reconhecer as ocorrências ou as questões com valor-notícia, o jornalista precisa de mobilizar o saber de procedimento, ou seja, os conhecimentos precisos que orientam os passos a seguir na recolha de dados para elaborar a notícia. Quais são as fontes apropriadas a contactar? Quais são as perguntas a colocar? Quais os elementos são necessários recolher? Que citações? (Traquina, 2000,p.31)

Como base para elaboração de dados que permitam identificar elementos que compõem a agenda jornalística, Traquina (2000), sugere, que a aproximação das questões jornalísticas com as questões do agendamento é profícua uma vez que traz de volta pro cerne da discussão a questão do poder do jornalismo. Embora o autor escreva levando em conta uma realidade diferente da brasileira em determinados momentos resvala num modelo de jornalismo que se assemelha as premissas da teoria da responsabilidade social (Cap. III, p.04) com suas mesmas limitações e como forma de fortalecimento de uma democracia forte. Outro limite na proposta de Traquina (2000) é o fato do de ter jornalistas comprometidos unicamente com a profissão deixando de lado qualquer outra militância que não seja a profissional. Este posicionamento torna-se incongruente com as próprias características do campo tanto jornalístico, quanto comunicacional, de ser recortado e sofrer influencia de todos os outros campos. Parece-nos ainda prevalecer não uma visão de negociação entre os diversos campos e agendas e sim uma visão de hegemonia estática, onde prevalece um campo sobre o outro se apoiando em critérios deotológicos como forma de respaldar e consolidar um olhar como o melhor ou mais isento, o que já temos discutido ao longo desta tese ser impossível.

#### **1.4 Teoria do Newsmaking**

Procurando descrever como as exigências organizativas, a organização do trabalho e os processos produtivos influenciam na construção da notícia, a teoria do newsmaking aborda aspectos relacionados à produção noticiosa dentro daquilo que poderíamos chamar



de sociologia da comunicação, ou mais precisamente de acordo com esta tese, sociologia do jornalismo ou das profissões (Wolf, 1992). Estes estudos buscam fundir as duas tendências de pesquisa - os emissores e seus processos produtivos. Ela tem como característica se afastar da amplitude do debate sobre as comunicações de massa em geral e concentrar-se mais numa sociologia dos emissores enquanto produtores de notícia.

De acordo com esta vertente os jornalistas tem um papel importante no processo noticioso, pois são produtores de notícias submetidos à rotina de trabalhos contribuindo para a definição da produção das mesmas. O pressuposto principal mostra que a mensagem é produzida socialmente, a notícia é um produto histórico condicionado ao contexto social de sua produção e suas relações organizacionais, o newsmaking propõe que se analise esse processo como forma de compreensão da realidade social da produção de notícias.

No processo de produção de notícias, estudos recentes relacionam a imagem da realidade social, construída nos mass media, com a organização e a produção dos aparelhos jornalísticos, relacionando-os com uma parte presente no processo produtivo chamada de “distorção inconsciente”. Ela está ligada às práticas profissionais das rotinas produtivas diárias, aos valores partilhados e interiorizados no processo de produção noticiosa acerca do modo de desempenhar a função de informar.

O inovador nesta corrente de pesquisa é ressaltar a importância que a prática profissional vai ter como fator de influencia na construção da notícia, ou seja, as ‘distorções’ presentes no material noticioso não são mais só fruto de uma pessoa, como vimos no gatekeeper – o editor, nem de uma instituição – e empresa, o cotidiano das redações, as relações interpessoais entre jornalistas, a visão compartilhada do que é jornalismo característica de cada redação tornam-se objeto de problematização a fim de definir o que é notícia.

Sob a influencia da sociologia do conhecimento devido a importância que os estudos sobre os fenômenos culturais assumiram, leva-se em conta não só os fatores organizativos, burocráticos, ligados à estruturação dos processos produtivos, mas também elementos mais especificamente comunicativos, isto é, intrínsecos à peculiaridade da matéria prima trabalhada. “Dos mass media - que constituem um núcleo central da produção simbólica, na sociedade atual, é necessário conhecer-se não apenas os sistemas de valores, de representações, de imaginário coletivo que eles propõem, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações em que tudo isso acontece.” (Wolf, 1992,p.163)

De acordo com os trabalhos desenvolvidos (Lang-Lang,1953;1955;Halloran et alli,1970) existe uma lógica específica dos mass media, que estrutura, de uma forma bastante decisiva, a imagem dos acontecimentos cobertos. As exigências organizativas e estruturais e as características técnico-expressivas próprias de cada meio de comunicação de massa são elementos fundamentais para a determinação da reprodução da realidade social fornecida pelos mass media. Os estudos do newsmaking não se referem à cobertura de um acontecimento particular, mas ao andamento normal da cobertura informativa por períodos prolongados.

As pesquisas de newsmaking têm em comum a técnica da observação participante. No Brasil, Vizeu (2000), estudou o processo produtivo do programa jornalístico RJTV1, jornal local exibido no Rio de Janeiro pela Rede Globo.

Para estudar a questão das rotinas de trabalho e sua influencia sobre a informação, trabalharemos com a teoria do newsmaking. Uma teoria ainda nova no Brasil que busca descrever, em um nível empírico, as práticas comunicativas que geram as formas textuais recebidas pelos destinatários, Ou seja, mostrar como os jornalistas, no seu dia-dia, constroem a notícia. A metodologia a ser utilizada é a mesma empregada nas

demais pesquisas sobre o newsmaking: a observação participante e entrevistas (p.17)

O pesquisador para reunir e obter as informações fundamentais sobre as rotinas produtivas dos mass media utiliza-se do método de observação. Os dados são recolhidos pela observação sistemática de conversas ou por entrevistas. Os critérios específicos do recolhimento e à estruturação do material que vai sendo acumulado ao longo da observação.

Segundo esta perspectiva o modo de comportar-se do investigador na cena social quando está analisando varia – ele pode ser um observador passivo que pouco ou não interage com as pessoas que está observando, ou pode ser mais interativo integrando-se a dinâmica da equipe ou empresa observada. O mesmo deve atentar pois em algum momento seu papel corre o risco de se confundir com o de um participante da atividade observada. Esta fase é conhecida pela expressão *going native*, ou seja, a aproximação é tanta que o observador torna-se um da comunidade e perde a referencia de como a atividade pudesse ser feita de forma diferente. No newsmaking, o pesquisador observa quais são critérios de importância e noticiabilidade utilizados na produção noticiosa.

Essa teoria orienta-se dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos. Fazer conexões e identificar as relações existentes entre os dois aspectos é o ponto central deste tipo de pesquisa. A pergunta a ser respondida é se a cultura profissional dos jornalistas é fator de influência no modo como é organizado o trabalho no processo produtivo.

Garbarino (1982) in Wolf (1992) atesta que a cultura profissional é entendida como um emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, rituais etc. cuja ideologia adotada torna-se uma série de paradigmas e de práticas profissionais

adotadas como naturais. Esta colocação mostra que, no processo de produção noticiosa, a seleção de um acontecimento implica na definição, para os emissores, que um acontecimento não é uma casual sucessão de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registro.

Como qualquer outra organização complexa, uma empresa jornalística, enquanto um meio de informação não pode trabalhar fenômenos idiossincráticos, níveis de crenças e outras decisões totalmente subjetivas. De acordo com esta visão o que se busca não é propor a inexistência da subjetividade, mas reduzir todos os fenômenos a classificações, categorias, editoriais elaboradas propositalmente. Essas exigências que são devidas à superabundância de fatos que acontecem, indicam que os órgãos de informação, para produzirem notícia, devem cumprir três obrigações:

1. devem tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido (inclusive os que são excepcionais) como acontecimento notável;
2. devem elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada fato ocorrido a um tratamento idiossincrático;
3. devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam fluir e ser trabalhados de uma forma que sigam critérios planejados.(Tuchman, 1997,)

Estabelecido um conjunto de critérios de relevância, pode-se definir o que seja a noticiabilidade de cada acontecimento, ou seja, sua capacidade em ser transformada em notícia. A noticiabilidade nada mais é do um conjunto de requisitos que se exigem dos

acontecimentos – segundo uma ótica profissional dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias. Altheide (1976) define que o critério de noticiabilidade está sujeito a desacordos, entretanto no final terminam prevalecendo os interesses das empresas jornalísticas e dos jornalistas. Ao estudar-se estes critérios termina-se conhecendo que sua flexibilidade está relacionada com quem produz a informação. No dia-dia da profissão, a noticiabilidade tanto quanto os modelos e os valores profissionais compartilhados possuem um grau de “distorção involuntária (p.45)

Construindo o quadro da noticiabilidade dos acontecimentos faz-se necessário falar dos valores - notícia, ou seja, um componente da noticiabilidade que indica quais os acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia.

Esses valores-notícia funcionam, na prática, de uma forma complementar, são diferentes relações e combinações que se estabelecem diante da diversidade de valores-notícia com o objetivo de contribuir na seleção de um fato. Os valores-notícia são critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção, isto é, não estão presentes apenas na seleção das notícias, participam também nas operações posteriores, embora com um relevo diferente ( produção da matéria e edição) .

Os valores - notícia têm dois papéis no processo de construção noticiosa: funcionam como critérios de seleção dos elementos (critérios de relevância) dignos de serem incluídos no produto final e os usos destes critérios se espalham por todo o processo de produção. A

principal exigência para o uso de tais critérios é rotinizar a tarefa de seleção e produção de notícias a fim de facilitar seu gerenciamento e torná-las públicas. Para isso, os valores-notícia devem permitir que a seleção do material seja executada com rapidez, de um modo quase automático, e que essa seleção se caracterize por um certo grau de flexibilidade e de comparação.

Outro dado importante a ser ressaltado nos valores-notícia é que eles não permanecem sempre os mesmos. Assuntos que, há alguns anos, simplesmente não existiam adquirem relevância na atualidade demonstrando a existência de um sem número e tipo de temas considerados noticiáveis e a dinâmica e flexibilidade destes critérios. Há ainda os chamados *single issue movements*, isto é, aqueles movimentos de opinião que se solidificam na sociedade civil em torno de problemas simples, ultrapassando as tradicionais divisões ideológico-partidárias e ganhando espaço midiático através de uma integração entre as estratégias de noticiabilidade adotadas por estes *single issue movements* e os valores-notícia aplicados pelos órgãos de informação.

Para o newsmaking, os valores-notícia derivam de pressupostos implícitos e que no processo de comunicação seguem as seguintes características: as características substantivas das notícias, ao seu conteúdo; a disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; o público; e a concorrência.

No que se refere às características substantivas das notícias está relacionada ao processo de transformar o acontecimento em notícia, ressalta-se a importância e o interesse que a mesma pode despertar.

O critério de importância é determinado a partir de quatro variáveis: o grau de nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento; o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; a quantidade de pessoas envolvidas (de fato ou potencialmente) no

acontecimento e a sua relevância, e o significado do acontecimento quanto à sua evolução futura de uma determinada situação.

Quanto ao interesse, este está estreitamente ligado às imagens que os jornalistas têm do público e ao valor-notícia “capacidade de entretenimento” proposto por Golding e Ellittott (1979) que prioriza os chamados ‘interesses humanos’ – histórias de gente comum em situações insólitas, bizarras etc. ou pessoas públicas surpreendidos em momentos privados; histórias que invertem os papéis pré-estabelecidos ( a famosa máxima do jornalismo para definição do que é notícia em vários manuais- ‘se o cachorro morde o homem não é notícia já se o homem morder o cachorro...); histórias de feitos heróicos e ou excepcionais. (Gans, 1979).

Os critérios relativos ao produto e à sua disponibilidade, se relaciona com as características do mesmo e a disponibilidade de materiais, ou seja, o acesso que os jornalistas vão ter ao acontecimento, as possibilidades de tratá-lo segundo os critérios jornalísticos, a possibilidade de cobertura com uma certa facilidade, a disponibilidade de pessoal, infra-estrutura e material técnico etc.

Os critérios relativos ao produto estão ligados à possibilidade de unir os interesses da empresa ao acontecimento, os limites técnicos da mesma e a disponibilidade de pessoal capacitado para cobrir o acontecimento. Além deste há ainda os critérios de brevidade – dados essenciais-, atualidade, equilíbrio, ideologia da notícia – quanto mais negativo seja o acontecimento mais torna-se publicável -, e qualidade da história.

Gans (1979) in Wolf (1992) indica cinco critérios de qualidade: a ação (uma notícia é melhor quando ilustra visualmente uma ação); o ritmo (uma notícia desprovida de ação procura-se torná-la menos aborrecida, recorrendo a vários processos de exposição ou apresentação); o caráter exaustivo (fornecer todos os pontos de vista sobre um assunto

controverso, ou dar o máximo possível de dados cognoscitivos acerca de um determinado acontecimento); a clareza da linguagem (levar em conta que é impossível para o telespectador voltar ao que não compreendeu deve-se usar uma linguagem clara sem rebuscamentos).

Os critérios relativos ao meio estão relacionados com a qualidade da relação texto/imagem/áudio, ou seja, que os mesmos, em conjunto ou separados possuam qualidades técnicas de serem tornados públicos; com a frequência - quanto mais a frequência do acontecimento se assemelhar à frequência do meio de informação, mais provável será a sua seleção como notícia por esse meio de informação; e com o formato, critérios editoriais de cada empresa e critérios técnicos de redação das notícias.

Com relação ao público, os critérios demonstram uma preocupação com a clareza de linguagem (vide critérios propostos por Gans acima) a fim de se tornar compreensível e com a estrutura narrativa dos acontecimentos, ou seja, a capacidade de atrair os leitores. Gans (1979) identifica três categorias de notícias: as notícias que permitem uma identificação por parte do espectador; as notícias-de-serviço; e as notícias ligeiras – que não possuem muitos pormenores, facilmente digeríveis – *fait divers*.

Terminando os critérios relacionados aos valores/notícias e conseqüentemente com a noticiabilidade, aparecem os critérios relativos a concorrência, ou seja, a competição por uma fatia no mercado também influencia na hora de seleção e produção de informações. Gans (1979) aponta três tendências relevantes: a busca pelo furo, pelo exclusivo (vide capítulo 3 – o jornalismo nos anos 90) faz com que os órgãos rivais lutem a fim de conquistar cada vez mais uma maior fatia no mercado; a segunda tendência consiste em gerar expectativas recíprocas, a vigília que os meios fazem entre si no sentido de dar uma



notícia pensando que o concorrente pode fazer o mesmo, o meio se pauta pelo que ele acha que vai ser publicado no rival.

Finalmente, como as expectativas recíprocas transformam-se num laço comum, ou seja, desencorajam as inovações na seleção de notícias, cada vez mais existe extrema semelhança nas coberturas informativas entre noticiários ou jornais concorrentes. Entretanto dois fatores ainda são detectados em relação a concorrência: os parâmetros profissionais e os modelos de referencia. Quanto ao primeiro, muito ligado ao segundo, refere-se aos fatos destes parâmetros serem copiados entre empresas, principalmente as de sucesso, ao ponto de tornar o meio noticioso como modelo de referencia na área que atua.

Wolf (1992) comenta que nem todos os valores-notícia têm graus de importância idênticos e nem todos eles tem o mesmo grau de relevância para cada notícia. Ou seja, nesta tendência existe um espaço para a negociação do que vai ser publicado.

Além da noticiabilidade e dos valores-notícia como elementos importantes no processo de construção da notícia, as rotinas produtivas também influenciam o processo. De acordo com esta perspectiva a escassez de tempo é fator fundamental para a existência dos valores-notícia. Como cada empresa possui um *dead-line* e luta contra o tempo para fechar suas edições, as mesmas estabelecem rotinas de trabalho articuladas nas três fases da produção informativa diária a fim de manter a qualidade da informação nos processos de recolha do material, seleção e apresentação dos mesmos.

A recolha do material é o primeiro momento para a construção noticiosa. Nesta fase os jornalistas procuram notícias nos diversos órgãos informativos institucionais, nas agências, nas fontes etc.

Os estudos de newsmaking salientam que uma das causas da já citada fragmentação e super-representação da área político-institucional na informação de massa,

reside nos procedimentos rotineiros de recolha de materiais de onde se vão extrair as notícias. Na enorme maioria dos casos, trata-se de material produzido em outro local, que a redação se limita a receber e a reestruturar, em conformidade com os valores/notícia relativos ao produto, ao formato e ao meio de comunicação (Wolf, 1992, p.194)

O que é possível perceber neste aspecto é que devido à rotina, sob a alegação da ausência de tempo, muitos dos canais de recolha de material se tornaram “profundamente estruturados” devidos aos critérios de noticiabilidade que reforçam os critérios de relevância para a escolha do material. As fontes não são todas iguais e possuem critérios de valores distintos quanto ao acesso aos meios de comunicação, aos jornalistas e ao grau de importância. Segundo Wolf, a rígida dependência do recolhimento do material em relação à rede de fontes que se tornou estável mostra o caráter regular, planificado e repetitivo de um tipo de cobertura que prioriza um tipo de fonte mais institucional em detrimento de outra mais alternativa, quem detém o poder econômico ou político tem mais acesso e é mais facilmente acessável pelos jornalistas, reforçando padrões vigentes.

As fontes são fator preponderante para a qualidade da informação, entretanto elas dividem-se em fontes propriamente ditas (pessoas, documentos, grupos organizados ou não...) e fontes institucionais – assessorias de imprensa, agências de informação. Gans (1979) afirma que a relação entre as fontes e os jornalistas parece uma dança de tentativa aproximação mútua, onde na maioria das vezes é conduzida pelas fontes sem que os jornalistas se apercebam disto. Para o autor existem quatro fatores relevantes que pontuam o interesse da fonte ter acesso aos jornalistas: os incentivos, o poder da fonte, a sua credibilidade ao fornecer informações e a proximidade social e geográfica com os jornalistas. Por parte dos jornalistas, os fatores que pontuam a oportunidade e conveniência dos mesmos são: o furo ou a exclusividade jornalística, a produtividade, a credibilidade, a

garantia e a respeitabilidade. “(...) as pesquisas dos newsmaking modificaram uma certa mitologia profissional que tem tendência para dar uma imagem linear, neutra e transparente da passagem de conhecimentos entre a fonte, o jornalista e o leitor.” (Wolf,1992,p.201)

As agências enquanto fontes institucionais podem ser transnacionais e nacionais, elas funcionam muitas vezes como fontes primárias e justificam a sua existência e seu papel no processo produtivo da informação devido as suas vantagens econômicas. Primeiro, por serem relativamente mais baratas, pois fica mais barato pagar a assinatura de uma agência de notícias do que manter correspondentes em todo o país ou mundo. Segundo, por trabalharem segundo os critérios de noticiabilidade acatados mundialmente e terceiro por permitir que cada empresa, ao ter acesso a grande quantidade de material noticioso disponibilizado pelas agencias, possa ter idéias para pautar suas próprias coberturas.

Outro fator importante neste processo é a pauta, ou segundo Wolf (1992), a agenda de serviço. “A agenda de serviço, nas suas diferentes formas e características organizativas, é constituída essencialmente pela lista diária dos acontecimentos que sobrevirão e cuja noticiabilidade é, em grande parte dada como certa.(...) na sua maioria, são fatos que se situam na esfera político-institucional-administrativa ou judiciária, e que permitem que os órgãos de informação organizem com uma certa antecendência o seu próprio trabalho.” (p.210-211)

Depois destes aspectos relativos a escolha do material conforme citado acima, o processo entra na fase da seleção das notícias, o processo de triagem e organização do material que chega a redação. Wolf (1992) comenta que o fluxo do material recolhido que chega à seleção já está bem regulamentado e estabilizado segundo os modos, processos e hábitos.

Por outras palavras, não se pode descrever a seleção apenas como uma escolha subjetiva do jornalista, mesmo que seja, profissionalmente, motivada; é necessário vê-la como um processo complexo, que se desenrola ao longo de todo o ciclo de trabalho, realizado em instancias diferentes – desde as fontes até ao simples redator – e com motivações que não são todas imediatamente imputáveis à necessidade direta de escolher as notícias a transmitir. (p.214)

Este autor chama atenção também para os valores-notícia que não se restringem apenas ao processo de recolha e seleção do material, mas em todo o processo produtivo principalmente no processo de fechamento das edições - espaço, destaque e hierarquização do material noticioso.

A última etapa deste processo de produção noticiosa é a edição e apresentação das notícias. Se nas etapas anteriores, pela necessidade dos meios, os acontecimentos chegavam de modo aleatório e caótico o objetivo deste momento é recontextualizar estes acontecimentos seguindo uma ordem que se torne inteligível ao público. A edição representa de forma sintética, coerente e significativa a notícia. “Imposto pelas exigências e pelas técnicas produtivas transforma-se em algo de muito diferente. Transforma-se num modo de condensar, focalizar a atenção em certos aspectos do acontecimento e traduz-se presumivelmente, numa maneira de captar, codificar e memorizar as informações recebidas.”(Wolf,1992,p.218)

Os estudos sobre os newsmaking são uma tentativa de descrição das práticas comunicacionais transformadas em textos, esta abordagem procura escapar dos determinismos que cercaram durante um bom tempo o campo da comunicação. Os estudos dos emissores fornecem informações ricas sobre as práticas textuais, um ponto pé para se pensar as relações das mesmas com as práticas discursivas e as práticas sociais.

## **1.5 Teoria Culturalista**

A fim de que se possa entender esta teoria faz-se necessário apresentarmos algumas premissas básicas dos estudos culturais ingleses. A perspectiva dos estudos culturais é recente, data do final dos anos 50 com sua consolidação em 1964 com a criação do Centre for Contemporary Cultural Studies na Universidade de Birmingham. Tendo Raymond Williams, Richard Hoggart e E.P.Thompson como seus criadores, esta linha investigativa conta ainda com outros nomes como é o do jamaicano naturalizado britânico Stuart Hall. A teoria que iremos abordar é proposta pelo mesmo.

Voltando para as premissas dos estudos culturais, desde o começo a preocupação era investigar fenômenos culturais dentro da perspectiva em que a cultura fosse considerada como atravessando toda a sociedade e considerando-a numa perspectiva histórica como base dos processos de produção e reprodução das questões sociais. Segundo seus autores, não é possível estudar os fenômenos culturais, inclusive os meios de comunicação, isolados do seu contexto histórico, social, político, etc. sob a pena de considerá-los elementos à margem da estrutura de poder na sociedade, coisa que ele jamais seriam.

Para Williams (1958) e Hoggart (1958) a cultura não se reduz a idéia de ideologia. Para o primeiro dever-se-ia substituir a noção de classe baseada na economia por uma noção baseada na cultura. Já o segundo, considera a comunicação como essencial, devido a linguagem ser um elemento preponderante na constituição do ser humano enquanto indivíduo e enquanto ser social.(Sousa,2002)

O interesse dos estudos culturais volta-se para uma análise específica do processo social atribuindo um sentido à realidade, para a evolução de uma cultura de uma prática social compartilhada em termos de significados. De acordo com seus escritos, a cultura não

é só uma prática, nem só descrição da soma de costumes e hábitos de uma sociedade, mas são todas as práticas sociais e a soma de suas inter-relações. Para eles, o estudo da cultura contemporânea é um campo de análise conceitualmente relevante, pois nele estão englobados, tanto os significados e valores que surgem e se difundem nas classes sociais, quanto às práticas através das quais estes valores se exprimem.

Segundo Wolf (1992), os estudos culturais atribuem à super estrutura um poder constitutivo e uma especificidade para além da oposição infra e super estrutura. O efeito ideológico global da reprodução do sistema fica visível ao se analisar os meios de comunicação e suas várias determinações que vinculam ou libertam as mensagens dentro das práticas produtivas.

A inovação dos estudos culturais é que eles reafirmam a centralidade das criações culturais coletivas como agentes de continuidade social, ressaltam o caráter complexo, flexível, dinâmico e ativo das estruturas sociais exteriores ao sistema dos meios de comunicação e apontam para as condições históricas específicas como elementos essenciais para a compreensão das práticas dos meios de comunicação de massa, pondo em destaque a contínua dialética entre sistema cultural, conflito e controle social. (Wolf,1992)

Apresentadas algumas considerações básicas sobre os estudos culturais, área de atuação dos autores desta proposta teórica cujo nome mais expoente é Stuart Hall, é possível afirmar que a teoria culturalista configura-se a partir de um novo paradigma: as notícias como construção social.

Ela se afasta da idéia de relato exato do fato, a notícia é vista como o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: jornalistas, fontes e sociedade. As notícias são vistas como narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura das pessoas que compõem as tribos e pela cultura da sociedade onde estes membros estão

inseridos. Para ‘narrar’ o acontecido é preciso que o jornalista mobilize um saber narrativo baseado no aprendizado das regras e normas da linguagem jornalística.

Os defensores desta teoria apontam para o processo de produção das notícias que não só pressupõe a natureza consensual da sociedade como sublinha o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual.

Uma tal assunção de fundo constitui a natureza consensual da sociedade: o processo de significação – dando significados sociais aos acontecimentos- tanto assume como ajuda a construir a sociedade como um “consenso”. Existimos como membros de uma sociedade porque – é suposto- partilhamos uma quantidade comum de conhecimentos culturais com os nossos semelhantes; temos acesso aos mesmos “mapas de significados”. Não só somos todos capazes de manipular estes “mapas de significados” , para compreender os acontecimentos, mas também temos interesses , valores e preocupações fundamentais, em comum, que estes mapas incorporam e refletem. Todos nós queremos manter basicamente a mesma perspectiva acerca dos acontecimentos. Neste ponto de vista, o que nos une, como uma sociedade e cultura – o seu lado consensual-, ultrapassa em muito o que nos divide e distingue como grupos e classes de grupos.( Hall et ali, 1999,p.226)

Para os autores, este tipo de padronização e enquadramento contribui para as forças produtivas que estão no poder escondam a desordem, os conflitos de interesses e as rupturas culturais e económicas.

As notícias são um produto social resultante de vários fatores, o que chama atenção para as formas rotineiras de produção das notícias, é que os meios de comunicação terminam reproduzindo os valores de uma classe dominante sem estar necessariamente ao seu serviço como afirmam as teorias conspiratórias.

As notícias resultam principalmente da organização burocrática dos meios de comunicação; a estrutura dos valores-notícia que constituem o elemento fundamental da socialização, da prática e da ideologia profissional dos jornalistas, além de definir o que são “boas notícias”; o momento da construção da notícia que envolve o processo de identificação e contextualização onde os mapas culturais do mundo social são utilizados nesta organização, quando o jornalista começa a estruturar o processo de construção da notícia o seu valor-notícia é um fator que já está presente na narração.

Ainda de acordo com esta perspectiva, o jornalista é situado no seu local de trabalho agora sob um olhar transorganizacional – leva-se em conta a cultura jornalística, a estrutura dos valores-notícia de cada um, a ideologia e as rotinas e procedimentos utilizados na construção das notícias. Visto como um sujeito ativo participante na construção da realidade, ele deixa de ser considerado mero observador passivo.

A mídia tem papel importante na reprodução da ideologia dominante. Porém, é reconhecida uma certa autonomia do jornalista em relação a um controle econômico direto, autonomia esta que é colocada em questão quando os mesmos se relacionam com os definidores primários. Este termo é usado para definir o acesso primeiro de determinadas fontes oficiais cujo objetivo é fazer prevalecer suas idéias tornando os meios de comunicação seus definidores primários.

Recorrendo aos estudos gramscianos, Hall afirma que as notícias contribuem para a hegemonia da ideológica dominante. Segundo ele, é importante observar a relação estrutural entre os mídias e os definidores primários.

Na teoria culturalista (estruturalista), as fontes oficiais são encaradas como um bloco unido e uniforme; a existência de disputas entre os membros das fontes oficiais é minimizada; (...) a estrutura dos chamados definidores primários é encarada de uma forma



atemporal e imutável; a relação entre os chamados definidores primários e os profissionais do campo jornalístico é encarada como uma relação unidirecional: os chamados definidores primários comandam a ação. (Traquina, 2001,p.94)

Deste modo esta teoria busca explicar o modo como a ideologia dominante assegura sua hegemonia, como os valores notícia dos membros da comunidade jornalística têm um papel ideológico central na reprodução da ideologia dominante e como as pressões e exigências profissionais e rotinas de trabalho terminam possibilitando um acesso exagerado daqueles que possuem posições institucionalmente privilegiadas.

## **1.6 Teoria Etnoconstrutivista**

Para esta corrente de pensamento, as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) em produto (notícias). A partir do acontecimento faz-se uma seleção do que vai ser tratado a fim de adquirir existência pública.

De acordo com a teoria etnoconstrutivista, os jornalistas vivem sob a tirania do fator tempo com o desafio diário de ter de elaborar um produto final até a “hora do fechamento da edição”. Tendo o fator tempo como referencia primeira, as empresas jornalísticas elaboraram estratégias a fim de tentar domar a dupla natureza da sua matéria-prima: os acontecimentos podem surgir em qualquer parte; os acontecimentos podem surgir a qualquer momento. Em face a esta imprevisibilidade as empresas jornalísticas procuram impor uma ordem no espaço e no tempo.

No que se refere ao espaço, as empresas jornalísticas se toma providências a fim de fazer a cobertura de determinadas regiões onde há uma maior probabilidade de ocorrências de fatos noticiáveis. Ela sabe que existem lugares onde há uma maior possibilidade de algo

noticiável acontecer que em outros. A ordem no tempo está relacionada com a estrutura própria de cada empresa lidar com o tempo. Um primeiro ponto a ser considerado é o biorritmo de cada empresa. Elas funcionam segundo critérios internos específicos o ritmo dos setores que as compõem. De posse de algumas informações sabe-se quais as horas mais propícias para acontecer às coisas e espera-se que os acontecimentos com valor-notícia se concentrem durante as horas normais de trabalho. É nestas horas que, nas organizações jornalísticas, funcionam e estão a grande maioria dos recursos humanos - repórteres e fotógrafos disponíveis para cobrir histórias, editores etc. Para a empresa deslocar uma equipe ou repórter antes ou depois das horas normais de trabalho é preciso apresentar uma evidência clara do acontecimento com um valor notícia que justifique tal procedimento.

As empresas procuram planejar sempre que possível o futuro, a fim de driblar a dupla natureza citada acima, e por isto estabelecem agendas de coberturas de acontecimentos. A crítica feita ao fator tempo e que muitas vezes funciona como justificativa para a qualidade do produto final é pelo fato do ritmo acelerado como as coisas acontecem, a obrigação com o imediatismo e o pouco tempo existente entre a apuração e a redação do acontecimento.

A teoria etnoconstrutivista encara o processo de produção das notícias como um processo interativo onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante. Segundo Molotch e Lester(1993) é útil o papel estratégico do campo jornalístico no funcionamento das sociedades modernas e na comunicação política devido a sua capacidade de dar existência pública a uma acontecimento tornando-o objeto de discussão pública. Isto decorre da dinâmica e complexidade do jogo noticioso, que funciona a partir de três categorias de jogadores, posicionados de forma diferente perante a organização do trabalho jornalístico: os promotores de notícia; os jornalistas e os

consumidores. Estes autores se recusam a encarar notícias como um “espelho” da realidade e as ocorrências noticiadas como sendo as partes necessariamente mais importantes de uma realidade objetiva.

Molotch e Lester(1993) sublinham primeiro a existência de interesses na promoção de certas ocorrências ou na prevenção de certas ocorrências se tornarem acontecimentos públicos, e a intencionalidade que está por trás de uma parte significativa de acontecimentos. Como os jornalistas têm suas próprias necessidades de acontecimentos, os autores, argumentam que o acesso aos mídia noticiosos é uma questão central do jornalismo. Desta forma existem três formas de acesso. O *acesso habitual* é quando as necessidades de um grupo ou pessoas coincidem normalmente com as atividades da produção jornalística. do pessoal dos meios de comunicação social. O *acesso disruptivo*.é provocado por aqueles que necessitam de acesso à produção de acontecimentos e que podem contribuir para a experiência pública mas não tem espaço e por isto provocam a surpresa, o choque a irrupção do cotidiano como modo de visibilidade. O *acesso direto* é dado pelos próprios jornalistas quando determinam que reportagens ou trabalhos de investigação jornalística os pretendem desenvolver.

Tuchman (1979) concorda com as questões dos dois autores acima citados porém atribui uma importância à formação da rede noticiosa e à forma como os jornalistas nela estão distribuídos. Uma vez fixados os critérios de noticiabilidade da rede noticiosa no tempo e no espaço algumas ocorrências tem muita dificuldade em serem noticiadas. Segundo ele, a rede de fontes reflete a estrutura social e o poder existente - conhecendo-se a distribuição da rede noticiosa de um meio de comunicação social sabe-se quais são os critérios de noticiabilidade pelas quais são regidas.

A lógica por trás da colocação da rede noticiosa pressupõe uma compreensão: 1) da seriedade que existe na relação entre jornalistas e fontes, 2) dos investimentos que são feitos no cultivo das fontes e ,3) dos critérios de avaliação que os membros da tribo jornalística utilizam na sua interação com os diversos agentes sociais.

Sousa (2002) mostra que na cultura jornalística, a relação entre fonte e jornalista é sagrada. Uma fonte é uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações. Um dos aspectos fundamentais do trabalho jornalístico é cultivar fontes. O desenvolvimento da relação com a fonte é um processo habilmente orientado com paciência, compreensão e capacidade de conversação sobre interesses comuns até formar um clima de confiança. Às vezes, o jornalista pode cultivar a fonte invertendo o processo normal, isto é, dando informação à fonte.

A forma rotineira da relação fonte e jornalistas no trabalho jornalístico pode ter consequências negativas se houver uma interdependência, pois as fontes oficiais conhecem os meandros necessários para conseguir divulgar suas informações. Para esta teoria, a rotinização do trabalho é fator que leva à dependência de certas fontes. E este acesso é uma questão de poder onde certos agentes ou movimentos sociais tem dificuldade em divulgar suas notícias.

### **1.7 – Teorias Conspiratórias**

Nos EUA é muito comum a existência de inúmeras assim chamadas as teorias conspiratórias ou, como são chamadas também, ‘história alternativa’. Existem as mais diversas versões ‘não-oficiais’ para a morte da Princesa Diana, o atentado de 11 de setembro, a morte de Tancredo Neves etc. Na década de 90 estas teorias ressurgem com força total, porém elas existem desde a Idade Média. Os argumentos utilizados em defesa de suas teses parte do pressuposto que as pessoas comuns não tem acesso ao fato real, mas

a versões que circulam sobre ele. Como elas tem o objetivo de atender os interesses de pessoas ou grupos extremamente poderosos, são cuidadosamente preparadas a fim de manipular politicamente a opinião pública numa constante e intensa luta pelo poder.

O constante e sofisticado crescimento dos impérios midiáticos cuja característica é a concentração de poder na mão de grupos políticos e econômicos, é visto como uma forma de manutenção do *status quo*. Os defensores desta teoria acreditam que as notícias, as atividades jornalísticas, a publicidade etc. são usados pelos grupos dominantes como modo de concentração de poder.

Fenster (1999) defende que por trás destas teorias conspiratórias está uma visão sobre o que é poder e sua atuação no mundo. O que vai variar para os defensores de determinados pontos de vista vai ser a sua referência; aqueles que comungam de um viés marxista mais ortodoxo acusam as classes dirigentes capitalistas mundiais de manipulação, os que possuem uma identificação mais religiosa acusam a existência ou nascimento de um anticristo e assim por diante. “Os adeptos das conspirações não acreditam na democracia nem nos sistemas políticos. Aham que isso é tudo uma bobagem e que, detrás dessa cortina de fumaça, os verdadeiros donos do poder estão agindo”.(p.29)

Dentre as diversas teorias relacionadas a comunicação e ao jornalismo destacamos a proposta da nova esquerda alemã cujo o pensador principal é o alemão Hans Magnus Enzensberger e a teoria da ação política em sua versão de direita desenvolvida por Kristol (1975) , Efron (1979) e Lichter et alli (1986) e em sua versão de esquerda elaborada por Noam Chomsky e Herman (1989) como exemplo de teorias no âmbito da comunicação e do jornalismo que compartilham das idéias acima expostas. Na visão de Enzensberger, os meios de comunicação manipulam consciências. Sodré (2002) destaca:

(...) o tipo de crítica dirigido à mídia por militantes políticos ou então autores como Noam Chomsky e Hans Magnus Enzensberger, quando a caracterizam como 'indústria de manipulação das consciências. (...) deixam passar despercebida a dificuldade da categoria 'manipulação', que implica pura linearidade ou instrumentalidade absoluta do médium e a hegemonia de uma consciência sobre a outra. (p.28)

O filósofo alemão Hans Magnus Enzensberger, no final da década de 60, propõe novos parâmetros para a utilização dos meios de comunicação de massa: uma maior envolvimento político na organização popular a fim de expressar as idéias de grupos dominados. O contexto onde surge esta proposta é pós os movimentos estudantis de 1968. Para este autor, os meios de comunicação de massa, em especial rádio e Tv, possuem um *potencial emancipador* que pode agir na consciência da massa, esses meios possuem uma "força mobilizadora", que, se utilizada, garantiria autenticidade aos meios massivos.

Segundo ele, a técnica eletrônica não conhece contradição entre emissor e receptor (esta divisão se daria em função da divisão social do trabalho), o avanço tecnológico torna a possibilidade do controle total dos meios de comunicação por parte de alguma autoridade não algo pertencente ao futuro mas ao passado. As sociedades industrializadas dependem do livre intercâmbio de informações, inclusive aquelas que podem ameaçar o poder do sistema. Estas condições geram uma ambivalência nos meios de comunicação, que possibilitam o desencadeamento de suas "potencialidades emancipadoras".

A principal crítica de Enzensberger dirigida para a esquerda, tanto dos setores tradicionais como os mais radicais, é que ela não formulou uma 'teoria marxista dos meios de comunicação'. Para ele, os conceitos empregados por teóricos de esquerda contra os meios de comunicação, como manipulação são apenas slogans, existe uma "Indústria da Consciência" que caracteriza o fenômeno meios de comunicação na sociedade industrial.

Através do conceito de indústria da consciência e da ambigüidade dos meios de comunicação, o autor, crê que seja possível moldar a consciência da massa de maneiras diferentes, dependendo da forma como os meios são usados e do tipo de mensagem que veiculam.

No final dos anos 70, ele reavalia o caráter utópico de seu texto afirmando que os meios de comunicação, tv, não provocaram um diálogo democrático dentro da sociedade como previra antes, mas tornaram-se comerciais e monopolistas atendendo a certos interesses políticos dos poderosos.

Saindo de uma perspectiva dos meios de comunicação em geral e se concentrando no jornalismo especificamente, para a teoria da ação política os noticiários são instrumentos que servem a determinados interesses políticos. Para os autores cujo posicionamento político é mais de direita e os que militam numa vertente mais de esquerda, os programas jornalísticos ou são divulgadores do capitalismo ou ajudam a mantê-lo ao silenciar determinadas versões e privilegiar ‘informações oficiais’. Tanto uma quanto outra posições concordam que a noticiosa de acordo manipula os conteúdos com objetivo político de formar opinião pública.

Os estudos de Kristol (1975) e Efron (1979) revelam a existência de uma nova classe cujos integrantes são burocratas e intelectuais ligados as grandes cadeias de televisão norte-americanas com o objetivo de propagar idéias anticapitalistas e num movimento questionável de fundir esfera pública e privada, ou seja, expandir as atividades reguladoras do Estado a partir de empresas privadas.

Lichter et alli (1986), dentro desta mesma ótica, direcionaram seus estudos para os jornalistas norte americanos observando sua composição social e seus valores pessoais. Os autores concluíram que os jornalistas posicionam-se politicamente mais a esquerda que a

população norte-americana constituindo uma classe anticapitalista. De acordo com estes estudos, os jornalistas possuem um papel ativo no processo de construção da realidade e seriam os responsáveis pelos erros divulgados nos meios de comunicação. Para eles, os jornalistas possuem total controle sobre o produto jornalístico e inoculam seus posicionamentos políticos no produto jornalístico que produzem. “Nesta versão da teoria, os valores coletivos dos jornalistas são considerados substancialmente diferentes da população em geral.” (Traquina, 2001,p.81)

Herman e Chomsky (1989) têm um posicionamento mais de esquerda no que se refere a ação política dos mídias e defendem que o conteúdo das notícias não é determinado nem ao nível interior (nível dos valores e preconceitos dos jornalistas), nem ao nível interno ( nível da organização jornalística), mas em nível externo (nível macroeconômico). Para eles, num posicionamento marxista mais ortodoxo, a melhor forma de entender e justificar a produção de sentido na sociedade está na observação dos fatores econômicos – existe uma relação direta entre a produção noticiosa e a estrutura econômica da empresa jornalística.

Muito em voga no final da década de 70 e meado dos anos 80, alguns estudos apontavam os donos das empresas como fieis representantes da ‘burguesia’, da classe capitalista e como os verdadeiros responsáveis pela produção noticiosa. Editores e jornalistas nada mais eram que executores e divulgadores da nova ordem mundial.

Muito pertinente, neste período, produziu-se uma discussão sobre a autocensura. O jornalista iniciante deveria receber dos donos de empresas jornalísticas a pauta e se preparar para mostrar a eles seus escritos – conhecedores do posicionamento político do meio que trabalhava, o mesmo se preparava para não escrever sobre determinados assuntos ou para ressaltar determinados aspectos que agradassem ao patrão. Hoje se sabe que raramente o



jornalista se encontra com o dono do jornal e que muitas vezes nem o editor interfere tão diretamente em seus escritos.

Estudando os mídias norte-americanos, Herman e Chomsky (1989) ressaltam que o papel midiático é o de reforçar os pontos de vista do poder instituído e manter o establishment. Segundo eles, as notícias servem apenas aos interesses do poder estabelecido – os donos das empresas e os anunciantes. Existe uma íntima ligação entre produtores midiáticos, donos de empresas e classe dirigente cujo objetivo é que o resultado final do produto jornalístico seja de total acordo com os interesses econômicos das classes envolvidas na manutenção do poder.

(...), cinco fatores explicam a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista.(...)1) a estrutura de propriedade dos mídias;2) a sua natureza capitalista, isto é, a procura do lucro e a importância da publicidade;3) a dependência dos jornalistas de fontes governamentais e fontes do mundo empresarial; 4) as ações punitivas dos poderosos; e 5) a ideologia anticomunista dominante entre a comunidade jornalística norte-americana. (Traquina,2002,p.83)

Conforme salientado no começo deste item, as teorias conspiratórias voltam a ter força nos anos 90 em várias partes do mundo, entretanto a visão de ideologia utilizada na argumentação discursiva é a de falsa consciência, distorção da realidade. Herman e Chomsky defendem que a ligação entre estas instâncias de poder –mídia, governo e classe economicamente dominante - é ideologicamente sutil e apenas uma análise no conteúdo da produção midiática pode revelar como um pequeno grupo domina o fluxo de notícias no mundo e estabelece uma visão de mundo segundo seus interesses. De acordo com estes autores, o campo jornalístico é uma arena fechada, um espaço fechado onde prevalece o monologismo e a imposição do poder dirigente.

Traquina (2002) e Hollin (1994) questionam Herman e Chomsky salientando aspectos que esta vertente ignora. Para o primeiro, os autores esquecem que, nas empresas jornalísticas, os donos raramente se encontram com os editores; a grande maioria dos jornalistas desconhece que faz parte do conselho de administração das empresas que trabalha e que os jornalistas possuem um grau de autonomia na abordagem e construção do seu texto. O segundo ressalta que os autores reduzem a ideologia profissional dos jornalistas a uma questão de falsa consciência.

### **1.8 – Teorias sobre as Fontes de Informação**

É relativamente nova a discussão sobre teorias cuja preocupação fundamental sejam as fontes de informação ,como vimos acima nas teorias culturalistas e etnoconstrutivistas. Segundo Sousa (2002), uma reflexão sobre a relação jornalista e fonte pode ajudar na discussão sobre a produção de sentido na sociedade. Para ele, existem teorias que, ou enfatizam a negociação entre o jornalista e a fonte, ou consideram que não existe negociação – o sentido é previamente determinado por quem detêm o poder político e econômico.

Na perspectiva de Leon Sigal (1973), o conteúdo das notícias está estreitamente relacionado com as informações colhidas nas fontes e no critério utilizado na escolha das fontes – se são oficiais ou não. O autor reconhece a importância que as organizações jornalísticas, as rotinas e as convenções têm no processo de produção noticiosa, entretanto, considera as fontes como definidoras de sentido. Segundo ele, existem três tipos de canais informativos (fontes): os canais de rotinas, são acontecimentos oficiais e os releases; os canais informais, são informações colhidas na rua, em associações de bairros, em outros

meios de comunicação etc. ; e os canais de iniciativa, são informações captadas de acordo com a iniciativa própria do jornalista.

O autor destaca a presença maciça dos canais de rotina nos noticiários e ressalta que o espaço destes tende a diminuir quando aumenta a participação de canais informais ou contactados por iniciativa própria do jornalista. Outra observação feita por Sigal (1973) é que as fontes de informação oficiais dominam o espaço noticioso enquanto que fontes desconhecidas do grande público precisam adquirir confiança e se fazem notar para obter maior espaço e ser ouvida.

Os trabalhos de Molotch e Lester (1974) contribuem para esta discussão e são utilizados por Traquina (2000) ao refletir sobre a hipótese da agenda setting (4.3). Eles utilizam o conceito como promotores da notícia as fontes investem em transformar um fato em um acontecimento midiático segundo seus interesses e que muitas vezes quando o assunto não lhes é favorável eles procuram silenciar as vozes concorrentes ou descontentes. Segundo estes autores, as relações públicas, eu diria ainda, os assessores e marketeiros, são exemplos de promotores de notícia. No entanto, o papel destes promotores está sujeito ao trabalho do jornalista, cabe a eles aproveitar e conhecer as brechas do processo de produção noticiosa a fim de conseguir divulgar suas informações. Muitas vezes, aproveitando-se do fator tempo que impera nas redações, é possível ganhar um espaço ou pautar um assunto devido ao trabalho dos promotores.

No caso da promoção dos acontecimentos, Molotch e Lester (1974) apresentam uma tipologia de acontecimentos que estão relacionados ao modo de promoção dos mesmos e ao trabalho dos promotores. Os acontecimentos de rotina são os atos, as atividades rotineiras de cada instituição a qual o promotor pertence; os acidentes são acontecimentos não intencionais, que os promotores vão ter que trabalhar mais pesado para divulgar ou abafar o

caso; os escândalos, os promotores se embuiem mais em silenciar, promover cortinas de fumaça a fim de esvaziar a abordagem – neste caso, a divulgação foge do seu alcance pois é produzido em outra instância – pelos meios noticiosos; por fim ele utilizam o termo de difícil tradução *serendipity*, que numa tradução mais informal teria duas versões – está escrito nas estrelas e a capacidade/talento para fazer uma descoberta involuntária, ao acaso, no caso do uso técnico, quer dizer ‘um acontecimento involuntário mas promovido pelo executor, que o tenta transformar num acontecimento de rotina ou modificar o seu sentido público primário através da sua atividade promocional. Esses acontecimentos seriam, geralmente, invisíveis, e , portanto, não recuperáveis para a investigação sociológica.” (Sousa, 2002,p.65)

Herbert Gans (1980) possui uma visão mais pessimista sobre a relação com as fontes. Para ele, existem vários tipos de fontes – oficiais ou não, passivas, ativas, legitimadas, desconhecidas etc. interagindo com os jornalistas e o público. Os órgãos de imprensa procuram suas fontes segundo suas necessidades e posição na estrutura social. O acesso das fontes aos meios de comunicação se dá de uma forma socialmente estratificada uma vez que elas, por não terem igual valor social, obedecem a hierarquias. Para este autor, as instituições jornalísticas tendem a passividade uma vez que as fontes comandam a atividade, ou seja, ele identifica uma certa adequação dos meios noticiosos a fontes mais ativas. Os fatores que influenciam a dominância de determinadas fontes sobre outras, segundo Gans (1980), são o poder, a credibilidade e a proximidade com os jornalistas. Por sua vez os jornalistas lançariam mãos de determinadas fontes de acordo com as suas conveniências e a capacidade em antecipar ‘boas’ informações.

Philip Schlesinger (1992) não trabalha com a classificação de fonte oficial e não oficial. Segundo ele, existe uma dinâmica que a visão reducionista de fonte oficial ou não,

deixa de perceber que são os grupos sociais que se beneficiam do sistema, mas que com certa liberdade fazem críticas ao mesmo.

(...), as fontes, de alguma maneira, competem pelo acesso aos meios jornalísticos, desenvolvendo ações táticas ao serviço dessa estratégia do acesso, como sejam (a) a criação e manutenção de um ambiente capaz de garantir à fonte o sucesso da comunicação, através da cativação e sensibilização dos jornalistas, (b) a seleção apropriada dos meios-alvos ou (c) o fornecimento de mensagens capazes de corresponder aos critérios de noticiabilidade e a convenções jornalísticas, como as técnicas profissionais de redação.(Schlesinger,1992 in Sousa,2002, p.67)

Para ele, no ambiente competitivo, por possuir recursos e posicionamento social diferentes as fontes tem acesso desigual aos meios de comunicação.

Blumler e Gurevitch (1995) desenvolvem um estudo onde observam a relação entre os políticos e os jornalistas. Segundo eles, estas duas instancias desempenham papeis ajustados e muitas vezes cooperativos uma vez que cada um tem interesses em comum. O jornalista em ter uma fonte de confiança que facilite seu trabalho e o político em ter determinados assuntos noticiados, outros esquecidos ou totalmente silenciados. Estes autores argumentam que normalmente as fontes e os jornalistas teriam objetivos diferentes reforçando uma negociação de sentido entre eles. Por um lado, os jornalistas tenderiam a proteger suas fontes e estas por sua vez confiariam no critério da imparcialidade jornalística. Como a amplitude do conceito de fonte torna-o ambíguo, uma informação vinda de uma fonte ‘desconhecida’ só adquire visibilidade pela força do acontecimento enquanto que as fontes institucionais são mais aceitas segundo os critérios de credibilidade e autoridade.

Ricardo Jorge Pinto (1997,1998 3 1999) , professor e jornalista político português desenvolve também um estudo sobre a evolução do jornalismo político e a relação entre

políticos e jornalistas políticos. No que se refere a evolução do jornalismo político, o autor identifica que este tipo de jornalismo entrou em um novo paradigma no início dos anos 70, onde passa a ser enfatizados a interpretação e a análise, em vez da descrição e das longas citações diretas feitas pelos políticos. Segundo ele, a ascensão da análise, situada entre a informação factual e a opinião, coincide com o início dos questionamentos e conclusões sobre a impossibilidade do jornalista ter objetividade.

Ainda dentro do quadro sobre a mudança paradigmática, Pinto (1997), afirma que existe uma relação de conflito e cumplicidade entre os jornalistas políticos e os políticos; há uma diminuição do uso de fontes identificadas em favor das fontes anônimas; as fontes tornam-se diversificadas sendo ouvidos todos os escalões que compõem o cenário político do porteiro ao assessor direto ou mesmo o próprio político; há uma influência do marketing político sobre as atividades jornalísticas; e por fim, os jornais de prestígio em quatro sociedades diferentes (Portugal, Inglaterra, França e Estados Unidos) tornam-se cada vez mais parecidos entre si.

Para o autor, o jornalismo político é o resultado da simbiose entre o campo político e o campo jornalístico. O primeiro se estrutura de maneira tal que suas informações possam se adaptar tranquilamente as rotinas de produção noticiosa e o segundo utiliza estratégias narrativas, a fim de que os acontecimentos políticos sejam facilmente assimiláveis. Contrário a idéia que as mídias se tornaram mais poderosas que os políticos, postula que na verdade existe uma (re)adaptação circular entre os políticos e os jornalistas políticos e suas práticas, de forma que existe uma compreensão mútua da legitimidade de ambos. “Segundo Ricardo Pinto, a redefinição dos campos do jornalismo e da política no seio da esfera pública tem sido conduzida pelo sistema midiático, com a cumplicidade do sistema político, com base num elaborado processo dialético de sedução (do público) mais do que num

modelo de confrontação.(...) também a comunicação política se tornou uma extensão do marketing político, num processo substancialmente impulsionado pela televisão, que promove a espetacularização, personalização e dramatização dos acontecimentos políticos; porém, este processo é condicionado pela tendência analítica e interpretativa do jornalismo político atual.” (Sousa,2002,p.72-73)

Ainda a respeito de teorias sobre as fontes, Sousa destaca os trabalhos de Curran (1996), que destaca dois tipos de pressões nos meios jornalísticos- de cima para baixo e de baixo para cima. No primeiro caso é a pressão da classe dominante e no segundo caso da classe dominada. Para este autor, mesmo as fontes privilegiadas tem desigual acesso as empresas jornalísticas pois estas nem tratam todos da mesma maneira, nem são totalmente acessíveis. O português Rogério Santos (1997) defende que as fontes burocratizadas possuem um esquema de estarem permanentemente disponíveis ao atendimento dos jornalistas, a fim de manter-se sempre em evidencia. A credibilidade da fonte dependeria da instituição a qual ela esteja vinculada. Para Hess (1984), os jornalistas e as fontes tendem mais a travar um constante embate, do que manter um processo relacional. Mancini (1993) afirma que as relações entre jornalistas e fontes são conturbadas e tende ora à confiança ora a suspeita.

Esta teoria ou conjuntos de pontuações sobre a relação entre jornalista e fontes, embora esteja ainda sistematizada de forma solta, traz pontuações pertinentes que possibilitam estender esta discussão para um nível mais articulado onde seja possível observar e aprofundar mais questões que aqui foram apenas citadas, contribuindo para o entendimento da produção jornalística de sentido.

## 1.9 Teoria da Ação Jornalística

Partindo da máxima autiniana que dizer é fazer e tendo o professor Teun van Dijk como referência, Manuel Carlos Chaparro propõe uma teoria da ação jornalística ou uma ‘macropragmática da ação jornalística’ como uma forma não só de pensar os modos de construção das notícias como também uma ética e uma moral presente neste processo.

O conceito operatório utilizado pelo autor e tomado por empréstimo de Van Dijk (1990) é o de *intenção*. Para Chaparro (1994), é um valor de equilíbrio e unidade do bom texto jornalístico, “entendido como o relato verdadeiro e compreensível da atualidade.” (p.13) A proposta teórica desenvolvida tem como premissa básica que a intenção é a liga que funde a Ética, a Técnica e a Estética, elementos inseparáveis das ações jornalísticas.

Antes de prosseguirmos com a teoria da ação jornalística, é necessário uma rápida abordagem sobre as propostas teóricas de professor holandês van Dijk (1992), uma vez que além de ser dele o conceito principal utilizado, ele é considerado um importante pensador na área do discurso é pioneiro em questões voltadas para as áreas de ciência do texto, pragmática discursiva e psicologia da cognição no processo de entendimento do discurso.

Voltado para estabelecer modelos cognitivos de processamento de discurso, numa primeira fase mais estrutural, em 1983, van Dijk propõe um modelo mais dinâmico, de base processual e estratégica.

Os principais pressupostos teóricos dos modelos são: pressupostos cognitivos e pressupostos contextuais. De acordo com o primeiro, as pessoas só compreendem determinados acontecimentos ou eventos discursivos se tiverem algum conhecimento sobre o assunto, deste modo elas são capazes de construir uma representação mental significativa sobre o mesmo.



Para interpretar alguns desses acontecimentos, tais como um acidente, elas devem saber alguma coisa a respeito de acontecimentos e ações comuns ao trânsito no qual estão envolvidos carros e motoristas e, para estórias, elas devem dispor de um conhecimento mais geral de estórias e a relação entre essas e os acontecimentos nelas contidos.(...) Além desse conhecimento, o ouvinte e a testemunha podem ter outras informações cognitivas, tais como crenças, opiniões ou atitudes em relação a tais acontecimentos em geral ou, ainda, motivações, objetivos ou tarefas específicas no processamento de tais acontecimentos. Assim, de forma mais geral, pressupomos que compreender envolve não somente o processamento e interpretação de informações exteriores, mas também a ativação e uso de informações internas e cognitivas. (van Dijk, 1992,p.15)

Compreender, neste caso, é saber combinar informações, saber construir bem e o mais rápido possível representações mentais a partir de informações sobre os acontecimentos e as situações em que eles ocorreram . “(...) o processamento de discurso, como outros processos complexos de informação, é um processo estratégico no qual uma representação mental na memória é construída a partir do discurso, usando informações externas e internas, com o objetivo de interpretar (entender) o discurso.” (p.16)

Para o segundo pressuposto, os discursos, enquanto estórias, são produzidos em situações específicas de acordo com um contexto sócio-cultural mais amplo. Deste modo, o processamento de um discurso não seria apenas um evento cognitivo.

Partiremos primeiramente do pressuposto de que, aqui, as dimensões sociais do discurso interagem com as dimensões cognitivas. Em outras palavras, o modelo cognitivo deverá dar conta do fato de que o discurso, e conseqüentemente o processo de compreensão do discurso, são processos funcionais dentro do contexto social.(...) A primeira implicação cognitiva deste pressuposto é que os usuários da língua constroem uma representação não do texto, mas também do contexto social, e que ambas representações interagem. (p.17)

Segundo este pressuposto, existem intenções no discurso e não lidamos só com os objetos lingüísticos mas com os resultados de qualquer tipo de ação social. Deste modo, contar uma história é um ato social e um ato de fala. A forma e a interpretação dela está relacionada a uma função do ato de fala pretendida pela enunciação. Esta função é também chamada de pressuposto pragmático de um modelo de processamento de discurso. O que implica cognitivamente neste pressuposto é que a pessoa ao ouvir a história construa também uma representação dos possíveis atos de fala utilizados atribuindo uma função específica ou uma ação ao enunciado do discurso e a quem conta a história. Para o autor, nesta situação, a interpretação de um discurso, enquanto ato de fala, está relacionada a todo um processo de interação entre os participantes da conversa. Desta forma, o pressuposto pragmático é também um pressuposto interacionista, uma vez que a interação faz parte de uma situação social. Por exemplo, numa conversa os participantes podem ter certos papéis e funções específicos, pode ocorrer num contexto, haver convenções ou regras específicas sendo impossível dizer qualquer coisas sem levarmos em conta tal situação - pressuposto situacional. No entender de van Dijk, o objetivo do modelo não é investigar a natureza das representações e dos processos de interpretação, mas levá-los em conta ao analisar os processos de compreensão de discurso.

Distanciando-se dos modelos lingüísticos vigentes de análise de discurso onde se leva em conta a descrição nível por nível, o modelo cognitivo de compreensão e produção de discurso considera que as informações vindas dos mais diversos níveis interagem entre si de maneira complexa. A análise parte do nível das palavras para análise de temas gerais ou macroestruturas. “partimos da compreensão de palavras para a compreensão de orações nas quais estas palavras tem várias funções, e daí para sentenças complexas, seqüências de sentenças e estruturas textuais gerais.(...) A compreensão de uma palavra em uma oração

dependerá de sua estrutura funcional enquanto um todo, tanto no nível sintático quanto no nível semântico. Isto significa que, ao invés de operamos com um modelo estrutural convencional de processamento, operamos como um modelo estratégico.” (p.22)

A opção pelo modelo de estratégia deve-se ao fato de considerar que a análise não depende só das características textuais, mas também das características dos usuários da língua com seus objetivos e conhecimentos prévios.

Ao analisar as estruturas das notícias na imprensa, o autor parte de uma organização global da notícia, abordando seu nível sentencial e dividindo-o em estruturas temáticas e esquemáticas. O conceito de estrutura temática é pensado á luz de uma teoria da macroestrutura semântica – representação formal do conteúdo global de um texto ou diálogo. “Entendemos por ‘estrutura temática’ de um discurso a organização geral de “tópicos” globais sobre os quais versa um exemplar de notícia,” (p.122) A estrutura esquemática é utilizadas para descrever a forma global do discurso. Esta descrição é feita utilizando-se o conceito de superestrutura, ou seja, como cada tipo de texto possui esquemas de natureza fixa e convencional, conseqüentemente, o discurso da notícia tem um esquema convencional de tópicos, conteúdos e modos de organização interna. Neste esquema, ficam de fora os traços sintáticos, semânticos, estilísticos ou retóricos das sentenças, as conexões sentenciais e as propriedades não-verbais da notícia – fotos, diagramação, infográficos etc. De acordo com van Dijk, as superestruturas esquemáticas organizam as macroestruturas temáticas.

Assim sendo esta proposta busca contribuir para a descrição estrutural explícita do discurso da notícia mostrando que existem condições sociais, culturais e cognitivas sobre as propriedades organizativas da notícia apresentando uma relação sistemática entre o texto noticioso e o contexto. Assim, parece plausível que as formas estruturais e os sentidos

globais de um texto de notícia não são arbitrários, mas o resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, e uma condição importante para o processamento cognitivo eficaz de um texto noticioso, tanto por jornalistas como por leitores, de outro”.(p.123)

Voltando ao percurso teórico realizado por Chaparro (1994) em sua teoria da ação jornalística a opção por van Dijk (1992) deve-se ao fato dele perceber a possibilidade de uma ligação entre a Pragmática, mais precisamente, a macropragmática dos atos de linguagem e o jornalismo. Para van Dijk, a descrição pragmática é capaz de tornar específicos que tipos de atos de fala se dão numa determinada cultura.

Segundo este autor, o estudo dos atos de fala enquanto fenômenos sociais, tem os conceitos de ação e sucesso, como pedras angulares. O sucesso é obtido quando ocorre uma modificação nos estados de coisas do seu estado inicial ao estado final. Esta modificação é estabelecida dentro de um parâmetro temporal com toda sua abrangência e complexidade (sucessivamente, tempo indeterminado etc.) e esta dinâmica é denominada pelo autor de *processo*.

Já a ação é o ato de modificação de um estado de coisa consciente, resultando daí a idéia de *intenção* como operadora de sentido nesta teoria uma vez que ela considera que todo ato de fazer é determinado de forma controlada e consciente. Assim sendo, para o autor, a ação é a combinação entre a intenção e o fazer.

Chaparro (1994) afirma não querer enveredar para o ramo da Pragmática que estuda a análise do discurso e sim trabalhar a idéia da ação jornalística como ato de linguagem dentro de uma perspectiva Pragmática.

A conexão teórica entre jornalismo e Pragmática está assentada no reconhecimento de que a utilização da

língua não se reduz a produzir um enunciado, senão que esse enunciado é a execução de uma ação social. (p.18)

Ao transpor a teoria da ação para o campo do jornalismo, o acontecimento – material prima do trabalho noticioso – que é uma forma de processo, causa uma maior ou menor desorganização e reorganização social. O relato jornalístico pode assumir a dimensão de sucesso dentro do processo, ou seja, este ato causa modificações nos estados de coisas sucessivamente.

Tendo o conceito de ação, a junção entre a intenção e o fazer – como elemento fundamental para pensar o jornalismo, Chaparro acrescenta a ética e a moral como imprescindíveis à sua teoria. Os escritos de Van Dijk sobre a notícia como discurso ou a análise da notícia nos impressos não abordam esses dois elementos, resultando daí a inovação da proposta deste autor.

Ora, se a intenção controla conscientemente a ação, quando se trata de comunicação social, em especial quando a ação está na esfera da informação de interesse público, a intenção impõe o caráter moral à ação, e esse caráter moral, por sua vez, deve estar conectado a um princípio ético orientador. (p.21)

Para o autor, a ética é a âncora do jornalismo, donde resulta a responsabilidade moral do jornalista para com a sua profissão cuja função é a divulgação de informações na sociedade que tem o direito particular e universal de ter acesso a elas. Como o jornalismo é quem visibiliza as informações, ele é um mediador de processos sociais, daí resulta a importância, para esta teoria, de uma vinculação do jornalismo com o princípio ético universal que oriente moralmente as ações jornalísticas já que os jornalistas são

conscientemente responsáveis pelo que divulgam e por sua postura profissional diante dos fatos.

E porque os propósitos jornalísticos se limitam à finalidade de informar tendo em vista o interesse público, a intenção – controle consciente do fazer – precisa de um princípio ético ou de um valor moral para escolher e administrar criativamente as técnicas do fazer, tendo em vista a elaboração estética (p.22)

Voltamos aqui uma preocupação deste autor já apontada no início deste item, a criação de um texto jornalístico belo e útil, ou seja, ético , técnico - o uso correto das técnicas de produção jornalística- e estético -a utilização dos dois primeiro permite o surgimento deste terceiro elemento, um trabalho, um texto equilibrado, um relato verdadeiro da atualidade.

Se a intenção controla conscientemente o fazer, e se a ação – como acontece no jornalismo – está na esfera do interesse público, então a intenção impõe o caráter moral ao fazer, e esse caráter moral, determinante da natureza e do desenvolvimento da ação, deve estar conectado a um princípio ético orientador – sem o que a ação jornalística não cumprirá a contento a sua função social. (p.116)

Para o autor sem o controle consciente sobre o fazer, o jornalismo não se concretiza enquanto ação social nem como criação cultural. O modelo macropragmático para a descrição da ação jornalística utiliza-se ainda do conceito de essencialidade como integrante da intenção no fazer jornalístico -a essência é o indispensável de uma coisa, é o que lhe torna ser.

Diante do exposto acima, faz-se necessário então apresentar os postulados teóricos desta teoria da ação jornalística segundo palavras do autor (1994,p.116):

- 1) Sendo o jornalismo um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis, esse processo só se concretiza se os fazeres jornalísticos (envolvendo o uso de técnicas para a produção de uma expressão estética) forem cognitivamente controlados por intenções inspiradas nas razões éticas que dão sentido social a esse processo.
- 2) Porque as ações são conscientes e tem conseqüências sociais relevantes, o jornalista é responsável moral pelos seus fazeres.
- 3) Se a intenção controla conscientemente o fazer, então determina os procedimentos técnicos e inspira as buscas e as soluções estéticas.
- 4) A intenção é, portanto, a liga abstrata que funde ética e técnica, na busca de uma estética significativa para o processo.
- 5) Dado que a razão ética primordial do jornalismo é a de viabilizar, asseverando, o acesso ao direito de informação, a estética significativa a ser alcançada pelo jornalismo é o relato veraz – isto é: o relato do que em verdade foi visto, ouvido e sentido pelo mediador.
- 6) A ação jornalística se esgota no seu ato de asseverar, quando a mensagem é lida. Os efeitos derivados, em forma de comportamentos ou novas ações sociais, fazem parte da esfera criativa e livre do receptor, inserido em suas próprias circunstâncias sociais derivadas dos atos comunicativos do jornalismo realimentam o processo social, provocando transformações nos cenários da atualidade e da ordenação ética e moral da sociedade.

De todas as teorias já apresentadas aqui neste trabalho esta possui um caráter muito próximo e muito distante da teoria dos discursos sociais. Próximo por estar trabalhando com a noção de linguagem, dentro da linha da Pragmática, que também é utilizada pelos

discursos sociais ,mas distante pelo enfoque como algumas de suas premissas são trabalhadas. Sem dúvidas Teun A.van Dijk é um expoente nos estudos para a construção de uma ciência do texto, entretanto, como os seus modelos de análise de discurso partem sempre de uma macroestrutura temática , uma macroestrutura esquemática e microestruturas textuais , uma tentativa de recuperar traços da pressão do contexto social onde os textos foram produzidos, na visão de Pinto(1999), estas análises parecem ainda estarem dentro da linha de análise de conteúdo uma vez trata-se de uma interpretação normatizada feita pelo analista do texto original. Outro item do pensamento deste autor importante de comentar é o conceito de ideologia. Para ele, ideologia é uma estrutura cognitiva de natureza semântica, ou seja, um repertório de conteúdos propostos segundo a intencionalidade de determinados grupos. O que no entender de Pinto (1999) é uma visão ingênua da categoria do sujeito.

### **1.10 – Teoria Organizacional**

Formulada por Warrem Breed, esta teoria procura ampliar o foco da produção jornalística da figura do jornalista e direciona-se a uma reflexão teórica sobre a organização jornalística. Ela insere o jornalista dentro da organização onde trabalha e diz que este contexto imediato tem uma influencia na produção das notícias.

Breed ressalta a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade jornalística. Segundo ele, o jornalista conforma-se mais com as normas da política editorial da organização do que com as crenças pessoais que traz consigo. O processo de socialização profissional ocorre de acordo com a política editorial da organização onde ele



trabalha. Entretanto, este “ato de submissão” às normas empresariais não se dá de uma forma automática; há uma sucessão sutil, muitas vezes imperceptível para muitos profissionais, de recompensa e punição (percebe-se aqui uma certa influência pavloviana neste olhar de adestramento do profissional na redação).

Segundo Breed, não se deve cair na armadilha maniqueísta de que a empresa apenas impõe, possui uma linha ditatorial. O processo de aceitação das regras é mais sutil, é preciso que o jornalista tenha autonomia uma vez que o trabalho jornalístico exige um mínimo de autonomia profissional – é esta a ilusão que muitos profissionais tomam como verdade e não questionam. Devido a não se problematizar estes procedimentos muitas vezes os jornalistas novatos e quiçá muitos dos “experientes” que estão nas redações vêm naturalizando este processo socializador a ponto de considerá-lo como o ideal, o certo, o único etc.

Na teoria organizacional, a ênfase está no processo de socialização organizacional, onde é ressaltada a importância de uma cultura organizacional em sobreposição a uma cultura profissional. Na modernidade tardia, onde determinadas instituições como sindicatos com recorrentes lutas políticas em defesa do trabalhador estão cada vez mais esvaziadas, não se discute a profissão. Reduz-se a discussão a salários e como evitar demissões. Há um enfraquecimento de uma cultura profissional submetida a grande falácia da nossa época que é a “vontade/necessidade do mercado”. Estas instâncias de luta política na sociedade estão esvaziadas ou com pautas que privilegiam entender, identificar as tendências do mercado, a fim de que os profissionais se adequem as necessidades das empresas.

De acordo com os estudos nesta área, seis fatores promovem o conformismo do jornalista a política editorial da organização:

1. a autoridade institucional e as sanções
2. sentimento de obrigação e de estima para com os superiores
3. aspiração de mobilidade
4. ausência de grupos de lealdade em conflito
5. prazer da atividade
6. as notícias como valor

Em 1973, Lee Silgelman desenvolveu um estudo onde identificou três diferentes mecanismos que integram ou coagem o jornalista nas redações. O primeiro processo ocorre por osmose, ou seja, o jornalista iniciante vai aprendendo, de modo indireto, na própria redação com os colegas mais experientes, com as fontes etc. O segundo processo se dá através do contato com os seus superiores hierárquicos, são eles que indicam os tons, estilos e o que é preciso ser feito a fim de ocorrer uma aceitação do profissional, se ele não cumprir as ordens, as dicas, as insinuações, corre o risco de ser demitido. E por fim, as motivações materiais e normativas da empresa.

James Curran (1990) afirma que a autonomia do jornalista é uma autonomia consentida, ou seja, ela só é permitida enquanto ela for exercida conforme as normas da empresa jornalística.

A teoria organizacional postula que as notícias são o resultado de processo de interação social que tem lugar dentro da empresa. Segundo ela, não se pode descuidar da importância do fator econômico na atividade jornalística pois a dimensão econômica enfatiza a percepção da notícia como um produto que deve ser negociado sem perder de vista a relação entre produtor e cliente, satisfazendo as exigências do cliente. Neste momento uma questão se faz presente, ela pode parecer ingênua, talvez impertinente: quem é o cliente? Com certeza na escala econômica em último lugar vem o leitor, mas ele tem

que acreditar que ele está em primeiro lugar. Para a existência do jornal como um órgão de circulação assumidamente de interesse público, é preciso que o leitor acredite que tudo é feito para ele, é uma verdade, ou meia verdade como podem querer alguns. O que problematiza a questão é naturalizar esta discussão deixando de lado um aspecto rico da relação jornal /cliente.

### **1.11 - Teoria Marxista do Jornalismo**

Adelmo Genro Filho ( 1987 ) propõe uma teoria marxista do jornalismo baseado na dialética marxista e nas categorias hegelianas do singular , particular e universal. Ele considera o jornalismo como “uma forma social de conhecimento, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção.” (p,14) e como uma modalidade de conhecimento centrado no singular.

Tendo o pensamento de Hegel como parâmetro , o autor mostra que sua grande contribuição é mostrar que a interpenetração dialética e a identidade contraditória do singular, particular e universal são momentos constitutivos da realidade objetiva e que juntos formam o concreto.

(...), tomando essas relações como premissa teórica, podemos afirmar que o singular é a matéria prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações ou , pelo , menos, para onde tende essa cristalização e convergem as determinações particulares e universais. Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissolivelmente ligada à reprodução de um evento pelo ângulo da singularidade. Mas o

conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo. (p.163)

Porém, como base para uma teoria do jornalismo, o uso destas categorias deve ser afastado da formulação hegeliana e inseridas na concepção materialista da práxis como maneira de dar conta dos vários aspectos presentes no jornalismo.

O autor defende quês as categorias do singular, particular e universal podem oferecer um axioma teórico para uma teoria do jornalismo uma vez que expressam dimensões reais da objetividade e representam conexões lógicas fundamentais do pensamento tornando-se capazes de dar conta das modalidades históricas do conhecimento através das mediações estabelecidas entre si e das suas formas de cristalização.

Para ele, por mais específico que seja o conhecimento científico sempre tende para o universal, já a relação informação, indivíduos, comunicação cotidiana tende a oscilar entre o singular e o particular, uma vez que o primeiro, se dá na imediaticidade compartilhada e vivenciada de uma forma mais ou menos direta e o segundo fica no entre, ou seja, parte de pressupostos universais do interior de uma cultura porém toma como referência a atividade social compartilhada. “Para o jornalismo, a singularidade, além de não ser arbitrária, é um ponto de chegada que coincide com a superação do particular e do universal, que sobrevivem enquanto significados no corpo da notícia e sob a égide do singular” (p.161)

Partindo da questão: qual o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo? O autor assume este conceito como uma dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade, atribuindo-o um papel ativo e não como mero repositório passivo de saberes. Ele delimita teórica e metodologicamente sua proposta buscando compreender como as condições históricas produziram a necessidade da troca de bens simbólicos e a especificidade nascida dessa necessidade.

O método usado para pensar esta teoria é o dialético-materialista numa perspectiva que pensa as relações práticas de produção e reprodução da vida social como ponto importante de autoprodução humana na histórica, ou seja, busca-se a concretude histórica do jornalismo e a especificidade e generalidade deste fenômeno. Para o autor, a práxis é uma categoria fundamental neste processo de pensar não só o jornalismo, mas também, uma teoria do jornalismo, pois o conhecimento ,como um momento da práxis, é a dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade.

Como o jornalismo, nesta perspectiva, não pode ser reduzido nem as suas condições históricas nem a ideologia da classe dominante, ele é visto como um produto histórico da sociedade burguesa, mas não só isto, com potencial de ultrapassá-la. Seguindo esta linha de raciocínio o autor afirma categoricamente: “O jornalismo moderno possui não só um potencial crítico e revolucionário na luta contra o imperialismo e o capitalismo, mas um ‘potencial desalienador’ insubstituível para a construção de uma sociedade sem classes. Ele permite, pela natureza mesma do conhecimento que produz, uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social”(p.179)

Evitando pensar o jornalismo por um viés do reducionismo econômico, o autor, ressalta as ambigüidades e as contradições presentes no fenômeno jornalístico diante da dominação e da luta de classes no capitalismo, contrário a posições pessimistas ou saudosistas, e incentiva as potencialidades deste fenômeno caracterizando-o como uma abertura para o futuro.

No momento de delimitar o campo de investigação, Genro adota o jornalismo informativo como parâmetro norteador de seu raciocínio, considera-o como o modelo do conceito de jornalismo. “O “jornalismo informativo” produzido em qualquer veículo, especialmente aquele que apresenta uma periodicidade pelo menos diária, é o fenômeno que tipifica nosso objeto. Trata-se da manifestação mais característica do fenômeno que pretendemos analisar, servindo como principal referencia de nosso “objeto real” (...)”(p.23)

O conhecimento jornalístico enquanto gênero é a apropriação do real pela singularidade e não um grau abstração. Isto que dizer que a singularidade reconstitui o real pela integridade de sua dimensão fenomênica.

O jornalismo não produz um tipo de conhecimento, tal como a ciência, que dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais, mas precisamente reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência que ela mesma se dissolve no tempo. O singular é, por natureza, efêmero. O processo de significação produzido pelo jornalismo situa-se na exata contextura entre duas variáveis: 1) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; 2) as relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação. (p.65)

No caso da percepção individual, a imediatividade do real – o mundo enquanto fenômeno - é ponto de partida para elaboração de conceitos e opiniões, no jornalismo, a imediatividade é o ponto de chegada, pois é o resultado de todo um processo técnico e racional envolvendo uma reprodução simbólica.

O desenvolvimento capitalista e os meios de comunicação integraram a humanidade de modo irreversível. As pessoas buscam informações que são mediadas por diversos tipos de aparatos técnicos. Na sociedade midiática, de forma alguma a realidade é percebida de forma direta, ela é sempre mediada historicamente e socialmente. No caso do jornalismo, a reprodução dos acontecimentos é feita pela reconstituição do fenômeno de modo singular a fim de causar a impressão de que a situação acabou de acontecer.

A mediação, (...), não apenas está interiorizada subjetivamente por emissores e receptores, de forma simultânea, mas se exterioriza em termos materiais, técnicos, sociais e lógicos precisamente para reproduzir a imediatividade do mundo, através das notícias como algo imediato. A linguagem jornalística, no sentido amplo, que pode envolver quaisquer dos modernos meios de comunicação de massa, é estruturado para cumprir essa tarefa. Eis a sua razão de ser e o horizonte histórico-social capaz de explicar sua organização lógica e lingüística. (p.128)

Deste modo, o que aparece na relação imediata é o aspecto fenomênico e singular do real, como este fenômeno é apenas uma face concreta do real, ele revela e esconde sua essência. Genro afirma que o jornalismo é uma forma de conhecimento distinta da comunicação cotidiana do senso comum porque sua prática envolve um processo social complexo de mediações objetivas resultante de uma divisão social do trabalho e um fazer e saber técnico específicos.

Nesta perspectiva, o jornalismo inaugura historicamente uma nova possibilidade epistemológica e uma teoria que possa abrangê-la deve propor claramente o problema em sua conexão com categorias filosóficas e situar os aspectos histórico-sociais no contexto de uma reflexão de alcance ontológico sobre o desenvolvimento social.

O jornalismo - afirma Genro - enquanto modalidade de informação ou categoria de produção de conhecimento é o resultado da contradição e de uma dupla relação de forças: a luta interna na redação (o jornalismo é feito por classes antagônicas a classe burguesa dominante e por isto mesmo não tão submissa assim) e a luta mais ampla pela influencia e controle dos meios de comunicação, considerada por ele como fundamental para transformação social.

Para o autor, os fatos jornalísticos são uma construção social. No caso do jornalismo, a notícia seria a unidade básica de informação e os fatos jornalísticos a menor unidade de significação. O jornalismo autonomamente produz e define quais são os “fatos” noticiáveis. Os fatos não existem aprioristicamente, mas em um processo onde são recortados e construídos segundo a subjetividade, a objetividade e a ideologia de quem deles se acerca, “a objetividade oferece uma multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas. Além disso, a significação dos fenômenos é algo que, constantemente, vai se produzindo pela dialética dos objetos em si mesmos quanto a relação sujeito-objeto. O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social desta objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos.” (p.187) Deste modo, de acordo com esta visão, pode-se dizer que a essência do fato independe do sujeito mas a sua definição é uma construção social dialética, ou seja, o



sujeito não só produz seu objeto (no caso o fato) como também é produzido por ele. Vale ressaltar que para este autor a objetividade não se contrapõe a subjetividade ambas existem e se constituem numa relação de criação mútua.

Na década de 50 foram trazidas dos Estados Unidos e implantadas no Brasil as técnicas de construção da notícia centradas nos parâmetros da objetividade e da imparcialidade jornalísticas. O nariz de cera, por exemplo, cede lugar a técnica do lead – ao responder as seis questões: quem, que, quando, onde, como e porque. A opinião é direcionada para espaços específicos e a informação passa a ser a mola mestra dos jornais. A ordem narrativa segue o modelo da pirâmide invertida, os fatos deixam de ser narrados cronologicamente e passam a ser narrados do mais importante para o menos importante. O novo modelo prima pela busca de uma máxima objetividade e imparcialidade possíveis.

Por fim, é revelado “O Segredo da Pirâmide”. O uso constante da pirâmide invertida nas notícias diárias, ela torna-se obrigatória para uma sociedade cada vez mais prática e cujo fator tempo é preponderante. Os leitores estão mais interessados em informar-se do que em elaborações pormenorizadas que revelem as circunstâncias em que ocorrem os fatos. Para o autor, dever-se-ia desvirar a pirâmide, ou seja, deixá-la em sua base natural assim a notícia deixaria de caminhar do mais importante para o menos importante e ser redigida do singular para o particular. Ele propõe a igualdade de lados do triângulo equilátero como forma de equilíbrio entre a singularidade do fato, a particularidade que o contextualiza e seu significado universal.

Uma questão que percorre toda a investigação sobre o universo das teorias refere-se ao fato de cada uma ter a propriedade de ser ‘parecida’ e importante e, ao mesmo tempo, diferente e substituível. Todas estão falando sobre as questões do jornalismo, mas a ótica

com que estas questões são trabalhadas é que as diferenciam que as tornam ‘obsoletas’ segundo uma época e uma prática social.

Este movimento de substituição entre teorias não se dá de uma forma homogênea e linear, alguns pressupostos ou metodologias podem ser atualizados a luz de outras reflexões – consideradas mais pertinentes, dependendo do olhar de quem delas está fazendo uso, ele é tenso e hegemônico – vide a força dos estudos frankfurteanos no Brasil dos anos 60 e o silenciamento dos escritos de Gramsci que são retomados com muita força a partir dos anos 90.

Feita esta digressão, uma pergunta é feita: como questões propostas pelas teorias acima podem ser trazidas e pensadas à luz da Teoria dos Discursos Sociais?

O que faz questão, na teoria do espelho, é que o conceito de transparência leva à idéia da não possibilidade da influência do observador, no nosso caso o jornalista, como se a realidade fosse algo já pronto, sem uma dinâmica interativa com o contexto e quem sobre ela (d)escreve. Esta percepção perde de vista a produção de sentido resultante das diversas instâncias da dinâmica discursiva e social. Seguindo esta linha de raciocínio, Sodré (2002) afirma que “o espelho midiático não é simples cópia, reprodução ou reflexo, porque implica uma nova forma de vida, com um novo espaço e modo de interpretação coletiva dos indivíduos, portanto, outros parâmetros para a constituição das identidades pessoais”.(p.23) O que esta teoria não deixa transparecer é que tanto a objetividade quanto a neutralidade são efeitos de sentido, ou seja, são forma de interpretação particular do acontecimento.

O conceito de gatekeeper, em particular é importante, na perspectiva de uma luta por posição na sociedade, por trazer uma questão de poder, que está centrada na figura do jornalista, num primeiro momento, e nas empresas, em estudos posteriores. Para ela é o jornalista quem toma a decisão, decide o que é e o que não é notícia a partir de critérios

personais. O processo de seleção é subjetivo e depende de juízo de valor do jornalista que é visto como o único responsável pelas escolhas. Conforme temos dito, para a Teoria dos Discursos Sociais a escolha não é algo totalmente livre e consciente, a seleção é condicionada socialmente. Deste modo, perde-se aqui, a percepção da não unicidade do sujeito e da não absoluta senhoridade do processo. Outra questão importante é relacionada ao poder que é concedido a partir de premissas aparentemente objetivas, não traz a discussão de que este poder de decidir o que é e o que não é notícia, classificar fatos do mundo como jornalísticos ou não tem mais a ver com fatores psicológicos que repertório cultural destes agentes.

Por fim, na teoria do gatekeeper, com base na Teoria dos Discursos Sociais, é possível pensar o jornalista e a empresa como articuladores e não apenas como selecionadores. O que ganharíamos em discussão dentro do campo teórico do jornalismo com esta posição de ver o gatekeeper como negociador/articulador e não como selecionador de significados. Pensando uma posição mais política do jornalista que está sendo deixada de lado na academia e dentro da própria empresa no sentido da ausência de poder de negociação do jornalista dentro da redação e muitas vezes na falta de espaço para matéria, escolha de foto etc., o jornalista negocia espaço para publicação. O gatekeeper tem poder de seleção, ou melhor, de ter a última palavra, mas isto não se dá de forma tão linear, mecânica como a teoria deixa transparecer, existe negociação entre todas as etapas de construção do processo informativo. No primeiro momento do gatekeeper a pesquisa se voltava para o lado psicológico, o que se passava pela cabeça do editor que o levava a selecionar o material, com a Teoria dos Discursos aprendemos que as escolhas são sociais e condicionadas por práticas discursivas e sociais.

A relação mídia, sociedade e poder, na perspectiva da agenda setting, centra-se na questão do poder dos mídias em agendar. Esta hipótese postula que os meios de comunicação e neste caso o jornalismo tem o papel de construir a realidade e modificar ou estruturar imagens desta realidade. Em primeiro lugar encontramos uma discussão sobre o poder da mídia, como algo concreto, dominador, semelhante às proposições dela ser o quarto poder.

Não é vista a questão da interação comunicacional como constituidora do poder, principalmente porque nas pesquisas desta hipótese, o papel destinado ao receptor é de grande passividade, o poder está na emissão, de dizer o que e como pensar. Trabalhando com um modelo cognitivo de ação sobre o sujeito ela postula que no processo de aprendizagem e retenção de temas midiaticizados o que é veiculado passa a refletir exatamente o pensamento do público. O poder de agendar dos mídias proposto em várias pesquisas esquece que toda prática discursiva é uma prática de construção de realidade e não só a mídia. Tanto a agenda pública quanto a política são ativos negociadores de sentidos, embora, com a força de visibilidade e legitimidade construída pelo primeiro obnubile as outras duas agendas.

A teoria do newsmaking se aproximaria de uma teoria da recepção, talvez seja a primeira teoria do jornalismo com este intuito, embora seus métodos ainda estejam centrados numa análise de conteúdo e questões metodológicas que as modernas teorias da recepção avançam. A questão é como os processos produtivos, as exigências organizativas e as rotinas influenciam na construção da notícia. Esta teoria foca a atenção nos jornalistas e em seus processos produtivos na rotina de trabalho. Para ela, as notícias são resultado da organização burocrática e da rotina de trabalho dos profissionais que, inclusive, definem os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia. Desta forma, o conceito de notícia é

definido no cotidiano da redação, nas relações interpessoais e na visão compartilhada do que é jornalismo. Com certeza esta é uma teoria que se centra mais no efeito da seleção do que no próprio processo de seleção. Para ela, o jornalista posiciona-se dentro de uma rotina de trabalho, sofre determinados constrangimentos, onde a definição de jornalista é trabalhar numa determinada estrutura/organização que o constrange e forma-o. O newsmaking é o mapeamento de uma certa anatomia de práticas sociais em que o jornalista se insere a fim de se adequar, se confundir com a estrutura a ponto de internalizar seu discurso e tomar como dele.

A teoria culturalista vê as notícias como construção social, resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: jornalistas, fontes e sociedade. As notícias são narrativas ou histórias produzidas segundo uma cultura das pessoas que compõem a tribo social e dos jornalistas que pertencem também a uma tribo. Devido ao caráter político de seus autores, ela, denuncia a busca do consenso na sociedade através da homogeneidade, da padronização e de enquadramentos feitos pelos meios jornalísticos com o objetivo de esconderem conflitos, lutas etc. Para eles, os meios de comunicação reproduzem os valores da classe dominante sem estar a serviço dela. As notícias são o resultado da organização burocrática que identificam e contextualizam a partir de mapas culturais os acontecimentos. O que esta teoria não privilegia e afasta-se da postura assumida nesta tese é a negociação de sentido entre os agentes sociais; para ela, a autonomia dos jornalistas esbarra nas fontes. Estas por terem interesse e poder econômico superiores terminam por comandar o processo produtivo e conseqüentemente o resultado final. Muitos jornalistas na se dão conta deste processo e terminam colaborando para reprodução dos valores da classe dominante.

Esta teoria concebe a notícia como resultado de um processo de produção: percepção, seleção e transformação dos acontecimentos. Sob esta ótica, o jornalista é refém do tempo. As notícias são como são devido ao fator tempo – os jornalistas tem que estarem com suas pautas cumpridas até o fechamento da edição. As empresas também possuem um ritmo próprio como forma de adequar-se às características do produto com que trabalha: a imprevisibilidade. Aqui nesta visão existe espaço para uma negociação constante entre promotores da noticia, jornalistas e consumidores, embora, se ressalta ainda a dependência do jornalismo para com as fontes. O acesso das fontes aos meios de comunicação reflete a estrutura social. Parecida com as questões da agenda setting, esta teoria, considera que as fontes são as produtoras de sentido, esquecendo-se da dinâmica produtiva de discursos da mídia (dos jornalistas) e do publico.

O que fica muito presente nesta perspectiva é o conceito de ideologia como falsa consciência. Os interesses da classe dominante prevalecem e manipulam com o objetivo de esconder a Verdade. Aqui fica explicito a idéia de poder como dominação. Fairclough, ao trabalhar a concepção de poder, ressalta a existência de discursos que são altamente orientados para a instituição; a dominação se dá pela imposição inflexível de regras, normas e convenções. No caso destas teorias, tudo isto está a serviço das forças dominantes que escondem informações. Se na teoria do espelho, a verdade é transparente, nesta, nada é verdade. A ideologia está a serviço do capital e as notícias são distorções da realidade.

Esta teoria restringe todo o processo de produção noticiosa a fonte. Os jornalistas são submissos às fontes. Aqui até há um espaço para se pensar a negociação, mas como as instituições oficiais se sobrepõem ou mesmo impõem seus pontos de vistas, esta visão se assemelha às teorias que não privilegiam a negociação. Ela não focaliza a questão do mercado simbólico e da constante e intensa negociação de sentido na busca do poder de

dizer, mostrar e fazer crer. Leva em consideração os modelos de comunicação, mesmo com o avanço de algumas dela, centrados ora em emissores ativos e receptores passivos, ora em receptores ativos e emissores passivos, não considerando que ambos possuem papéis ativos no processo de comunicação, que agem sobre suas realidades onde prevalecem desvantagens na disputa de força. Para ela a força está apenas nas fontes.

Aqui o foco está na organização da empresa. O jornalista se submete às regras da empresa que não são impostas pela dominação, mas pelo convencimento. Esta discussão já foi tratada em acima. Pinto (1999) comenta o fato da rotina e procedimentos profissionais, enquanto técnicas, serem consideradas ideologicamente neutras pelos usuários (jornalistas). O que visões como esta que privilegiam a organização como principal elemento construtor da realidade e identidade não apontam é que toda técnica (de redação, diagramação etc.) é ideológica e por meio dela são construídas identidades e relações sociais. Portanto, as normas e regras que ‘comandam’ a prática profissional tem outras bases que não só a organização na qual o jornalista trabalha.

A teoria marxista do jornalismo propõe uma inversão no modo de construção da notícia e resgatar a potencia do jornalismo como produtor de conhecimento, ligada a idéia do intelectual orgânico de Gramsci. Partindo da tríade hegeliana do singular, particular e universal como modo de conhecimento e da concepção do jornalismo como força e do jornalista como responsável pelas mudanças sociais, esta teoria, vê no jornalismo informativo uma saída.

Conforme falamos na introdução, o autor, se afasta do estruturalismo da linguagem e centra questão no conhecimento como elemento transformador. Há nesta proposta de que a noticia tem aspecto de verdade, há uma separação nítida entre fato e ficção, o sensacionalismo(entretenimento como veremos a seguir) apenas mantêm as ordens de

poder vigentes ao bagatizar, ao exacerbar o ‘sensacional’ e minimizar questões políticas sérias.

O segredo da pirâmide é revelado no capítulo IX, quando este autor sugere que a construção da notícia deixe de ser feita do segundo as normas técnicas da pirâmide invertida – do mais importante para o menos importante, e seja desenvolvida da singularidade a universalidade. Afastando-se de uma narrativa meramente técnica, a produção do conhecimento, via notícia, privilegiaria o singular como forma de narrativa – o fato numa relação única, e o olhar do jornalista como a visão do particular diante do acontecimento. A partir desta dialética tenderia-se para o universal.

A aproximação que gostaríamos de fazer com a teoria dos Discursos Sociais é pela ótica do poder. Embora usando o mesmo autor, Antonio Gramsci, na questão do poder, há pontos divergentes entre estes dois modos de olhar a questão do jornalismo é o poder. O primeiro já foi dito com relação a linguagem..a Outro ponto é a ênfase que Genro coloca no jornalismo como elemento transformador da sociedade, que a emancipação seria feita pelo jornalismo informativo. Em momento algum a proposta enfoca a transformação pela negociação, pelo embate discursivo – ela é colocada a partir do ‘intelectual orgânico’ gramsciniano. Mesmo tendo um caráter revolucionário na proposta, este autor ainda pensa a classe dominada como passiva e elementos inseridos dentro de uma instituição como responsáveis pela mudança social.

Tendo um quadro amplo do panorama das teorias do jornalismo, passamos agora especificamente para a proposta de uma teoria dos jornalismo sociais.



## **Parte II -**

**Por uma teoria dos discursos sociais no jornalismo.**

A proposta neste momento é pensar uma teoria do jornalismo que se apresente como o resultado de um processo produtivo – produção, circulação e consumo, onde todas as etapas que o constitui e por ele são constituídas estão interligadas num movimento complexo e dinâmico onde discursos são produzidos – alguns extremamente naturalizados, outros silenciados e outros em processo de rearticulação – e produzem sentidos na sociedade.

Dentre os diversos eixos de poder que constituem o campo jornalístico, nesta proposta, três são fundamentais para se começar a trabalhar esta perspectiva: a notícia, o jornalista e a empresa.

Os conceitos de ideologia, hegemonia, mercado simbólico, discurso e poder, na perspectiva da Teoria dos Discursos Sociais – teoria que entende que todo fenômeno cultural é um fenômeno de comunicação – atuam como instrumentos teóricos norteadores que permitem pensar um modo de articular eixos de poder e instâncias produtivas que normalmente aparecem separadas quando na verdade não são.

Conforme visto no item anterior a produção teórica em circulação apresenta questões particulares sobre a notícia, sobre o jornalista, as regras que possibilitam ou impedem o fazer jornalístico, sem relacioná-los entre si e ora privilegiando determinados aspectos como o econômico ou o lingüístico ou o cultural etc. Uma das premissas que norteia esta proposta aponta para a articulação destas instâncias por que elas enquanto práticas discursivas estão relacionadas com a prática social, e esta não se faz sozinha, se dá dentro de uma instituição, dentro de um sistema social com suas regras.

Seguindo um modo de questionamento diferente de Traquina (2004), - “porque as notícias são como são”, procura-se inverter o foco da problemática entendendo que no

aspecto da linguagem, deve-se ter em mente que os discursos trazem marcas ou pistas dos processos sociais de produção por isto que a Teoria dos Discursos Sociais não se interessa muito pelo que os textos dizem ou mostram, mas como dizem ou mostram. Daí o nosso questionamento ser: “Como as notícias tornam-se o que são”. Vale ressaltar que mesmo fazendo-se esta questão a discussão não resume o jornalismo apenas a produção da notícia nem as suas funções sociais e institucionais. Para nós, o processo social do qual decorre o jornalismo constitui-se e é constituído a partir da relação entre todas as etapas e setores de sua produção, além das suas relações externas com as fontes e outras instituições sociais.

Voltando a questão dos discursos enquanto práticas sociais, eles são construídos através de linguagem verbal ou de outro recursos semióticos que fazem parte de um contexto sócio-histórico com o importante papel de produzir, reproduzir, manter ou transformar as representações sociais, as identidades e relações sociais que as pessoas constroem ao longo de suas vidas. “É por meio dos textos (discursos) que se travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar ‘dar a última palavra’, isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso”(Pinto,1999,p.24).

É importante perceber que tanto as notícias quanto os jornalistas e as empresas são dependentes das regras de poder internas de cada instituição, por exemplo, na construção das notícias as regras que as constituem são dependentes tanto das regras institucionais quanto das regras de poder dentro da instituição. A construção da notícia não se dá de uma forma totalmente livre como ainda é ensinado em algumas universidades, apregoado em muitos manuais. Todos os eixos de poder e instâncias produtivas se movem segundo um conjunto de regras pré-estabelecidas a serem seguidas. No momento em que o jornalista propõe um sentido para um fato, o modo de construir o acontecimento tem possibilidades

imensas, é feito de um jeito mas poderia ser feito de outro – outras formas de produção noticiosa são silenciadas, ‘esquecidas’, desqualificadas segundo critérios padronizados da definição do que é jornalismo: sério, sensacionalista, partidário, independente, de referência etc.

O processo de estabelecimentos de normas e regras que dão corpo a uma publicação segundo a linha editorial de cada jornal, é uma construção. O que é importante é questionar as regras e modelos naturalizados circulantes na sociedade a fim de que seja possível perceber que elas, enquanto um construto, resultam de vontades pessoais e institucionais propostas ao público-leitor.

Os produtos jornalísticos em circulação são o resultado de um processo de busca de hegemonia a partir da negociação em todas as etapas desde a produção do fato até sua leitura na banca de jornal ou em qualquer outro lugar, mesmo que aqueles que dela participem não se dêem conta de todas as nuances, imbricações e negociações feitas durante o processo de produção por dele participarem de uma forma já tão naturalizada que dela não tenha consciência total.

Quando um leitor fecha a proposta de contrato de leitura com um produto midiático-estes produtos, na nossa perspectiva, são chamados de textos ou discursos, são as formas empíricas do uso da linguagem que ganham concretude nas matérias, reportagens, entrevistas, fotos, diagramação etc. produzidas “no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente”(Pinto, 1999,p.7) indicam que este viu nele alguma coisa que ele se identifica, que concorda com alguma coisa que foi dita ou com seu modo como um todo – forma e conteúdo. Este processo de escolha, de “fechamento de contrato” não é uma imposição, uma manipulação como até algum tempo atrás era pensado por algumas teorias da comunicação. Houve um processo de convencimento segundo as

normas e regras do discurso cujo berço mais forte, potente e antigo é a retórica. O leitor fica convencido, são muitos os motivos para os leitores daquele jornal, telejornal, revista, rádio, Internet acreditar que ele lhe diz o que há de melhor e mais confiável sobre o mundo.

Para efeito desta teoria do jornalismo, faz-se necessário, ressaltar duas coisas: os discursos são produzidos dentro de um determinado contexto, ou seja, eles trazem em si as marcas das condições sociais de produção presentes no sistema produtivo/processo de interação comunicacional – produção, circulação e consumo de sentidos. Podendo-se afirmar desta forma que eles são parte de práticas sociais contextualmente determinadas e todo discurso é uma forma de ação sobre a realidade que por sua vez exerce influência e coerção sobre ele, podendo afirmar deste modo que todo discurso é uma prática social.

## **2.1- A notícia como texto, como prática discursiva e como prática social**

Ao pensar a notícia, várias definições nos remetem ao campo já solidificado nesta área de saber. Em Rabaça e Barbosa (1987) ela é definida como o relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público. Vários livros técnicos fazem sua definição a partir do inusitado, do diferente – se um homem morder o cachorro é notícia, o contrário, não.

Ciro Marcondes Filho (1988) acredita que por existirem relações de dominação no interior da prática jornalística, notícia é a reelaboração parcial dos fatos da realidade de acordo com os critérios ideológicos definidos pelas prioridades de reprodução do capital que a condiciona a tornar-se uma mera mercadoria, com apelos estéticos, emocionais e sensacionalistas, uma arma de combate ideológico que oculta os conflitos de classe e é um instrumento de incentivo à estrutura econômica dominante. Outros autores, a definem como

uma narrativa com responsabilidade social; interesse, importância e compreensão. Há os que a vêem como instrumentos político de transformação social e os que a consideram uma técnica definida a partir de critérios de apuração e noticiabilidade.

A notícia enquanto texto ou discurso, é o trabalho ativo de investimento do sujeito no universo de técnicas, normas e regras com o intuito de produzir sentidos e não apenas informação. Esta abordagem será feita mais abaixo quando tratarmos da mistura de gênero nos produtos midiáticos. Este é um enfoque diferente daquele proposto pela teoria marxista do jornalismo quando ela elege o jornalismo informativo como exemplo de jornalismo sério contrapondo-o ao jornalismo sensacionalista.

O mundo da construção das notícias enquanto textos é povoado pelas representações, é o mundo das aparências, das linguagens, onde o ideológico e o poder são dimensões constitutivas dos discursos e da realidade social.

A presença do ideológico nos textos está mais relacionada ao seu sistema de relações e as suas condições sociais de produção do que a uma falsa consciência, manipulação etc. Algumas teorias propõem que as notícias deveriam ser isentas de ideologia, como se a dimensão do ideológico fosse uma parte a ser separada conscientemente pelo jornalista no momento em que este se coloca no papel de representante imparcial da sociedade, como se houvesse uma verdade absoluta ocultada pela ideologia. Para a teoria dos discursos sociais, o ideológico está presente em todos os textos como uma dimensão necessária e é responsável pela produção dos sentidos sociais, é “um mecanismo formal de investimento de sentidos em matérias significantes.”(Pinto, 1999,p.43)

A dimensão do ideológico vai estar presente em qualquer matéria, notícia, entrevista, enfim em qualquer texto, pois o que denominamos de ideologia nunca está

totalmente descrita, o sujeito só tem acesso a alguns fragmentos dela que foram investidos formalmente nos textos e que só são reconhecidos em situações comunicacionais específicas. Ou seja, assuntos relacionados as grandes correntes de pensamento apontados nas redações e manuais como “ideologia”, capitalismo, fascismo, socialismo, neo-liberalismo, movimentos verdes não podem nem são totalmente representados num texto. Ao produzir uma notícia o repórter mobiliza e representa apenas aspectos da ideologia, que pode até ser nomeada como fizemos acima, mas nunca totalmente descrita porque ele só tem acesso a fragmentos dela.

Começamos esta discussão chamando atenção que as notícias são o lugar por excelência do ideológico. Ele muitas vezes aparece na forma de pré-construídos – inferências e pressuposições que o receptor deve fazer a fim de diminuir os vazios presentes no texto e dar coerência a sua interpretação ao interligar frases, texto e mundo.

Segundo Pinto (1999) tanto as inferências e as pressuposições atribuídas ao ‘bom senso’ compartilhado socialmente pelas pessoas envolvidas no processo quanto às regras formais de investimento de sentido, contribuem, direta ou indiretamente, para manutenção das relações de poder desiguais dentro dos eventos discursivos.

Nem sempre os leitores dão conta dos investimentos ideológicos presentes numa notícia. Às vezes, demora para que o ideológico seja interpretado e só adquire sentido quando existem, no jogo das relações de poder, lutas hegemônicas em busca do consenso. “Essas disputas criam relações de dominância entre os discursos reconhecidos como hegemônicos e os discursos subordinados, favorecendo a naturalização ou reificação dos primeiros.(...) Como ponto final desse processo, eles parecem perder as conexões que mantinham com as condições sociais de produção, isto é, perdem justamente o seu caráter

de ideológico, ou simulacro interesseiro, e se travestem em ‘verdade’ e ‘bom senso’”.(Pinto, 1999,p.41-42)

Nesta perspectiva a notícia é uma construção, até então esta posição se assemelha as propostas culturalistas e etnoconstrucionistas, o que vai diferenciar é que nestas teorias elas não são vistas como um lugar de luta, um lugar de produção de sentido onde diversas vozes – não só as fontes oficiais, travam embates discursivos na busca da hegemonia, mesmo que na aparência apenas um setor tenha visibilidade. Mesmo que determinadas instituições estejam tão cristalizadas nas páginas dos jornais, canais de televisão e rádio que aparentem naturalizadas, esta hegemonia é instável.

É importante observar que este tipo de entendimento devolve aos jornalismo e as notícias uma dimensão de luta e mudança social muito sufocada pelos manuais de redação que um olhar mais atento, como o de um analista de discursos que trabalha com a teoria dos discursos sociais, pode comprovar como ilusória. Vejamos um exemplo concreto. No Brasil do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, determinada comunidade discursiva com certeza tinha mais acesso que outras aos meios de comunicação; no Brasil do governo Lula outros sujeitos sociais aparecem na mídia. Embora se possa dizer que são as mesmas instituições – ministérios, estatais etc., ou cargos – assessores, porta-vozes, líderes, ministros que dão este acesso, com certeza as pessoas e os discursos não são os mesmos e vai ser nestas diferenças que as mudanças vão ocorrer. A maneira de construir uma notícia pode até sugerir que seja a mesma nos jornais – como veremos mais abaixo esta é mais uma ‘verdade naturalizada’ e os manuais estão aí para mostrar, cada jornal tem um conceito de notícia cujos modos de produção não só de diferenciam como produzem identidades específicas.



Os critérios de construção da notícia ainda aparentemente continuam os mesmos implantados na década de 50, no Brasil, e criados na década de 20, nos Estados Unidos, lead – que, quem, onde, quando, como e porque, e pirâmide invertida – do mais importante para o menos importante, entretanto o modo como cada empresa define o que é notícia e como ela deve ser escrita mostra uma maior ou menos propensão para mudança .

Acredita-se haver a necessidade de uma lógica operacional para que as empresas possam cumprir seus prazos internos e que o surgimento destas técnicas dinamizou e modificou o modo de fazer notícia. Enquanto técnicas elas não são nem boas nem más – embora haja os que as veneram e os que as criticam por engessar o processo criativo. Nas atuais circunstâncias e características da sociedade contemporânea e a fase atual que se encontra o jornalismo, o que faz questão não é se tira ou se mantém estas técnicas. Mas como identificar a forma como elas foram se cristalizando e tornando-se hegemônicas ao ponto de serem padronizadas – isto que leva Bourdieu (1997) a comentar que por mais que os produtos jornalísticos aparentem ser iguais, homogêneos, existem diferenças evidentes ligadas a política editorial dos jornais. Eu diria que não só na política editorial dos jornais, mas também dentro das próprias comunidades discursivas existem divergências.

Pensar o poder na notícia é distanciar-se da visão que propõe “o poder da notícia”. Este modo pensa-a na forma de um poder absoluto. Colocam-na de maneira tal que produz a crença que ela domina tudo e todos. Deste modo, o poder é visto como algo concreto, único, algo que alguém ou um objeto possui, é imanente a si. A idéia que perpassa algumas definições de notícia coloca-a como transmissora de conhecimento, correia de transmissão da ideologia, ressalta um caráter manipulador, dominador, falseador, fragmentador da realidade.

O poder como uma construção na notícia o coloca na esfera do discursivo e aponta para a disputa presente em qualquer interação comunicativa. Neste sentido o poder, às vezes se concretiza de forma explícita – batizar, prender, ter a última palavra num diálogo, etc, ou de forma implícita como regras obrigatórias necessárias para conseguir uma interação – polidez, tomada de turno numa conversa, ouvir etc. Ou seja, ela passa a ser um lugar de construção de sentidos, de sujeitos e de realidade. O sentido, neste caso, é como estamos falando o tempo todo, instável e negociável.

Neste aspecto o poder, ao contrario da proposta ainda hegemônica exposta acima, vai estar mais ligado à esfera da recepção do que da produção. O poder de uma notícia está relacionado aos efeitos que ela produzirá na sociedade, como os receptores a recebem, se eles reconhecem este poder e o aceita, se o consome.

A ressalva à importância do aspecto do contexto, nesta teoria , deve-se ao fato que o contexto força, por exemplo, os produtos jornalísticos e mais precisamente neste caso, as notícias a terem determinadas características formais de acordo com o grau de rigidez e ritualização de cada empresa. Este conjunto de regras, normas, códigos presentes nas notícias são o que as definem como um gênero de discurso. Deste modo, o jornalista deve-se enquadrar nas convenções de cada gênero de discurso a cada situação ritualizada de comunicação que ele se encontrar.

No caso do consumo das notícias e da interpretação destas, segundo Fairclough (2001), um dos modos de fazê-la é da ordem do contexto situacional; envolve uma inter-relação entre pistas deixadas ao longo do texto pela enunciação e os recursos internos dos membros. Estes recursos internos são o mapa mental da ordem social de cada sujeito cuja interpretação das realidades sociais se encontra política e ideologicamente investidos de

formas particulares. O efeito deste contexto sobre a leitura da realidade social – materializada na forma de notícia, depende da interpretação da situação.

Segundo o esquema de análise proposto pelo modelo tridimensional do discurso desenvolvido por Fairclough (2001), o texto é socialmente motivado, ou seja, existem inúmeras razões sociais na combinação entre significantes e significados particulares. Esta proposição torna-se importante ao pensarmos o trabalho de investimento de sentido do jornalista na construção da notícia.

As notícias são produzidas para serem lidas, ao contrário de serem espelhos da realidade, elas possuem, o que aquele autor chamou de, significado potencial, ou seja, diante a multiplicidade de sentidos, o sujeito – seja jornalista seja leitor, lida sempre com escolhas e ambivalência na hora de construir seu texto.

A escolha de determinadas palavras, estilo gramatical, a forma de estruturar o texto produzem determinados sentidos em um contexto e outros em um contexto diferente; por isto o trabalho de interpretação do leitor é a busca de diminuir a ambivalência e a multiplicidade escolhendo um sentido particular. Esta linha argumentativa é usada com o intuito de mostrar que o trabalho do jornalista não se resume apenas a utilizar determinadas técnicas, ele é socialmente motivado a fazer escolhas mesmo que delas não se dê conta.

Pensar a notícia como prática discursiva é entendê-la a partir dos processos de produção, circulação e consumo de sentidos como sendo um texto redigido para alguém ler. Na etapa da produção, a notícia obedece determinadas rotinas de produção coletiva onde diferentes membros estão envolvidos nos variados momentos desta etapa – pauteiro, chefe de reportagem, editores, diagramadores, fontes, repórteres. Como toda prática discursiva, a notícia tem regras que são as regras do lead, sublead etc que são obedecidas ao

todo ou em parte por este ou por aquele jornal, por esta ou por aquela seção do jornal, por este ou aquele jornalista.

As notícias, quanto a circulação, podem ter distribuição simples – uma relação baseada mais num contexto situacional imediato sem envolver muitas pessoas e meios sofisticados, ou complexo, envolve mais pessoas, elementos e tecnologias mais sofisticadas, maior grau de profissionalização quanto a produção e maior preocupação com a recepção dos textos. Araújo (2002) pertinentemente comenta que “os modelos de comunicação disponíveis não permitem apreciar adequadamente os processos de negociação dos sentidos, conferindo à circulação um papel coadjuvante entre produção e recepção. Neste quadro, os textos são considerados produtos, desprezando os processos discursivos de produção, circulação e consumo textual. Também, em sua maioria, não desenvolvem uma visão multipolar das relações comunicativas, que contemplem a polifonia social. Não é de se estranhar, diante disto, que os contextos sejam esquecidos.”(p.40)

O consumo das notícias tem a ver com as seguintes características: elas são consumidas em contextos sociais diversos, está relacionado ao investimento de sentido destinado à interpretação, as possibilidades de interpretação possíveis e se é consumida individual ou coletivamente. Por exemplo, a informação passada por determinada fonte para o jornalista, em *off*, a fim de que ele investigue certo acontecimento; a mesma notícia no dia seguinte na primeira página do jornal. No caso das agências de notícias, certas notícias são transformadas em outras notícias. Em outros casos, a natureza extradiscursiva da notícia produz efeitos diferentes daqueles propostos inicialmente. O exemplo clássico nas teorias da comunicação foi a transmissão de rádio feita de brincadeira por Bertolt Brecht, em Nova York, avisando sobre a invasão da cidade por marcianos que causou

tumulto e pânico geral. Este exemplo se encontra estritamente ligado a força acional que uma notícia possui. Enquanto produção de sentido em circulação na sociedade, a notícia, possui uma ação social muito forte a partir da força ilocucionária dos atos de fala que mobiliza.

Duarte (2002) comenta que uma oração, no nosso caso uma manchete, uma notícia, torna-se um ato ilocucionário se satisfizer determinadas regras e convenções fonéticas, semânticas e sintáticas de uma língua e se satisfaz a condições convencionais e institucionalmente concebidas. “O sucesso dos atos ilocucionários exige interação com valores culturais e padrões de comportamento que pressupõem um determinado conjunto hegemônico (portanto um equilíbrio instável) de relações sociais e de poder”.(p.43)

O caráter intertextual da notícia é outro fator constituinte de sua prática discursiva. Conforme vimos no capítulo 1 e retomamos a questão no capítulo 2, a intertextualidade é a condição que todo texto possui de ser repleto de pedaços de outros textos, que podem ser identificados imediatamente ou não. No caso das notícias, toda vez que os jornalistas fazem citações entre aspas, lançam mão de discursos diretos ou indiretos, usam de ironia, pressuposições etc., eles estão no terreno da intertextualidade manifesta.

Na intertextualidade constitutiva ou interdiscurso, os textos são constituídos historicamente através de elementos – resultantes de convenções já existentes e textos prévios - da ordem de discurso. O processo de mudança social, seja na prática do dia-dia da confecção das notícias seja no campo teórico da reflexão sobre o que é notícia, tem possibilidade de ocorrência quando são reconfigurados determinados elementos da ordem de discurso. Como a tendência de certos discursos é se tornarem naturalizados pelo uso rotineiro das convenções e das normas, a mudança criativa, segundo Fairclough (2001) só se daria com a produção de novas configurações dos elementos de ordem de discurso e

novos modos de intertextualidade manifesta. Dito de outra forma, a mudança nos discursos que definem o que é notícia passam pela mudança dos elementos que constituem um dizer sobre o que é e como se faz uma notícia.

Ao afirmarmos que uma notícia é a prática discursiva ligada à prática social do jornal estamos dizendo que a prática social de uma instituição depende – por exemplo, do sistema econômico, do sistema político etc. Uma das práticas sociais ligadas ao jornalismo é noticiar os eventos recentes. Sempre dizendo que prática discursiva é interna a prática social. Não existe prática discursiva dissociada da prática social e a prática social não é apenas discursiva, embora algumas delas sejam fortemente discursivas e outras não. O Lula no tempo que era torneiro mecânico fazendo uma prensagem de uma peça, não havia a necessidade de estar falando alguma coisa até porque o barulho da máquina não deixa. Mas, por exemplo, existem elementos discursivos ali porque a toda hora ele vai rememorando: agora eu faço isto, agora eu faço aquilo. Está na cabeça dele as regras da prensagem que estão sendo utilizadas mesmo que já estejam tão internalizadas que perderam as conexões com as condições sociais de produção e sejam consideradas naturais.

O conceito de hegemonia proposto por Fairclough com base no pensador italiano Antonio Gramsci devolve a notícia uma dimensão sufocada por explicações marxistas-ortodoxas, frankfurtianas, funcionalistas, positivistas, etc. É neste sentido que pensamos a notícia como um eixo de poder constituinte do campo jornalístico, como um instrumento de luta ideológica na dimensão das práticas discursiva e social e como um processo de negociação e articulação de sentidos no mercado simbólico.

Como um eixo de poder, a notícia, é uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou transformação não apenas da ordem de discurso como também das relações sociais assimétricas existentes. No mercado simbólico, diversas

instituições desenvolvem estratégias de luta a fim de ter o poder de dar a última palavra sobre determinado assunto, mesmo aquelas que se encontram “estabilizadas” hegemonicamente, participam deste processo entre instâncias discursivas desiguais. O resultado desta luta, negociação e articulação de sentidos encontra-se materializado na notícia.

### **2.1.1- A notícia e a mistura de gêneros**

Ao definir discurso como faz Fairclough (2001) e Foucault (1972), – como ponto de vista sobre uma determinada área de conhecimento, qualquer texto é uma mistura de pontos de vista, ou seja, os gêneros presentes na mídia em geral não são mais gêneros puros; são misturas de gêneros .

A teoria dos discursos sociais considera que o gênero tem um papel especial na dinâmica discursiva por relacionar as falas aos lugares. Pré-existe ao sujeito uma topografia social onde ele se inscreve e explicita o seu lugar de fala, como cada texto pertence a um gênero de discurso diferente existem diversas maneiras de construir a representação de uma prática social a partir de diferentes lugares de fala. O gênero de discurso é o conjunto de regras e convenções subjacentes aos discursos que os sujeitos dominam.

Pinto (1999) argumenta que o berço do entretenimento está na Retórica clássica, mais precisamente na prova *patética*, relativa às paixões a serem despertadas na audiência; e a prova lógica, relativa aos raciocínios em que os argumentos eram empregados.

A prova patética (Aristóteles, *Arte Retórica*, II, 1-17) consistia em provocar no público um *pathos* ou uma paixão, visando tornar mais favorável sua disposição a julgar. O

*pathos* vem a ser o que na análise de discursos contemporânea se denomina *sujeito falado* ou *destinatário* (Pinto, 1999:31), o lugar ou imagem que o orador cria para ser ocupado pelo público, em seu discurso. A mobilização pela paixão era conseguida por uma representação de comportamentos, ações ou situações suscetíveis de induzi-la.

A prova patética exige por parte do orador um saber psicossocial sobre as paixões, relativo a três pontos que Aristóteles em suas definições tomou emprestados de Platão no *Fedro*: a disposição emocional prévia por parte do auditório é favorável ao surgimento da paixão, a quem ela está dirigida e a que objetos se refere.

Este tipo de conhecimento fornece as premissas do raciocínio persuasivo e define uma *doxa* ou senso comum compartilhado pelo orador e seu público, aonde os valores ideológicos hegemônicos vão sendo cristalizados.

Desta forma pode-se observar que os argumentos patéticos são enormemente usados pela mídia com o objetivo de conquistar audiência pelo lado emocional. O entretenimento aparece cada vez mais dentro da própria notícia: tanto na televisão quanto no jornal, como menos ênfase, mas acontece. O sensacionalismo é uma forma de argumento patético, quer dizer é entretenimento - o patético agrada ao público.

Segundo Pinto (2004), os noticiários atualmente são construídos e hierarquizados de acordo com as regras da retórica, quanto mais patéticos melhor, há uma exacerbação do patético na atualidade. Nos primeiros momentos do jornalismo praticamente todas as produções noticiosas eram totalmente patéticas - o inusitado, o monstruoso, o exótico era que vendia jornal. Os jornais eram compostos de notícias de histórias extraordinárias, de defesas de interesses políticos imediatos. Com a adoção dos critérios de imparcialidade e objetividade, o uso deste recurso ficou durante um bom tempo um pouco mais escondido,



mais disfarçado, entretanto a partir do final dos anos 80, no Brasil, o entretenimento começa a ganhar espaço no jornalismo.

Muito profissionais de jornalismo ainda não se deram conta que fazem uso do entretenimento, do patético nas notícias e argumentam que isto é impossível devido o uso do lead, sublead, da pirâmide invertida, dos critérios de noticiabilidade, da coesão, da clareza etc. Entretanto, o que se vê nas bancas de jornais é a informação hierarquizada, atualizada segundo efeito patético, o maior destaque é dado ao entretenimento. Deste modo, todos os jornais têm um grau de entretenimento, uns escondem mais que outros, mas no fundo todos eles conferem destaque para o que é mais patético, mesmo os jornais que têm pretensões sérias.

## **2.2 - Um mundo e muitos jornalismo - os jornalismo como articuladores de sentidos**

Ao tratar a problemática do jornalismo, Genro (1987) considera que ele filho legítimo do casamento do novo tecido universal das relações sociais, resultante decorrente do capitalismo e dos meios industriais de difundir informações, ainda não é reconhecido em sua relativa autonomia e indiscutível grandeza.

Os motivos é que por um lado, o jornalismo ou é visto como instrumento particular de dominação burguesa – linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada ou como correia de transmissão dos ‘aparelhos ideológicos do Estado’, como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade.

Por outro lado, as descrições apologéticas tipicamente funcionalistas de matriz liberal que vê o jornalismo como ‘crítica responsável’ baseada na divulgação objetiva dos

fatos, uma função social voltada para o ‘aperfeiçoamento das instituições democráticas’.

“Uma atividade voltada para a denúncia e correção das ‘patologias sociais’, portanto, para a coesão e a reprodução do estado ‘normal’ da sociedade, ou seja, o capitalismo”..(p.37).

O jornalismo constrói sua legitimidade sob a égide da objetividade e da neutralidade, do compromisso com a verdade. O que não se discute é que a Verdade é uma questão de hegemonia e resultado de uma luta simbólica, as palavras não dão conta dos sentidos. Fazer um discurso verdadeiro significa não você achar que ele é verdadeiro, mas que o receptor o aceitou como verdadeiro. As notícias que divulgam informações mentirosas, como o caso do Silvio Santos na revista Contigo no ano passado, e o público aceitar a mentira, o seu discurso valeu, seja ele um simulacro ou não, a verdade neste aspecto é uma questão de retórica.

A civilização ocidental se construiu sobre o mito, que a verdade é uma coisa quase concreta, e não uma construção que é aceita e compartilhada, mesmo que seja mentira. A questão da objetividade no texto jornalístico proposta na década de 50 e adotada do modelo norte americano e que ainda hoje se encontra presente nas instituições – nas empresas e escolas de jornalismo, e que todo mundo, pelo menos, 95% dos jornalistas acreditam, que escrevendo assim – porque não lhe dizem outra coisa na escola e é o que eles ouvem também na redação – estão sendo mais objetivos, chegando mais perto possível da imparcialidade, do acontecimento como ele se deu etc, quando na verdade, esse processo privilegia determinados aspectos e não outros.

Ao definir discursos, no plural, Pinto (1999) argumenta que esta decisão deve-se ao fato de reforçar a sua ideia de multiplicidade. Esta decisão, no nosso caso, abre caminho para que sigamos uma linha de raciocínio similar ao optar pelo termo “jornalismos” por entender que existem vários jornalismos praticados e colados em circulação na sociedade.

Desta forma, segundo esta perspectiva, falamos de jornalismos e não de jornalismo no singular como tem sido amplamente utilizado, não existe jornalismo, mas jornalismos, uma vez que até num mesmo jornal existem vários tipos de jornalismo, pois embora as normas e as técnicas sejam bem semelhantes entre si, existem especificidades institucionais, geográficas, situacionais que caracterizam diversos e diferentes modos de produzir uma notícia, um noticiário etc.

Partimos do pressuposto que os jornalismos são produções coletivas que envolvem não só os vários eixos constituidores de sentidos como também as práticas discursivas e as práticas sociais.

Os jornalismos são um conjunto de processos comunicacionais e não um gênero de discurso, sob este enfoque gênero de discurso tem uma especificidade conceitual de ser as regras que comandam cada processo de comunicação.

Os jornalismos, enquanto uma ordem de discursos, sob o ponto de vista da produção de sentido, é uma coletânea de diferentes gêneros de textos, a própria notícia não é um gênero, mas uma coletânea de gêneros.

Os cursos de jornalismo trabalham com a idéia do jornalismo como representação, feita com mais apuro, mas é uma representação. A Teoria dos Discursos Sociais propõe um olhar que ressalte o embate discursivo, a luta por posições de hegemonia.

Assumimos desta maneira a hipótese de que o poder no jornalismo é construído e constituído pelo embate discursivo – dá-se na etapa da produção de sentido, como sugere Verón(1980), Pinto(1999), como diria Foucault, o poder não está no e nem é do jornalismo ele se constitui no entre no processo interativo enunciativo que coloca em circulação, ou na semiose social, discursos baseados em efeitos de sentido como credibilidade, objetividade, imparcialidade, atualidade etc. que o legitima como um campo institucional.

O processo de institucionalização do jornalismo foi se constituindo de acordo com regras específicas deste campo. Este modo de perceber o jornalismo se afasta das concepções que o vêem como um poder a parte da sociedade, um quarto poder.

O poder do jornalismo – enquanto sujeito social também é sujeito e assujeitado, Sujeito porque tem suas regras suas legitimidade construída ao longo de sua história que lhe permite autonomia e legitimidade na construção de discursos e enfoques discursivos, mas assujeitado uma vez que depende dos outros campos para construir seus discursos, ele não tira do nada, e conquistou historicamente a condição de trazer para si o poder de anunciabilidade que lhe dá destaque no cenário social.

A história da construção deste lugar se consolida a partir da conquista na Constituição de diversos países a garantia da liberdade de imprensa e outras conquistas que lhe constituem com uma instituição social de direito. Se constituir enquanto sujeito não submisso a poderes outros que não o dos seus proprietários, mas enquanto instituição pertencente a uma sociedade se submete também a regras, assim como os outros campos não são tão autônomos como querem parecer ser, e neste ‘entre’, neste lugar de negociação se encontra o poder do jornalismo – de fazer ver, fazer crer e fazer saber – está em produzir discursos legitimados institucionalmente construindo uma prática que intervêm e constrói identidades, lugares, realidades no momento que anuncia e enuncia.

Poder este que o constitui enquanto um campo negociador de sentido – entretanto não é uma negociação onde um dos lados possui dá as cartas, dita as regras e o outro aceita, nem é um lugar onde a compra de espaço garante resultados esperados.

A noção de negociação está baseada em Bakhtin, como um lugar de disputa de sentido, embora esteja naturalizada a discussão do quarto poder, do poder que pode tudo, onipotente, absoluto. Parte-se do pressuposto que processo de produção dos sentidos antes

de chegar na etapa de consumo/reconhecimento – etapa esta que é ativa negociadora de sentido também, passa pela instancia de negociação, uma matéria, o enfoque desta matéria, o lugar dela na página, a foto que a acompanha, quem são as fontes, o tamanho da matéria, os limites da abordagem, a aproximação com o acontecimento/fato/evento/personalidade tudo isto entre numa etapa de constante negociação que o habito ou as técnicas de produção naturalizadas não deixam perceber estas características do processo, ou como vimos na discussão do gatekeeper, centra-se em critério pessoais do jornalismo ou da empresa.

O que estamos pensando neste trabalho é que esta etapa faz parte de um universo mais amplo, cuja materialidade se consolida nas empresas jornalísticas como se as normas e as regras as coerções da produção de sentido não fossem sociais nem partissem do campo da linguagem. Chamamos atenção para as criticas sofridas e as armadilhas de considerar que tudo é discurso. Na verdade, esta abordagem privilegia a linguagem enquanto esfera do simbólico que se materializa, mas existem coisas relacionadas a esta discussão que envolvem atitudes físicas de violência ou atos que não são linguagem.

Hegemonia no jornalismo tem vários aspectos. Primeiro tem hegemonia econômica, o jornal enquanto industria precisa vender jornal. Depois tem uma hegemonia política, o jornal quer ter sempre alguma influencia na política nacional. E tem ainda uma hegemonia ainda maior que não diz respeito nem a política nem economia que é da confiança do povo, ganha um confiança do público, a busca pelo respeito do público pelo que é dito no jornal. A guerra por hegemonia pode ser feita em vários flancos, fronts. Procurar legitimidade junto ao público etc.

### **2.3.- O fazer jornalístico enquanto prática social**

A prática jornalística é uma prática discursiva conforme estamos trabalhando nesta tese. A prática jornalística é um referencia institucionalizada no interior da sociedade como um poder específico de produção de discursos intervêm no ritmo dos acontecimentos a medida que constitui o processo social e aciona seus dispositivos de estruturação e regulação de sentido.

O jornalismo se situa dentro de um lugar específico que aqui chamamos de campo jornalístico, não confundir jornalismo com campo jornalístico, a argumentação de campo é que na medida em que nas sociedades modernas, a vida social se reproduz em campos que funcionam com relativa independência mas, ao mesmo tempo, atuam combinados.

Para isto as noções de espaço social e campo de Bourdieu são essenciais, pois para este autor o espaço social é um lugar de conflito hierarquizado segundo uma distribuição desigual de capitais.

pode-se descrever o espaço social como um espaço multidimensional de posições tal que toda posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas, cujos valores correspondem aos valores de diferentes variáveis pertinentes. Assim, os agentes se distribuem nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda, segundo a composição do seu capital – isto é, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das possessões. (Bourdieu, ,1984.p.03)

A abordagem de capital para o autor está ligada a uma abordagem econômica: ele é acumulado segundo operações de investimento, tem-se lucro se o detentor deste capital investe e aplica no mercado; Ele distingue em capital econômico que são os diferentes

fatores de produção – trabalho, indústrias etc. – e pelo conjunto de bens econômicos – renda, patrimônios etc. O capital cultural corresponde às qualificações intelectuais adquiridas no sistema escolar ou transmitidas pela família podendo existir de três formas: em estados incorporados, como bem corporal adquirido – facilidade de comunicar-se, escrever bem; em estado objetivo como bem cultural – posse de quadros, livros raros etc. - em estado institucionalizado socialmente sancionado por instituições – títulos acadêmicos. O capital social é o conjunto de relações sociais que um indivíduo possui e o capital simbólico que corresponde ao conjunto dos rituais sociais – etiqueta, boas maneiras etc.

A posição dos agentes no espaço das classes sociais depende do volume e da estrutura do seu capital que eles dispõem sendo o capital econômico e o cultural os que fornecem critérios mais pertinentes de diferenciação a fim de construir o espaço social nas sociedades contemporâneas.

O campo jornalístico possui uma lógica de funcionamento voltada para a produção de bens simbólicos, que neste caso é um bem bastante perecível que são as notícias – como diz um famoso dito jornalístico: “a notícia de ontem só serve para embrulhar peixe”. Desta forma ele participa do mercado simbólico negociando um produto concreto de consumo as notícias – envoltas numa aura de credibilidade, mas também negocia a construção de imagens, saberes, ‘legitimidades’ que circulam no mercado simbólico e adquirem valor segundo a cotação de investimentos naquele momento.

## **2.4 - O jornalista como um sujeito ambíguo**

Ainda prevalece nas discussões, principalmente vindas de jornalistas mais experientes, que fazem parte da história do jornalismo brasileiro, visões como a de Clovis Rossi de que “o jornalismo é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações

de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra” ou de Ricardo Noblat que “um jornal é ou deveria ser um espelho da consciência crítica de uma comunidade em determinado espaço de tempo. Um espelho que reflita com nitidez a dimensão aproximada ou real desta consciência” .

A primeira observação, usando uma metáfora de guerra, define o jornalismo como uma batalha que deve ser vencida externa (busca de fontes, especialização profissional etc.) e internamente (na redação, limitações de leituras etc.) pela conquista da informação de forma imparcial e objetiva. Refletindo sobre o papel da imprensa, a segunda posição aproxima-se de um senso comum que envolve o jornalismo e que tem como fonte a Teoria do Espelho que propõe que como forma de adquirir legitimidade social a notícia deva ser o espelho da realidade.

Gostaria de pensar este outro eixo de poder a partir da perspectiva da Teoria dos Discursos Sociais, situando o jornalista como um sujeito ambíguo: assujeitado às determinações do contexto e agente das ações, sujeito ativo na produção de sentidos.

Como assujeitado as determinações do contexto, ele submete-se as normas, as regras, a coerções a fim de construir os discursos sobre a atualidade. Porém, enquanto sujeito ativo, ele possui autonomia no modo de construção, ou seja, mesmo sendo submetido a regras, os jornalistas são responsáveis pelas escolhas que faz – ele negocia constantemente com as estruturas sociais a fim cumprir seu trabalho, mesmo que em determinados momentos ele não se aperceba dos jogos de poder presentes na sociedade.

Esta perspectiva proporciona questionar a unicidade do sujeito, ou seja, permite questionar a onipotência do jornalista que o situa como o único responsável pelas representações que aparecem nos textos e fazê-los perceber que não são os únicos



responsáveis pelas representações que eles mobilizam na feitura dos produtos noticiosos. Quando o repórter ou o editor opta por determinados recursos lingüísticos na hora de fazer uma matéria, construir uma chamada ou uma manchete, muitas vezes não se dão conta que ao utilizarem citações entre aspas, discursos direto ou indireto, ironias, pressuposição ou quaisquer modos de trazer as vozes ou pensamentos de pessoas ou instituições, eles colocam em cena outros enunciadores.

Como afirma Pinto (1999), todo texto além de ser híbrido ou heterogêneo quanto a sua enunciação, é sempre um tecido de vozes ou citações cuja autoria algumas vezes fica marcada outras tantas não.

O postulado da heterogeneidade enunciativa possibilita olhar não só para os textos, mas também para a sua produção, ou seja, para os jornalistas como sujeitos cindidos, desfazendo a ilusão da onipotência da individualista que os tornam totalmente responsáveis pelos textos que produzem cujo trabalho é apenas de organizar via linguagem a construção noticiosa dos acontecimentos. Na verdade, os jornalistas, enquanto sujeitos sociais, são submetidos não só as regras específicas da profissão, mas também as coerções sociais.

Isto permite também pensar a relação dialética entre acontecimento e jornalista, do modo como sempre é tratado, o segundo mantém total controle sobre o primeiro, se acerca dele imbuído de todas as técnicas e o reproduz – para alguns de forma transparente, para outros, manipulado, para outros ainda submetido a leis de mercado e fato tempo. Nesta perspectiva, procura pensar que na relação dialética ambos influenciam e sofrem influência mútua.

Ainda dentro do postulado da heterogeneidade enunciativa, o jornalista muitas vezes ao produzir uma matéria tem consciência quando faz uso de um tipo de intertextualidade – a heterogeneidade mostrada. Ele, a partir de um contexto situacional imediato, traz para

dentro de seu texto e cita outros textos de modo inequívoco. Dentro da perspectiva proposta, nesta situação, o jornalista enquanto sujeito ativo determina quais são os textos que pretende dialogar.

Já o outro tipo, a heterogeneidade constitutiva ou interdiscurso, tem a força da prática socio-historica-cultural que se transforma no tempo, onde nem o jornalista nem a grande maioria das pessoas tem consciência dos vestígios de outros textos presentes no seu texto, este é um trabalho que exige a especialização de analista de discursos, com um olhar mais atento e mais apurado para identificar as marcas textuais históricas de outros textos pré-existentes dos quais o jornalista, enquanto autor empírico, não tem controle.

Nesta abordagem fica claro que o princípio do dialogismo faz parte do trabalho do jornalista na medida que o dialogismo se faz presente – a construção de um texto é feita através do embate com outros textos.

Logo mais acima, ao questionar a unicidade do sujeito, Althusser foi citado como o autor que chama atenção para o fato da noção de completude, liberdade, controle da situação é um efeito ideológico. As instituições, no caso deste autor, os aparelhos ideológicos, têm o poder de determinar regras e modos de ser. A crítica feita a este posicionamento é que este autor aponta uma passividade excessiva do sujeito às estruturas – instituições, esta posição fecha a possibilidade para a mudança.

A pergunta que se faz ao se pensar o jornalista enquanto sujeito ambíguo que mobiliza diversas vozes é quais são estes outros sujeitos que adquirem materialidade na produção noticiosa? Pensando o modelo de comunicação ensinado nos cursos de jornalismo – emissor-receptor-mensagem, cuja matriz vem da Grécia com a Retórica de Aristóteles – orador-auditório-discurso, com os acréscimos e sofisticações decorrentes dos vários momentos históricos e proposições de modelos, um modo de pensar esta relação se

encontra bastante naturalizado. Aquele que pensa emissor e receptor como seres únicos. No momento que propõe-se desarticular este discurso a fim de rearticulá-lo de acordo com a proposta da teoria da enunciação, fragmenta-se a idéia de um único responsável pelo texto e são apresentados aqueles que também são responsáveis pelos discursos construídos.

No momento em que o jornalista escreve sua matéria, reportagem, edita um material qualquer, produz um texto ele é o *sujeito empírico*, ou seja, o sujeito de carne e osso, que fisicamente posiciona-se em frente do computador e escreve – neste caso não estamos falando do material produzido por vários jornalistas. Ao identificar e mostrar o *quem* do acontecimento, o jornalista mobiliza o *sujeito do enunciado* – aquele que age e fala no texto que no enunciado é apresentado como o seu responsável. O *sujeito da enunciação* são as posições discursivas que o jornalista se identifica, e que são responsáveis pelas representações presentes no enunciado, sem que seja possível lhes atribuir uma palavra específica. Relembrando que, segundo Benveniste, a enunciação é o ato de produzir um texto, o sujeito da enunciação é na verdade, “o conjunto dos enunciadores com os quais o emissor (jornalista) (...) se identifica e define a sua imagem ou lugar enunciativo, que é o sentido que o próprio emissor reivindica para si mesmo com o texto. (...) Esta imagem ou lugar enunciativo que define o sujeito da enunciação ou enunciador inclui tanto a imagem que o emissor faz de si mesmo, quanto a imagem que faz do ‘mundo’ ou universo de discurso em jogo.”(Pinto, 1999, p.31)

Complementando a multiplicidade de sujeitos presentes na produção textual, Pinto (1999) comenta que estes mesmos conceitos são aplicado ao receptor e contribui com a definição de *sujeito falado*- a imagem que os receptores assumem ao se reconhecerem nos enunciadores propostos pelo sujeito empírico.

Para uma teoria dos discursos sociais voltada para o jornalismo, o importante deste modelo é trazer a discussão um outro modo de se pensar o jornalista, enquanto emissor, cindido por estes vários papéis onde o mesmo muitas vezes ele nem se dá conta desta multiplicidade mas que é importante como forma de conhecimento e de mudança.

O sujeito, no processo de constituição de si, através da comunicação e da linguagem aprende a representar o mundo, a constitui e ser constituído pelas relações e identidades sociais a partir das coerções do social. O indivíduo aprende a se constituir através de regras e convenções que estão subjacentes nos discursos utilizados por ele.

Deste modo, tanto os critérios de objetividade, imparcialidade quanto clareza, concisão são, o que Pinto (2004), considera, álibis. Os álibis são usados para justificar a realização de atividades e atitudes segundo o habitus. Os álibis só são notados quando observamos as articulações feitas entre as diversas instâncias que compõem o processo jornalístico e que a maioria das teorias do jornalismo e pesquisas as tratam como coisas separadas.

A questão do álibi é exatamente isso, a maioria das modificações e avanços sociais tem na sua superfície um álibi – os profissionais argumentam estarem fazendo determinada coisa, escrevendo de determinada maneira, cobrindo o acontecimento de um certo modo, segundo determinadas causas ou ainda a coisa é feita do jeito que é porque sempre foi feita assim. Muito provavelmente há interesses por trás que não estão claramente mostrados que são mais importantes do que isso que está na superfície. A teoria dos discursos sociais, através do postulado da economia política do significante, postula a existência de um mercado simbólico onde as instituições negociam sentidos através de seus discursos na busca de uma hegemonia. Através de negociação de sentido e embates discursivos as

instituições procuram ter o poder de visibilidade, de firmar posição, de construir sentidos e de dar a última palavra na forma de perceber e classificar a realidade.

No caso do jornalismo, os jornalistas – experientes ou não, em cargos de chefia, as fontes – institucionais, oficiais, não oficiais, individuais, os donos das empresas de comunicação, os professores dos cursos de jornalismo – graduação e pós-graduação, e outros profissionais ligados a esta área, compõem e participam de um mercado simbólico onde circulam e são consumidos os mais diversos e variados tipos de discursos produzidos histórico-socialmente.

No mercado simbólico, os discursos ao serem produzidos, consumidos e circularem agregam valores e se transformam de acordo com o contexto e através da ação dos sujeitos com o objetivo de adquirir reconhecimento e legitimidade. O jornalista ao sentar na frente do computador para fazer uma matéria, ele pode não ficar rememorando passo a passo as regras de construção da notícia, mas ele as internalizou: o numero de linhas, toques, lead, pirâmide invertida etc. Qualquer prática social ao se tornar rotinizada torna-se internalizada ao ponto do sujeito a praticar sem se dar conta de seus limites.

O jornalista ao escolher uma pessoa para entrevistar, faz escolhas , e estas escolhas não são tão livres como até agora se pensava, mesmo que não seja o próprio repórter que tenha feito, pode ser que seja o editor do jornal que tenha mandado: entrevista fulano. Atrás destas escolhas existem pré-conceitos, ligados à disputa de poder e a cristalização de grupo hegemônicos resultando no fato de só aparecem no jornal, como voz do jornal, apenas determinadas autoridades políticas, econômicas, sociais, religiosas.

Às outras pessoas quando aparecem, como por exemplo, o operário, não é qualquer operário que é entrevistado, geralmente a indicação é que se ouça o presidente do sindicato – o sujeito que tem uma certa autoridade constituída socialmente. As pessoas comuns

quando são entrevistadas e aparecem nas notícias não estão ali como autoridade – o espaço conquistado por elas está ligado ao patético; sofreram acidente, perderam a mãe, o pai, perderam o filho, assassinaram alguém. A palavra dessas pessoas não é considerada verossímil o bastante para ter legitimidade junto ao público; só seus sentimentos.

A idéia do jornalista como herói, senhor de si, do fato, da notícia, poderíamos dizer aqui, da linguagem, indo para aquela idéia do sujeito onipotente que controla a linguagem, isento de duvidas, repleto de certezas cuja missão é salvar o mundo, é estar a serviço da humanidade, segundo Pinto (2004), o jornalista tem sempre um álibi social que o coloca acima do bem e do mal - que ele é que é o único responsável pela notícia. Conforme salientamos acima, o jornalista traz consigo toda a instituição que onde trabalha e as regras que esta instituição exige dele. Voltando a questão da ambigüidade, o jornalista não é um fantoche, apenas um operário da notícia. A liberdade do jornalista existe, se não é uma área perigosa, ele tudo pode fazer...

## **Considerações Finais**

Há mais ou menos oito anos atrás, ao iniciar a jornada na seara dos discursos sociais, a introdução de uma então dissertação de mestrado me chamou atenção, quando a criança-personagem da história diante do mar, pela primeira vez, pedia para que fosse ajudada a ver: “- Me ajude a olhar!”. Por caminhos outros aprendi que, ao nos aproximarmos de uma fronteira, ela se amplia. Foi isto que terminou acontecendo neste trabalho: cruzei a fronteira do desconhecimento e da aflição diante de um mar de idéias, com certeza não como um poeta náufrago, mas como um explorador de sentidos.

Os principais pensadores da área da semiologia ou semiótica, como querem alguns, foram de vital importância para entender a relação entre linguagem e sociedade mediada por signos. O percurso feito desde Saussure mostrou como conceitos caros à Teoria dos Discursos Sociais foram sendo desenvolvidos e, aos poucos, foram sendo incorporados e modificados segundo novos olhares. Poderia-se dizer que estas teorias da linguagem foram aos poucos articulando sentidos, negociando espaços, travando lutas por hegemonia – conforme vimos nesta tese, esta hegemonia é instável e em constante modificação embora muitas vezes não sejam perceptíveis as mudanças.

Todo percurso feito neste trabalho foi sempre pensar que tanto o discurso quanto a linguagem são uma prática social. Os textos são o lugar de produção social do sentido, eles podem ser entendidos como fazendo parte das práticas sociais que são inseridas em contextos determinados. Ou seja, buscou-se entender como as práticas discursivas moldam e constituem os fenômenos sociais, como atribuem sentido às práticas sociais. Os textos são considerados como um conjunto de enunciados que não ficam só restritos aos escritos, mas que integram imagens, músicas etc. e os discursos são o lugar social de materialização da produção de sentido.

O sentido é o resultado de práticas discursivas realizadas a partir do lugar social dos sujeitos, dentro de um contexto. Os discursos não podem ser examinados abstratamente, pois não há separação entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva. Todos os fenômenos reclamam a presença de sentido, constituem-se como arena de embate e disputa, são um ato lingüístico e histórico.

As práticas discursivas remetem às condições sociais de sua produção, a uma série de situações, aos contextos imediato e institucional em que a enunciação é criada, à



situação sócio-política da enunciação, às marcas da cultura e da história presentes, identificando que cada vez mais as mudanças nos usos lingüísticos estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos e obtendo o reconhecimento sobre a importância do uso da análise lingüística como método para estudar a mudança social.

A teoria dos discursos sociais através do postulado da economia política do significante, postula a existência de um mercado simbólico onde as instituições negociam sentidos através de seus discursos na busca de uma hegemonia. No mercado simbólico, os discursos, ao serem produzidos, consumidos e circularem agregam valores e se transformam de acordo com o contexto e através da ação dos sujeitos com o objetivo de adquirir reconhecimento e legitimidade.

As empresas jornalísticas, enquanto instituições, produzem tanto uma relação de poder como uma luta pelo poder com o objetivo de tornar hegemônicos os seu discursos.

Segundo Fairclough, na busca pela hegemonia a principal luta seria pela naturalização dos discursos e de suas regras de produção, circulação e consumo de sentidos e a principal estratégia de luta seria exatamente o oposto, um modo, uma teoria, no nosso caso, que revelasse a prática de forma que a desnaturalizasse.

A teoria dos discursos sociais, assim como outros estudos dos discursos, reconhece a necessidade de perceber os sujeitos e as relações sociais de forma situada, sendo constituídos num espaço pré-construído, que exerce coerções sobre seu modo de ser. O sistema produtivo dos discursos é constitutivo dos efeitos que produz.

Estudar a produção do conhecimento sobre a construção de saberes a respeito do Jornalismo através de suas teorias significou penetrar em mecanismos de produção e reprodução social de modos de conhecimentos. Pensar as teorias do jornalismo como produtoras de sentidos implicou investigar como as teorias circulantes no meio

acadêmico constroem sentidos sobre o que é o jornalismo, quais os pressupostos e premissas básicas de cada uma, como elas possibilitam um diálogo com a teoria dos discursos sociais.

Propor sistematizar uma teoria do jornalismo tendo a teoria dos Discursos Sociais como base foi a proposta desenvolvida nesta tese. Foi possível perceber como os conceitos daquela teoria possibilitaram novos olhares sobre uma área de saber razoavelmente cristalizada.

Deste modo foi possível afirmar que as notícias são como são devido as suas condições de produção, circulação e consumo processo produtivo – produção, circulação e consumo – onde todas as etapas que o constitui e por ele são constituídas estão interligadas num movimento complexo e dinâmico onde discursos são produzidos – alguns extremamente naturalizados, outros silenciados e outros em processo de rearticulação – e produzem sentidos na sociedade.

Trabalhamos com a perspectiva que dentre os diversos eixos de poder que constituem o campo jornalístico, três são fundamentais: a notícia, o jornalista e a empresa. A articulação destas instâncias traz um ganho para as discussões sobre o jornalismo ao mostrar como elas, enquanto práticas discursivas relacionadas com a prática social, ocorrem dentro de uma instituição, dentro de um sistema social com suas regras de forma interligada.

Vimos ainda, que o processo social do qual decorre o jornalismo constitui-se e é constituído a partir da relação entre todas as etapas e setores de sua produção, além das suas relações externas com as fontes e outras instituições sociais. Deste modo, tanto as notícias quanto os jornalistas e as empresas são dependentes das regras de poder internas de cada instituição.

A construção da notícia não se dá de uma forma totalmente livre todos os eixos de poder e instâncias produtivas se movimento segundo um conjunto de regras pré-estabelecidas a serem seguidas.

Os produtos jornalísticos em circulação são o resultado de um processo de busca de hegemonia a partir da negociação em todas as etapas desde a produção. A notícia enquanto texto ou discurso, é o trabalho ativo de investimento do sujeito no universo de técnicas, normas e regras com o intuito de produzir sentidos e não apenas informação.

O mundo da construção das notícias é por excelência lugar do ideológico e do poder são dimensões construtivas dos discursos e da realidade social. Como o ideológico está presente em todos os textos, ele é uma dimensão necessária e responsável pela produção dos sentidos sociais.

A dimensão do ideológico vai estar presente em qualquer matéria, notícia, entrevista, enfim em qualquer texto, pois o que denominamos ideologia nunca está totalmente descrita, o sujeito só tem acesso a alguns fragmentos dela que foram investidos formalmente nos textos e que só são reconhecidos em situações comunicacionais específicas. As notícias são o lugar por excelência do ideológico. Quando afirmarmos que uma notícia é a prática discursiva ligada à prática social do jornal dissemos que a prática social de uma instituição depende dos mais variados sistemas existentes na sociedade.

Com a Teoria Social do Discurso, foi possível entender que a prática discursiva é interna a prática social. Como um eixo de poder, a notícia é uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou transformação não apenas da ordem de discurso como também das relações sociais assimétricas existentes. No mercado simbólico, diversas instituições desenvolvem estratégias de luta a fim de ter o poder de dar a última palavra sobre determinado assunto, mesmo aquelas que se encontram

“estabilizadas” hegemonicamente, participam deste processo entre instâncias discursivas desiguais. O resultado desta luta, negociação e articulação de sentidos encontra-se materializado na notícia.

Uma constatação importante para se pensar a notícia enquanto gênero e a partir daí provocar outras investigações foi a forte presença do entretenimento cada vez mais dentro da própria notícia. Os jornais optam por esta mistura de gênero com forma de vender. O jornalismo que construiu sua legitimidade sob a égide da objetividade e da neutralidade, do compromisso com a verdade, amplia, na atualidade, esta perspectiva ao não separar muito fato e ficção e fato e marketing.

A preocupação não é mais discutir uma Verdade – conforme vimos esta é uma questão de hegemonia e resultado de uma luta simbólica, mas fazer com que o discurso seja aceito como verdadeiro.

Outra discussão importante levantada nesta tese foi o uso, nesta perspectiva, do termo “jornalismos” por entender que existem vários jornalismos praticados e colados em circulação na sociedade. Desta forma, segundo esta perspectiva, falamos de jornalismos e não de jornalismo no singular como tem sido amplamente utilizado, não existe jornalismo, mas jornalismos, uma vez que até num mesmo jornal existem vários tipos de jornalismo, pois embora as normas e as técnicas sejam bem semelhantes entre si, existem especificidades institucionais, geográficas, situacionais que caracterizam diversos e diferentes modos de produzir uma notícia, um noticiário etc.

Com base na Teoria dos Discursos Sociais, propomos situar o jornalista como um sujeito ambíguo: assujeitado às determinações do contexto e agente das ações, sujeito ativo na produção de sentidos. Esta reflexão põe em cheque as definições heróicas decorrentes de

modelos centrados na perspectiva da unicidade do sujeito. O jornalista é assujeitado às determinações do contexto, ele submete-se às normas, às regras, às coerções a fim de construir os discursos sobre a atualidade. Entretanto, ele também é um sujeito ativo, possui autonomia no modo de construção do seu trabalho, ou seja, mesmo sendo submetido às regras, os jornalistas são responsáveis pelas escolhas que faz – ele negocia constantemente com as estruturas sociais a fim de cumprir seu trabalho, mesmo que em determinados momentos ele não se aperceba dos jogos de poder presentes na sociedade.

Esta perspectiva ao questionar a unicidade do sujeito, ou seja, a onipotência do jornalista, mostra que, quando o repórter ou o editor opta por determinados recursos lingüísticos na hora de fazer uma matéria, construir uma chamada ou uma manchete, muitas vezes não se dão conta que ao utilizarem citações entre aspas, discursos direto ou indireto, ironias, pressuposição ou quaisquer modos de trazer as vozes ou pensamentos de pessoas ou instituições, eles colocam em cena outros enunciadores.

Pensar uma teoria é um risco, um desafio gratificante e enriquecedor. Compactuando com a proposta da Teoria dos Discursos Sociais de ser uma teoria em construção, o passo dado nesta tese é o primeiro em rumo a uma maior e melhor sistematização das discussões desta área de saber. Muitas questões levantadas ao longo do trabalho são pertinentes outras são dispensáveis, e ainda outras tantas a serem aprofundadas. O mais rico desafio foi desafiar-me a correr riscos, a sair em busca de um porto seguro sem certeza de chegar. Neste momento da viagem chegou-se a um lugar com terras férteis e de grande potencial exploratório. Já conhecedor do mar, das suas agruras, tempestades, humores, desafios, uma afirmação me vem à cabeça: “ Já consigo olhar!”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIL EDITORA. Manual de estilo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- ABRAMO, Cláudio Weber. Folha de São Paulo: império dos sentidos. Novos Estudos, n°31, São Paulo: CEBRAP, 1991.
- ABREU, Alzira de Abreu. A modernização da imprensa (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.66p.
- ABREU, Antônio Suárez. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. 4.ed. Cotia,SP: Ateliê Editorial, 2001, 140p.
- ALMEIDA, João Ferreira e PINTO, José Madureira. A investigação nas Ciências Sociais. 5.ed.Lisboa: Presença editorial, 1995,170p.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. Los modelos de la comunicación. 2.ed. Barcelona: Tecnos, 1995.
- AMORIM, Marília. O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciencias humanas. São Paulo: MUSA, 2001.
- AMORIM, Paulo Henrique et al. Lições de Jornalismo. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1998.134p.
- ARBEX JR, José. Showrnlismo- A Notícia como Espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001. 294p.
- ARAÚJO, Inesita. A reconversão do olhar (uma contribuição para a reflexão semiológica sobre as práticas de comunicação na intervenção social no meio rural). São Leopoldo ,RS:Ed. Unisinos,2000, 280p.(Série Acadêmica).

\_\_\_\_\_. Mercado Simbólico: interlocução, luta, poder – um modelo de comunicação para políticas públicas. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002. 351p.

ARISTÓTELES. Arte poética e arte retórica. Tradução Antonio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Edições de ouro, s/d, 357p. (Coleção Clássicos de ouro).

AUBENAS, Florence e BENASAYAG, Miguel. A fabricação da informação. São Paulo: Loyola, 2003.

AUSTIN, J.L. Quando dizer é fazer – palavras e ação. Tradução Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, 136p. (Série Discurso Psicanalítico)

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas: (19): 25-42, jul./dez. 1990.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1990. 196p.

\_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 421p.

BARROS, Aidil e LEHFELD, Neide. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. 102p.

BARTHES, Roland et alli. Análise estrutural da narrativa. 4.ed. Tradução Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976, 285p. (Série Novas perspectivas em comunicação; v.01)

BARTHES, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. O grau zero da escritura. Portugal: Edições 70, s/d, 73p. (Coleção Signos .03).

\_\_\_\_\_. Elementos de Semiologia. Lisboa: Edições 70, s/d. (Coleção Signos, n.43).

\_\_\_\_\_. S/Z - uma análise da novela de Honoré de Balzac. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 245p.

\_\_\_\_\_. O que é um autor? Tradução Antonio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Portugal, 1992, 160p.

BRAGA, José Luis e CALAZANS, Regina. Comunicação e educação: questões delicadas na interface. São Paulo: Hacker, 2001. 164p.

- BELTRÃO, Luiz e QUIRINO, Newton. Subsídios para uma teoria da comunicação de massa. São Paulo: Summus, 1986, 214p.
- BENTZ, Ione, HOHLFELDT, Antonio e WEBER, Maria Helena (orgs) Tensões e objetos da pesquisa em comunicação. Porto Alegre; Sulina, 2002. 296p.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral I. 3a.ed., Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991. 387p.
- \_\_\_\_\_. Problemas de lingüística geral II. Campinas, SP: Pontes, 1989. 294p.
- BHABHA, Homi. O local da cultura. Minas Gerais: UFMG, 1998,395p.
- BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre a sociologia de P. Boudieu. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: DIFEL, 1986.
- \_\_\_\_\_. Economia das trocas lingüísticas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. 188p.
- \_\_\_\_\_. A produção da crença. São Paulo: Zouk, 2002.
- BRAGA, José Luiz et. al. (orgs.) A encenação dos sentidos. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- BRAIT, Beth (org.). Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. Campinas: UNICAMP, 1997.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à Análise do Discurso. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996, 96 p.
- \_\_\_\_\_. Subjetividade, argumentação, polifonia – a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Unesp, 1998, 191p.
- BRANDÃO, Zaia (org.) A crise dos paradigmas e a educação. 8.ed. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa Época; v.35,2002, 104p.
- CASTELLS, Manuel e IPOLA, Emílio. Prática Epistemológica e Ciências Sociais. Tradução Maria Isabel M. Pinto. 4.ed. Porto, Editora Afrontamento,s/d,70p.



- CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, 188p.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. Pragmática do Jornalismo – buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994, 131p.
- CITELLI, Adilson. Linguagem e Persuasão. 15.ed. São Paulo: Editora Ática, 2001, 77p. (Série Princípios)
- COHN, Gabriel. Comunicação e Indústria Cultural. 5.ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987, 407p.
- CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. O rapto da máscara mortuária: as astúcias enunciativas da Coluna do Sarney e a composição-transformação de identidades públicas nas eleições de 1994. Dissertação de mestrado em Comunicação. Rio de Janeiro: ECO/ UFRJ, 2000.
- CONNOR, Steven. Cultura pós-moderna - introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1992. 228p.
- CORREIA, Manoel Luiz G. Linguagem e Comunicação Social – visões da lingüística moderna. São Paulo: Parábola, 2002, 104p.
- COSTA, Cláudio. Filosofia da linguagem. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DE FLEUR, Melvin L. e BALL-ROKEACH, Sandra. Teorias da comunicação de massa. 5.ed. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, 397p.
- DEELY, John. Semiótica básica. Tradução Júlio Pinto São Paulo: Ática, 1990, 192p.
- DORNELES, Carlos. Deus é inocente: a imprensa, não. São Paulo: Globo, 2001, 273p.
- DOSSE, François. História do estruturalismo. vol.1. o campo do signo, 1945-1966. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. 447p.

- \_\_\_\_\_. História do estruturalismo, vol.2: o canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994. 518p.
- DUARTE, Maurício da S. Cidadania obstruída – Jornais Cariocas e a construção discursiva da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, Tese de Doutorado. 2003.
- DUCROT, Oswald. O Dizer e o Dito. Campinas, SP: Pontes, 1987, 222 p.
- EAGLETON, Terry. Ideologia. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ECO, Umberto. Viagem na irrealidade cotidiana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 353p.
- \_\_\_\_\_. O conceito de texto. Tradução Carla de Queiroz. São Paulo: T.A.Queiroz, 1984, 212p.
- \_\_\_\_\_. O Signo. Lisboa: Presença, 1973. 190p.
- \_\_\_\_\_. A estrutura ausente. São Paulo: Perspectiva, 1991. 426p.
- ECO. Publicação da pós-graduação da escola de comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. V.1, n.1. Rio de Janeiro: 1997.
- ERBOLATO, Mário. Técnicas de Codificação em Jornalismo – redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 5.ed, 2001. 256p.
- ESCOBAR, Carlos Henrique de. As ciências e a filosofia. Rio de Janeiro: Imago, 1975, 104p.
- ESCÓSSIA, Fernanda Melo da. Operação Rio: O Ritual da Guerra no Jornalismo. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1996, 271 p.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina, JOHNSON, Richard e SCHULMAN, Norma. O que é, afinal, Estudos Culturais?. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 240p. (Estudos Culturais, 2)
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Cartografias dos Estudos Culturais – uma versão latino-americano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 239p.

FACCIN, Milton J. Territórios de Identidades – os jornais gaúchos e as demarcações discursivas da Identidade Regional. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002. 498p.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora UNB, 2001, 316p.

\_\_\_\_\_. Analysing discourse – textual analysis for social research. London, Routledge, 2003. 270p.

\_\_\_\_\_. Critical Discourse Analysis – the critical study of language. England: Longman, 1995, 262p.

\_\_\_\_\_. Language and Power. England: Longman, 1989, 259p.

\_\_\_\_\_. Media discourse. London: Arnold, 1995, 214p.

FAUSTO NETO, Antônio. A Deflagração do Sentido - Estratégias de produção e de captura da Recepção. Revista Textos de Cultura e Comunicação . Salvador: n.01, p. 58-80, 1985.

\_\_\_\_\_. Mortes em Derrapagem - os Casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991. 204p.

\_\_\_\_\_. A sentença dos ‘media’ - o discurso antecipatório do ‘impeachment’ de Collor. Revista Textos de Cultura e Comunicação. Salvador: fase II, no.30, p. 5-33, segundo semestre 1993.

\_\_\_\_\_. Vozes do ‘impeachment’. Agosto, 1993. xérox do autor.

\_\_\_\_\_. O Impeachment da televisão - como se cassa um presidente. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. 75p.

\_\_\_\_\_. Comunicação e mídia impressa- estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker, 1999, 164p.

FAUSTO NETO, Antonio e PINTO, Milton José (orgs.) O indivíduo e as mídias. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

- FERREIRA, Soraya. A Imagem de Collor nas Capas da Revista Veja - Construção, Consolidação e Queda de um Mito. Dissertação de mestrado/UFRJ, 1996.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Manual de Redação. São Paulo: Publifolha, 2002.
- FOUCAULT, Michel.. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1996, 70 p.
- \_\_\_\_\_. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, 239 p.
- \_\_\_\_\_. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1995. 295 p.
- \_\_\_\_\_. O Nascimento da Clínica. Rio de Janeiro: Forense, 1994. 230p.
- \_\_\_\_\_. A História da Sexualidade 1 - A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 152p.
- \_\_\_\_\_. A História da Sexualidade 2.- O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 232p.
- \_\_\_\_\_. A História da Sexualidade 3. - O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 246p.
- FREITAG, Bárbara. A teoria crítica – ontem e hoje. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, 184p.
- FREITAS, Maria Ester. Viva a tese! Um guia de sobrevivência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, 108p.
- GARCÍA BORDAS, Miguel Angel. Notícia direta e notícia de criação: discussão do discurso jornalístico. Textos de Cultura e Comunicação, Salvador: fase II, no. 31/32, p.189-207, 1994.
- GARCIA, Luis. Manual de redação e estilo –O Globo. 28.ed. São Paulo: Globo, 2003. 246p.
- GARCIA, Regina Leite(org). Método, métodos e contramétodo. São Paulo: Cortez, 2003, 208.
- GENETTE, Gerard. Discurso da narrativa. 3.ed. Tradução Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega/Universidade, 1995, 276p.

- GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo. Rio Grande do Sul: Tchê, 1987. 230p.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002, 175p.
- GOMES, Mayra Rodrigues. Jornalismo e Ciências da Linguagem. São Paulo: Hacker/Edusp, 2000, 112p.
- GOMES, Pedro Gilberto. Tópicos de teoria da comunicação. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997. 128p. (Manual Universitário, 2).
- GOMEZ DE LA TORRE, Alberto Efendy Maldonado. Teorias da comunicação na América Latina – enfoques, encontros e apropriações da obra de Verón. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001, 271p.
- GOUAZÉ, Jean. L'énonciation des titres. In: GOUAZÉ, J., MOUILLAUD, M.. Stratégies de la presse et du droit. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1979. p. 119-182.
- GREIMAS, A.J. e LANDOWSKI, E. Análise do discurso em ciências sociais. Tradução Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1986, 283p. (Série Literatura e Lingüística, n.08).
- GREIMAS, A.J. Semiótica e ciências sociais. Tradução Álvaro Lorencini e Sandra Nitri. São Paulo: Editora Cultrix, s/d, 193p.
- GUERRA, Josenildo L. e MARINHO, Mônica B. (orgs). Circunavegação: temas em comunicação contemporânea. Salvador: UFBA. Facom, 1997.
- GUIMARÃES, Eduardo. Os limites do sentido – um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995, 91p.
- GUIMARÃES, Hélio e LESSA, Ana Cecília. Figuras de linguagem. 4.ed. São Paulo: Atual, 1988, 74p. (Série Tópicos de Linguagem)
- HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 434p.
- HALLIDAY, Tereza Lúcia. (org) Atos retóricos – mensagens estratégicas de políticos e igrejas. São Paulo: Summus, 1988, 132p. (Coleção novas buscas em comunicação; v.27)

- HARVEY, David. A condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Brasil, 1993.
- HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto (org.) Mídia, Memória e Celebidades- estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003. 206p.
- HESSEN, Johannes. Teoria do conhecimento. Tradução João Vígílio Cuter. São Paulo: Martins Fontes, 2000, 177p.
- HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (orgs) Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- HOWITT, Dennis. Mass media and social problems. England: Pergamon Press, International series in experimental social psychology; vol. 02, 1982. 203p.
- IMBERT, Gerard. Los escenarios de la violencia. Barcelona: Icaria, 1992. 223p.
- JAKOBSON, Roman et alli. Língua, discurso, sociedade. Tradução Cidmar Pais e Teixeira Coelho. São Paulo: Global, 1983, 249p. (Série Linguagem, comunicação e sociedade; n.04).
- JAMESON, Fredric. Sobre os “Estudos de Cultura”. In Novos Estudos Cebrap. São Paulo, vol.39: 11-48 julho 1994.
- JEUDY, Henri-Pierre. A ironia da Comunicação. Tradução de Carolina Chang. Porto Alegre: Sulina, 2001, 112p.
- KARAM, Francisco José. Jornalismo, Ética e Liberdade. São Paulo: Summus, 1997. 147p.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. Argumentação e linguagem. São Paulo: Cortez, 1987, 240p.
- KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica – teoria da ciência e prática da pesquisa. 19.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, 180p.
- KOFF, Rogério F. O problema da imparcialidade e os limites da ética jornalística. Pauta Geral: revista de jornalismo, ano 1, nº1, Salvador: Logos, 1993.
- KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001, 257p.

- KUNCZIK, Michael. Conceitos de jornalismo. São Paulo: EDUSP, 2002.
- KÜNSCH, Dimas Antonio. Maus pensamentos – os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2000.298p.
- LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 1998.
- \_\_\_\_\_. Linguagem jornalística. São Paulo: Ática, 1999.
- \_\_\_\_\_. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.189p.
- LALLEMENT, Michel. História das idéias sociológicas. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LANDOWSKI, Eric. A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992. 213p.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. Aprendendo a pensar. Vol II. 2.ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2000,252p.
- LEITE, Nina. Psicanálise e análise do discurso – o acontecimento na estrutura. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994, 240p.
- LECHTE, John. 50 pensadores contemporâneos essenciais. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- LIMA, Luiz Costa. Teoria da Cultura de Massa. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 340p.
- LIMA, Regina Lúcia Alves de. A Política e seu Funcionamento Discursivo: Estratégias, Marcas e Contratos. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1995, 158 p.
- LOPES, Maria Immacolata Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 1990, 148p.
- LOPES, Maria Immacolata (org). Epistemologia da Comunicação. São Paulo: Loyola, 2003,345p.
- LÖWY,Michael. Ideologias e Ciência Social – elementos para uma análise marxista. 15ed. São Paulo: Cortez,2002, 112p.

- LUCAS, Ricardo Jorge. A Construção Discursiva do Personagem Fernando Henrique Cardoso nos Jornais Impressos Brasileiros. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1996.
- LYONS, JOHN. Linguagem e lingüística - uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, s/d, 322p.
- MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. 2.ed. Tradução Freda Indursky Campinas, SP: Pontes, 1993, 198p.
- \_\_\_\_\_. Termos-chave da Análise do Discurso. Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 1998, 155 p.
- \_\_\_\_\_. Análise de textos de comunicação. Tradução Cecília Sousa São Paulo: Cortez, 2002, 238p.
- MARCONDES FILHO, Ciro. O capital da notícia – jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.188p.
- \_\_\_\_\_. Comunicação e Jornalismo – a saga dos cães perdidos. 2.ed – São Paulo: Hacker, 2002.167p.
- \_\_\_\_\_. O espelho e a máscara – o enigma da comunicação no caminho do meio. São Paulo: Discurso Ed./UNIJUI, 2002.322p.
- MARSHALL, Leandro. O jornalismo da era da publicidade. São Paulo: Summus, 2003.172p.
- MARTINO, Luís M. Sá. Mídia e poder simbólico. São Paulo: Paulus, 2003.198p.
- MARTINO, Luís M.Sá e BARROS FILHO, Clóvis. O habitus na comunicação. São Paulo: Paulus, 2003.246p.
- MARTINS, Eduardo. Manual de redação e estilo de O Estado de São Paulo. 3.ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997. 400p.
- MATTELART, Armand e Michele. Histórias das teorias da comunicação. São Paulo: Loyola, 1999, 220 p.
- MATTELART, Armand. História da sociedade da informação. Tradução Nicolas Campanário. São Paulo: Loyola, 2002, 198p.



- MEDINA, Cremilda. Jornalismo e a epistemologia a complexidade. In.: Medina, Cremilda (org.). Pacto da ciência – a crise dos paradigmas. 1º Seminário Transdisciplinar. São Paulo: USP, 1991.
- MEDINA, Cremilda. A arte de tecer o presente – narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003. 152p.
- MELO, José Marques de (org.). Teoria da Comunicação: Paradigmas Latino-Americanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, 412p.
- MELO, José Marques de (org.). Teoria e Pesquisa em Comunicação: Panorama Latino-Americano. São Paulo: Cortez, 1983, 239p.
- MEYER, Michel. Questões de retórica: linguagem, razão sedução. Lisboa: Edições 70, 1998, 158p.
- MIÈGE, Bernard. O pensamento comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 139p.
- MORAES, Denis de (org.) Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MORAIS, Régis de. Filosofia da ciência e da tecnologia. 7.ed. Campinas, SP: Papirus, 2002, 180p.
- MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sergio Dayrell (org.). O jornal – da forma ao sentido. Brasília: UNB, 2002. 588p.
- NASSIF, Luís. O jornalismo dos anos 90. São Paulo: Futura, 2003. 306p.
- NATTIEZ, J.J. (org) Problemas e métodos de semiologia. Lisboa: Edições 70, s/d, 189p. (Série Signos; v.18).
- NEIVA JR, Eduardo. Comunicação – teoria e prática social. São Paulo: Brasiliense, 1991, 226p.
- \_\_\_\_\_. Um inferno de espelhos -comunicação, cultura e mundo natural. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992, 183p.
- NEIVA, Eduardo e RECTOR, Mônica (orgs). Comunicação na era pós-moderna. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, 387p.

- NEVES, Teresa Cristina da Costa. Jornalismo – espetáculo: a performance informativa na cena midiática. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2000.
- NOBLAT, Ricardo. A arte de fazer um jornal diário. São Paulo: Contexto, 2003. 174p.
- NÖTH, Winfried. Panorama da Semiótica - De Platão a Peirce. São Paulo: AnnaBlume, 1996. 314p.
- \_\_\_\_\_. A semiótica no século XX. São Paulo: AnnaBlume, 1995. 154p.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez; Ed. da UNICAMP, 1993, 118 p.
- \_\_\_\_\_. A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1987, 276 p.
- PACHECO, Anelise e VAZ, Paulo (orgs.) Vozes no milênio: para pensar a globalização. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.
- PEDRO, Emília Ribeiro (org). Análise Crítica do Discurso. Lisboa: Caminho, 1998, 396p.
- PENNA, Antonio Gomes. Introdução à psicologia da linguagem e do pensamento. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- PEREIRA Jr, Alfredo Vizeu. Decidindo o que é notícia – os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 138p.
- PEREIRA, Otaviano. O que é teoria. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 92p.
- PINTO, Milton José. As marcas lingüísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português. Rio de Janeiro: Numen, 1994. 163p.
- \_\_\_\_\_. Comunicação e Discurso. São Paulo: Hacker Editores, 1999. 105p.
- \_\_\_\_\_. Contextualizações. In O indivíduo e as mídias. Rio de Janeiro: DIADORIM/COMPÓS, 1996, 13 p.
- \_\_\_\_\_. Semiologia e Imagem. In A encenação do sentido. Rio de Janeiro: DIADORIM/COMPÓS, 1995, 11 p.

- \_\_\_\_\_. Semiologia e Moda. In ECO - Publicação da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Imago/ECO/UFRJ, Rio de Janeiro: 1994, 5 p.
- \_\_\_\_\_. Retórica e Análise de Discursos. In Revista ECO, vol.4 n.3. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, 2000.
- \_\_\_\_\_. Comunicação, cultura e violência urbana. *Semiosfera: revista de comunicação e cultura*. Ano 3, nº especial, Dezembro de 2003 (revista eletrônica, disponível em <[www.ufrj.edu.com](http://www.ufrj.edu.com)>, em 07 de abril de 2004).
- POLISTCHUCK, Ilana e TRINTA, Aluizio Ramos. Teorias da Comunicação: o pensamento e a prática da Comunicação Social. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 179p.
- POLLACK, Robert. Signos da vida – a linguagem e os significados do ADN. Tradução André Carvalho. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, 190p.
- PORTOCARRERO, Vera(org). Filosofia, História e Sociologia das Ciências – abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, 272p.
- RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. Michel Foucault - Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995. 299p.
- REBELO, José. O discurso do jornal. Lisboa: Editorial Notícias, s/d. 157p.
- REBOUL, Olivier. Introdução à Retórica. Tradução Ivone Castilho. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 253p.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A História de seu Tempo: A imprensa e produção do sentido histórico. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1995, 167 p.
- RIBEIRO, Lavina M. A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808 –1964. Brasília: Tese de Doutorado defendida na UNB em 1998. 360p.
- \_\_\_\_\_. Contribuições ao estudo institucional da Comunicação. Teresina: EDUFPI, 1996. 201p.
- ROCCO, Maria Thereza Fraga. Linguagem Autoritária. São Paulo: Brasiliense, 1989, 200 p.

- ROCHA, Everardo. A Sociedade do Sonho – comunicação, cultura e consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 1995, 232 p.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. As dimensões da pragmática na comunicação. Rio de Janeiro; Diadorim, 1995, 203p.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Estratégias da Comunicação. Lisboa: Presença, 1990, 223p.
- \_\_\_\_\_. As dimensões da pragmática na comunicação. Rio de Janeiro; Diadorim, 1995, 203p.
- \_\_\_\_\_. Comunicação e Cultura – a experiência cultural na era da informação. Lisboa: Presença, 1994, 230p.
- ROSA, Mário. A era do escândalo – lições, relatos e boatos de quem viveu as grandes crises de imagem. São Paulo: Geração Editorial, 2004, 527p.
- ROSSI, Clóvis. O que é jornalismo. São Paulo: Brasiliense, 1980. 87p.
- RUBIM, Antônio A. C. Comunicação e política. São Paulo: Hacker, 2000.
- RUBIM, Antônio A. C. et al. (orgs.) Produção e recepção os sentidos midiáticos. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SANTANELLA, Lucia. Comunicação e pesquisa. São Paulo: Hacker, 2001.
- \_\_\_\_\_. Matrizes da linguagem e pensamento. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- \_\_\_\_\_. A teoria geral dos signos. São Paulo: Pioneira, 2004.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia Científica – a construção do conhecimento. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002, 164p.
- SANTOS, José Messias e PEREIRA, Adilson. Cosmovisão, Epistemologia e Educação: uma compreensão holística da realidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 1999. 176p.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 1975. 279p.
- SCHNITMAN, Dora(org). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Tradução Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, 294.

- SCHOLES, Robert. Protocolos de leitura. Lisboa: Edições 70, 1991 166p.
- SFEZ, Lucien. Crítica da Comunicação. São Paulo: Loyola, 1994,389p.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. O adiantado da hora – a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.
- SOARES, Gustavo G. M. O jornalismo no paradigma ocidental. Pauta Geral: revista de jornalismo, ano 1, nº1, Salvador: Logos, 1993.
- SODRÉ, Muniz. Antropológica do Espelho- uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, 268p.
- \_\_\_\_\_. Reinventando a Cultura. Petrópolis,RJ: Vozes,1996,179p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, Jorge Pedro. As notícias e os seus efeitos. Coimbra: MinervaCoimbra,2000,222p.
- SOUSA, Pedro Jorge. As teorias da notícia e do jornalismo. Chapecó: Argos, 2002.
- SOUSA, Paulo César Castro de. A Dimensão Não-Verbal da Enunciação Jornalística: A reforma gráfica do jornal O Globo. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1996, 171 p.
- STAM, Robert. Bakhtin - da teoria literária à cultura de massa. São Paulo: Ática, 1992. 104p.
- TARGINO, M. das Graças. Citações Bibliográficas e Notas de Rodapé: Um guia para elaboração. Teresina: UFPI, 1993. 42p.
- THOMPSON, JOHN B. A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia. 4.ed. Petrópolis,RJ: Vozes,2002,261.
- TODOROV, Tzvetan. Os gêneros do discurso. Tradução Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980, 305p. (Série Ensino superior).
- TRAQUINA, Néelson(org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993. 360p.

- TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo(RS): Unisinos, 2001. 220p.
- TRAVANCAS, Isabel S. O mundo dos jornalistas. São Paulo: Summus, 1993.114p.
- TRIVINHO, Eugênio. O mal-estar da teoria – a condição da crítica na sociedade tecnológica atual. Rio de Janeiro: Quartet, 2001. 256p.
- VAN DIJK, T.A. Estruturas da notícia na imprensa. In: VAN DIJK, T.A. Cognição, discurso e interação. São Paulo: Contexto, 1992.
- VERÓN, Eliseo. Construire l'événement. Paris: Minuit, 1981. 177p.
- \_\_\_\_\_. A produção de sentido. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de S.Paulo, 1980. 238p.
- \_\_\_\_\_. L'analyse du 'contrat de lecture': une nouvelle méthode pour les études de positionnement des support presse. Médias - Experiences, Recherches Actuelles, Applications, Paris: IREP, p. 203-229, juillet 1985, 527 p.
- \_\_\_\_\_. Le Hibou. Communications, Paris: Seuil, 28, p. 69-125, 1978.
- \_\_\_\_\_. L'espace du soupçon . xerox do original do autor.
- \_\_\_\_\_. Quand lire c'est faire: l'énonciation dans le discours de la presse écrite. Semiotique II, Paris: IREP, p.33-125, 1983.
- \_\_\_\_\_. Théorie de l'énonciation et discours sociaux. Revue Etudes de Lettres, Lausanne: p. 71-89, oct.dec. 1986.
- \_\_\_\_\_. La semiosis social. Barcelona: Gedisa,1996.
- WILBER, Ken *et alli*. O paradigma holográfico e outros paradoxos. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2001,279p.
- WINKIN, Yves. A nova comunicação – da teoria ao trabalho de campo. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1998. 216p.
- WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. Lisboa: Presença, 1987. 249p.
- X ENCONTRO DA COMPÓS. CD-ROOM. Brasília: 2001.
- XI ENCONTRO DA COMPÓS. CD-ROOM. Rio de Janeiro: 2002.

XII ENCONTRO DA COMPÓS. CD-ROOM.. Recife: 2003.

XI ENCONTRO DA COMPÓS. *GT Políticas, estratégias de comunicação*. Rio de Janeiro: 2002.

XII ENCONTRO DA COMPÓS. *GT Políticas, estratégias e comunicação*. Recife: 2003.

ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.